

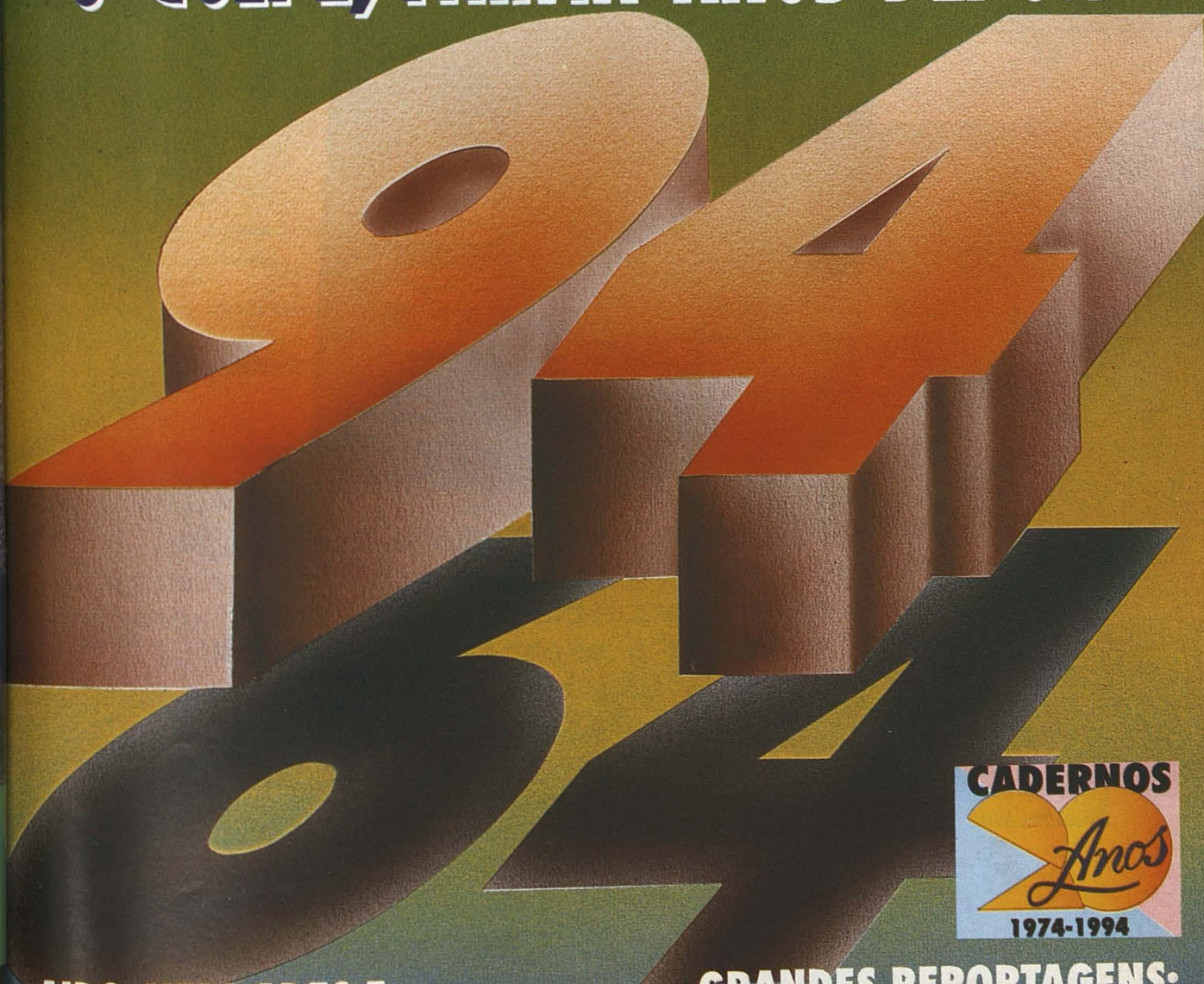
PUBLICAÇÃO MENSAL • CR\$ 2.700,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

171

O GOLPE, TRINTA ANOS DEPOIS



**AIDS: VERDADES E
MENTIRAS BRASILEIRAS**

**GRANDES REPORTAGENS:
CUBANOS NA ÁFRICA**

A integração ao alcance de todos



As oportunidades de exportação e importação, *joint ventures*, investimentos e acordos de produção. Todas as informações para compreender a implantação o funcionamento e a expansão do MERCOSUL. Revista do Mercosul. Uma revista mensal bilíngüe de integração latino-americana.

ASSINATURA ANUAL • ARGENTINA: \$48.00 • PARAGUAI: G 72.00 • URUGUAI: N\$ 76.800 • BRASIL CR\$ 20.160,00

PAGAMENTOS EM CHEQUE NOMINAL À REVISTA DO MERCOSUL
EM SUA MOEDA NACIONAL.

Correspondência para:

Rua da Glória, 122/105 • Rio de Janeiro (CEP 20241) • Brasil • Fax: (5521) 252-8455 • Tel: (5521) 242-1957 • 222-1370

FIQUE DO NOSSO LADO

ASSINE

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

**PROMOÇÃO
ESPECIAL**

**Desconto de 20%
para pagamento
à vista**



PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO

TIPO DE ASSINATURA	À VISTA: (Já com 20% de desconto) cheque nominal e vale postal	À PRAZO: Pagamento por cheque nominal ou cartão
1 ANO	A CR\$ 25.900,00	B 2 cheques de CR\$ 16.200,00 para 30/60 dias
1 ANO + Almanaque	C CR\$ 37.440,00	D 2 cheques de CR\$ 23.400,00 para 30/60 dias
Almanaque	E CR\$ 12.000,00	F 1 cheque de CR\$ 14.000,00 para 30 dias

Para pagamento por reembolso postal o preço é de CR\$ 32.400,00 (1 ano).
Assinatura + Almanaque é de CR\$ 46.400,00

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº de Assinaturas
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
PEÇA TAMBÉM PELOS TELS (021) 252-7440/232-3372
OU PELO FAX (021) 252-8455

Após a validade cobraremos preços atualizados

MEU PEDIDO DE ASSINATURA

cadernos

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Minha opção de assinatura é: (A)(B)(C)(D)(E)(F)

A opção do meu amigo é: (A)(B)(C)(D)(E)(F)

Estou efetuando o pagamento por:

- ☐ Cheque(s) nominal(ais) á Editora Terceiro Mundo Ltda.
☐ Por telefone
☐ Reembolso Postal (fornecer o nº do cartão)
☐ Vale Postal Ag. Lapa
☐ De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até ____/____/____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____ Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 01/04/94

MONTE SUA BIBLIOTECA, INTEIRAMENTE GRÁTIS!

Apresente, todos os meses, 3 pessoas para conhecerem "cadernos". Podem ser seus amigos(as), alunos(as), professores(as), colegas de curso ou trabalho. O importante é que sejam pessoas que vão gostar de "ler a nossa diferença".

COMO FUNCIONA E COMO VOCÊ GANHA.

As pessoas indicadas receberão 1 exemplar (de arquivo) da revista. Para cada uma que tornar-se assinante você ganha 1 livro de sua escolha, dentre os livros brinde do mês.

BRINDES DO MÊS



INDICAÇÕES:

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:
Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:
Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:
Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

REMETENTE

Se dentro de até 2 meses algum indicado tornar-se assinante por intermédio de mala direta oriunda desta promoção, desejo como brinde, pela ordem:

Código do brinde

1º () 2º () 3º ()

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
Cep: Tel.:
Profissão:

☐ Sou assinante de cadernos

Data: ____/____/____

Assinatura do remetente

IMPORTANTE:

1- No caso de duplicidade de indicados prevalece a primeira. Após o prazo, será considerada como indicação, a do 2º remetente.
2- Com a finalidade de aumentar a probabilidade de assinatura, o remetente pode mandar mais nomes em relação anexa.

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda. - Depto de assinaturas
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20241-180
Fax: (021) 252-8455

POSTAL NORTE SUL



GIOCONDO DIAS - A VIDA DE UM REVOLUCIONÁRIO

João Falcão

Um mergulho na história política do país e sobretudo na trajetória do Partido Comunista Brasileiro desde a revolução de 1935 até a redemocratização de 1986. A vida do dirigente Giocondo Dias, que começou como cabo do Exército em 35 e chegou a secretário geral do PC, pp 412 E-324 CR\$ 9.500,00

O CORONEL TEM UM SEGREDO: PAULO WRIGHT NÃO ESTÁ EM CUBA

Debora Jan Wriht

A história dramática de Paulo Stuart Wright, filho de missionários, ex-deputado estadual e dirigente de uma organização clandestina de 1964 a 1973, contada por sua sobrinha. Ele é um dos desaparecidos durante a ditadura militar brasileira.

132 pp
E-331
CR\$ 9.700,00

ALMANAQUE BRASIL 1993/94

Editora Terceiro Mundo/van Alves

Publicação voltada para a discussão de um projeto nacional.

Formação da nacionalidade brasileira, conjuntura atual, povo e instituições, atividades produtivas, roteiro da cidadania e suporte estatístico com 60 quadro e tabelas atualizadas. Complementa o Guia do Terceiro Mundo, cuja nova edição está sendo preparada. 327pp E-318 CR\$ 11.200,00

DOMINAÇÃO PELA FOME - ECONOMIA POLÍTICA DO ABASTECIMENTO

Miranda Neto

A persistência da fome nas sociedades subdesenvolvidas não é consequência da incapacidade produtiva. Ela resulta da intermediação sobre a produção e da deficiência de comercialização

135 pp
193 CR\$ 6.000,00

ECONOMIA MUNDIAL

Integração regional e desenvolvimento sustentável Theotônio dos Santos

A formação de blocos como o Mercado Europeu, os Tigres Asiáticos e a possível criação do bloco latino-americano revela novas tendências. O autor analisa a globalização e a regionalização econômicas, o papel do Estado e das empresas

144 pp
E-319
CR\$ 5.320,00

A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Moniz Bandeira

Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa a reunificação. 182 pp E-286 CR\$ 7.000,00

O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira

O jornalismo enquanto instrumento de solidariedade humana através das transformações sociais. A trajetória de Neiva Moreira no Brasil da época do golpe de 64 e, depois de exilado, no mundo. Seus encontros e entrevistas com líderes como Abdel Nasser, Fidel Castro, Agostinho Neto, Yasser Arafat, Robert Mugabe, Samora Machel. Cobertura de fatos que marcaram o século XX, como a descolonização africana e a luta contra as ditaduras na América Latina nos anos 70.

464 pp
E-208 CR\$ 6.500,00

VISÃO DO FUTURO

Genival Rabelo

O autor, jornalista consagrado do Rio Grande do Norte e profundo conhecedor da União Soviética e do Leste europeu, analisa a região, suas contradições e os conflitos que redundariam na queda do socialismo real

208 pp 330
CR\$ 9.800,00

O ESTADO QUE NÓS QUEREMOS

Vários autores

Ação estatal em discussão: Antonio Salgado e Argemiro Pertence Neto (petróleo), Armando Ferreira Vidigal (militares), Berta Becker (Amazônia), César Guimarães e Roberto Amaral (TV), Fábio Erber (cooperação), Fernando Cotrim (siderurgia), Luiz Alfredo Salomão, Fernando Peregrino e Inês Patrício (tecnologia), Luiz Pinguelli Rosa (eletricidade) e Maria da Conceição Tavares (globalização) 230 pp E-323 CR\$ 9.000,00



ALLENDE E AS ARMAS DA POLÍTICA

Joan Garcés

O autor estava no palácio de La Moneda quando Salvador Allende foi morto em 73. O presidente ordenou-lhe que saísse para que pudesse analisar mais tarde aqueles anos. O livro é um testemunho único dos acertos e erros da experiência socialista chilena

335 pp
279 CR\$ 20.000,00

POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

Vários autores

Reflexões sobre a política da linguagem no continente, num volume organizado por Eni Pulcinelli Orlandi e que reúne, entre outros, Alberto Escobar, Tania de Souza, Xavier Albó, Bartolomeu Meliá, Carlos Vogt, Peter Fry e Sergio Valdés Bernal.

191 pp
E-295 CR\$ 9.100,00

SEM FÉ, LEI OU REI - BRASIL 1500-1532

Guilherme Giucci

A descoberta do Brasil dentro do contexto do expansionismo da Renascença européia. As motivações e contradições que moveram os personagens históricos nas três primeiras décadas, dentro de uma visão crítica e estilo refinado

239 pp
328
CR\$ 13.000,00

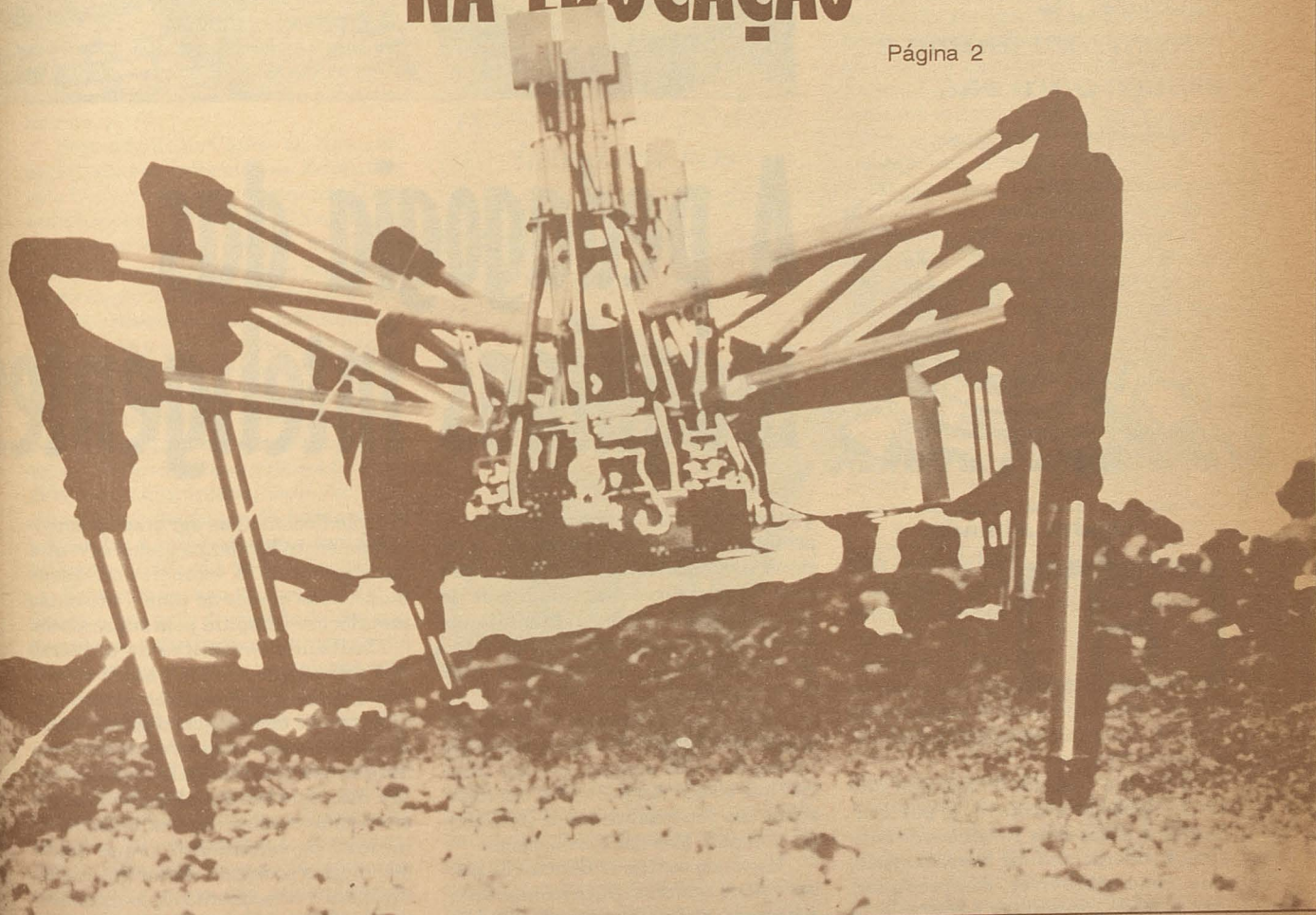
ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

MÁQUINAS PENSANTES NA EDUCAÇÃO

Página 2



PONTO DE VISTA

Mídia e
cidadania

Página 6

JAPÃO

Jovens rejeitam
velhos valores

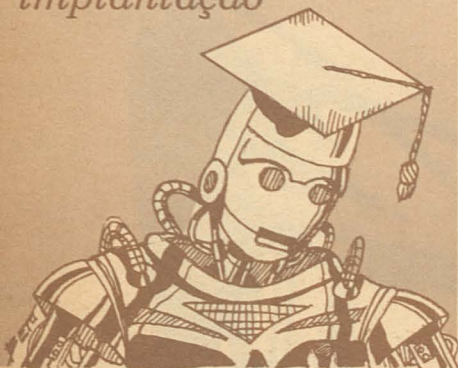
Página 9

SAÚDE

O que fazer com
a camisinha usada

Página 10

Longe de serem um exercício de futurologia num país com poucos recursos para o ensino, as mudanças tecnológicas e novos aparelhos, ao baterem à porta das escolas, já encontram ânimo e espaço para sua implantação



EDUCAÇÃO



A pedagogia das máquinas inteligentes

Sandra Almada



princípio, não temos razões o suficiente para tanto temor. Não há tecnologia mais perfeita

que o cérebro humano e esta é uma verdade tão antiga quanto a ancestralidade do homem.

Foi num passado longínquo que nossa espécie descobriu, gradativamente, que aos seus 10 bilhões de neurônios poderia creditar missões vitais, tais como sobreviver, compreender, dar sentido, organizar e controlar o mundo.

No entanto, milhões de anos de "supremacia" sobre as outras espécies e a irrefutável evidência do poder adquirido pelo *Homo sapiens* no planeta parecem se fragilizar diante dos novos e avassaladores fenômenos tecnológicos.

No mundo moderno, criadas à mercê da inteligência humana, as má-

quinas inteligentes são as principais protagonistas de uma revolução diferente das anteriores. E, embora sua rede de usuários e disponibilidade de serviços venham crescendo muito velocemente, as máquinas digitais ainda se encontram envolvidas numa aura de fetichismo.

Uma das razões parece residir no fato de seus feitos e potenciais serem tão prodigiosos que acabam por nos fazer crer que elas já conquistaram um lugar acima das potencialidades da inteligência humana. Mas não é bem assim.

Há ainda outras evidências de nossos velhos temores. Supercomputadores, robôs, andróides com cérebros artificiais e emoções humanas já há muito levaram à ficção científica os dilemas filosóficos do homem do século XX com relação às suas criações mais audazes.

O filme *Blade Runner* – o caçador de andróides, do diretor norte-americano Ridley Scott, é um exemplo de como a psique projeta no futuro, mes-

mo que ficcional, as agruras da convivência entre humanos e seus inventos inteligentes. E exorcizam, desse modo, seus medos de uma – até então metafórica – disputa pela supremacia.

Saltando os limites do universo das artes onde conflitos entre criaturas e seus criadores são muito frequentes, as tecnologias digitais incursionaram pelo mundo e produziram mudanças político-culturais abruptas. Mas dentro o que elas promoveram em termos revolucionários, o que há de mítico e de verdadeiro? O que destas tecnologias podemos extrair que contribua para o crescimento do conhecimento nos diferentes campos do saber, sobretudo na área educacional?

São questões sobre as quais estudiosos vêm se debruçando e, como resultado, emergiram novos paradigmas para a Educação, capazes de revolucionar também as formas de aprender e ensinar a apreender um mundo em constante mudança.

A evolução da espécie – Há meio

século, em 1944, um computador grande, pesado, vagaroso e funcionando com válvulas foi desenvolvido pela Universidade de Harvard e pela IBM. O Mark I fora programado para fins militares. Sua tarefa era servir à Marinha americana, calculando trajetórias balísticas.

Estes 50 anos que distanciam o Mark I da geração Notebooks – seus modernos descendentes, muito menores em tamanho e maiores em capacidade e processamento – foram pródigos para com uma tecnologia que, recebendo atenção, investimentos científicos e financeiros, cresceu como nenhuma outra.

Segundo João Cândio S. Neto, especialista em Informática Educativa pela Universidade de Campinas (Unicamp), a partir do século XIX a máquina a vapor estabeleceu-se na indústria, provocando alterações profundas na condição humana. De modo semelhante, gerações de computadores sucederam-se e a microeletrônica atinge a humanidade provocando a segunda revolução industrial, ou eletrônica. “Comparando-se as duas revoluções, percebe-se que, em nenhuma outra vez na História, nossa cultura foi atingida com maior intensidade. As capacidades intelectuais do homem são ampliadas e lidar com essa realidade pode ser difícil”, diz João Cândio.

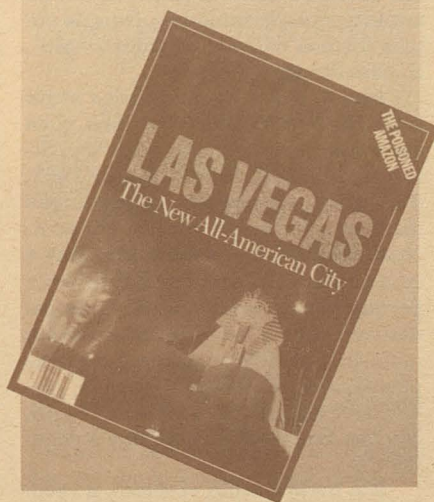
Na verdade, são tantas as dificuldades quanto a diversidade de mudanças na estrutura organizacional das sociedades e suas complexas consequências, ainda não plenamente aferidas. Há no entanto evidências que saltam aos olhos. Uma delas é que a produção industrial começa a ser gerida por um novo modelo – de aplicação de técnicas científicas à produção de bens. “O conhecimento técnico organiza toda esta nova sociedade onde as palavras-chave são racionalidade, planejamento e previsão; sinais característicos da era tecnocrática”, analisa o jornalista Fernando Sá, coordenador da área de comunicação do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase).

Em outros setores do universo do trabalho a informatização já erigiu suas normas. São através delas que, invariavelmente, as empresas perse-

guem a otimização. Eficácia, rapidez e aumento de produtividade estão associados à performance das máquinas e seus operadores. Mas revoluções – mesmo as de caráter pacífico – sempre implicam em custos sociais.

Se hoje a informática e a robótica dispensam, dentro das fábricas, o trabalhador da execução de tarefas de extremo risco – como contato com fornos de alta temperatura – por outro lado

Por 10 dólares, os assinantes da revista Time podem interferir nos textos antes de serem publicados



atropelam as reflexões que intencionalmente aproximam a lógica da racionalidade-planejamento-previsão para solucionar os problemas de milhares de trabalhadores subitamente desempregados no bojo da terceira revolução mundial.

Ineditismo – Nos Estados Unidos, os assinantes da revista *Time* já podem interferir no conteúdo informativo ou na abordagem editorial dos textos jornalísticos antes de serem publicados. Os 10 dólares pagos por este serviço permitem ao leitor interferir

na matéria, sem sair de casa, usando exclusivamente seu terminal de computador. Entrar numa realidade já programada e interferir um pouco nela parece ser o grande achado destes novos tempos. Em Tóquio, o público que lota o “cinema virtual” experimenta como mexer em enredos, falas dos personagens e alterar-lhes os rumos da vida na tela.

Os computadores e demais artefatos da realidade virtual têm também utilização menos lúdica. Para quem tem medo de avião, um simulador de voo virtual pode servir como terapia. Sofrendo todas as sensações do voo real sem contudo sair da frente de um micro, a pessoa pode tentar acabar de vez com este tipo de fobia.

O que define a mágica da realidade virtual é uma extrema sensorialização que altera a percepção humana. O fenômeno coloca tantas incertezas que, mesmo que suas consequências não tenham sido ainda equacionadas pela ciência, não fica muito difícil arriscar previsões.

Que aspectos neurofisiológicos do ser humano ficarão comprometidos com este massacre sensorial? Quando a realidade virtual estiver maciçamente comercializada, os humanos já não estarão um tanto quanto psicóticos, habituados a viver em mundos sem paralelos na realidade real?

Longe de serem problemas exclusivos de países do Primeiro Mundo, tais preocupações dizem respeito a toda a humanidade. É certo que, no Brasil, pessoas em tratamento contra obesidade ainda não têm como degustar bolachas de água e sal e terem a ilusão virtual de que saboreiam deliciosas guloseimas. Mas num futuro muito próximo, *video games* virtuais estarão chegando por aqui. Então, a criança vai entrar no mundo das possibilidades virtuais.

Estarão mais tempo num mundo imaginário do que no real. A partir daí outras inferências são fáceis. Vão se divertir mais do que estudar. E, pelo convívio sistemático com as máquinas, vão aprender a partir de experiências sonoras e visuais mais do que através do conhecimento abstrato. Será uma geração com uma nova forma de lidar com o conhecimento. E a

Os robôs dispensam o trabalhador de tarefas arriscadas, mas dificultam a solução do problema do desemprego

escola não pode discriminar e rejeitar este novo mundo. Deve, isto sim, preparar um projeto pedagógico para esta criança, já há muito familiarizada com realidades que não são as escolas, as realidades virtuais dos filmes e novelas de TV.

Educação mundializada – A revista *National Geographic* passou a funcionar através de um sistema de informação em rede. Computadores trocam entre si dados de pesquisa sobre clima, solo, vegetação, costumes dos diferentes países do mundo. O que há de singular nesta experiência é que alunos de diferentes escolas acessam a rede e atualizam dados com suas pesquisas. São redes mundiais de crianças e jovens se comunicando entre si, através de terminais de computador.

“No Brasil isto parece ser novo, mas em outros países existe há mais tempo”, diz Joyce da Silva Prado, do projeto Horizonte, de informática educativa da IBM do Brasil. “Crianças de Nova Iorque ‘falam’ com crianças do México e fazem projetos em conjunto. Isto implica observações de fenômenos que muitas vezes não constam de livros e, construindo um conhecimento novo, trabalham como verdadeiros cientistas”, analisa a especialista em informática.

Crianças norte-americanas são informadas pelas mexicanas sobre o comportamento de uma determinada ave ao migrar do território norte-americano para o México. “A informação já



se encontra aberta em rede e a TV é um exemplo disto. É importante, no entanto, que possamos usufruir de outras formas de rede de informação”, conclui Joyce.

Assim, o que ganha nitidez neste conturbado surgimento de uma nova era é que, como afirma o relatório Situação Mundial da Infância de 1992, da Unicef, vivemos uma revolução diferente. Primeiro porque seu principal agente não é a violência, mas a comunicação. Também é diferente porque parece estar transferindo poder não para a minoria, mas para a maioria. São diferenças profundas no processo de mudança histórica, que dão novo significado à idéia de revolução nas comunicações, afirma o documento.

Em meio a tanta ebulição, a revolução da comunicação nos aponta mudanças significativas também no campo do conhecimento científico e pesquisa. As ciências humanas sempre que se aproximavam da comunicação o faziam a partir de um ponto de vista utilitarista. No caso da Educação, os mais progressistas a viam como recurso tecnológico facilitador do processo de aprendizagem, e os mais conservadores, como um perigoso instrumento de manipulação social. A análise é do professor Ismair de Oliveira Soares, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP).

Para ele, nos últimos anos essa visão reducionista foi cedendo lugar a uma abordagem *antropoculturalista* dos fenômenos comunicacionais, principalmente quando se descobriu que a construção e a mobilidade da cultura moderna dependem de forma decisiva da comunicação. “Hoje já encontramos teóricos que aceitam, sem maiores preconceitos, a autonomia da comunicação como área de intervenção social”, e, acrescenta Ismair de Oliveira, “já se discute a formação de um novo profissional formado pelas faculdades de Comunicação em cooperação com as faculdades de Educação. Este profissional se debruçaria especialmente sobre as linguagens e os usos das novas tecnologias de comunicação no ensino, sobre recepção de mensagens dos meios massivos, gerenciamento e elaboração de programas com o uso da informática, do rádio e do vídeo, tanto para circuitos dirigidos como para exibição aberta”, enumera.

O caso brasileiro – Parece ser de praxe: as altas tecnologias são primeiro testadas para fins militares. A experiência do velho Mark I com a Marinha norte-americana na década de 40 não difere muito daquelas levadas a cabo pelas altas tecnologias de simulação virtual nas Forças Armadas dos EUA.

Mas os computadores não foram inventados para resolver questões educacionais e sim para responder a demandas científicas e tecnológicas. Cooptado mais tarde por interesses empresariais, o micro democratizou-se e a expansão do seu uso impulsionou a revolução eletrônica. Entre os educadores atentos à questão, há quase um consenso sobre a importância destas máquinas no desenvolvimento dos processos mentais.

“Há farta literatura sobre o assunto”, afirma Joyce S. Prado, acrescentando que “o computador já entrou na escola na década passada, introduziu-se na área de serviços administrativos e depois através de *softwares* educativos, mas isto não modificou em nada o sistema escolar”.

Joyce explica que o projeto Horizonte visa a introduzir a informática no

ensino básico, auxiliando as escolas na implantação de ambientes onde as interações, facilitadas pelo uso da tecnologia, possibilitem a construção de conhecimento e o desenvolvimento contínuo de professores e alunos.

Trata-se de uma nova perspectiva educacional, em que o computador é um instrumento através do qual a criança pode explorar, investigar, implementar um problema, resolvê-lo, errar, acertar e caminhar na direção do conhecimento.

"Neste enfoque, a criança está no centro do processo, o professor é um dinamizador, um facilitador desta nova dinâmica e a atividade intelectual vai se basear na experiência, no respeito ao estilo e ao ritmo de aprendizagem de cada um."

Esta configuração pedagógica, ao levar o computador para a sala de aula, muda o vértice do sistema de ensino, até então centrado na figura do mestre que delimita o tempo, apresenta conceitos e noções, avalia e detecta erros.

"Este novo professor precisará ser mais qualificado e a interação social passa a ser fundamental, já que as crianças neste novo espaço aberto à tecnologia conversam e trocam idéias entre si, acessam os programas desenvolvidos umas pelas outras e compartilham o conhecimento quando trabalham em rede", conclui Joyce Prado.

Quem imaginar um laboratório de informática nos moldes desta nova pedagogia contendo carteiras e computadores enfileirados e alunos circunspetos e envolvidos com os dilemas da informática não entendeu essa nova filosofia.

"Trabalhamos com um laboratório com forma circular, para que as crianças se vejam e se movimentem num espaço amplo. Verificamos que muitas vezes os professores têm mais receio de tocar na máquina que as crianças. Essa tecnologia faz parte da vida delas e elas têm enorme agilidade na sua utilização", enfatiza a especialista em informática da IBM.

A escola pública – No prédio da direção geral do Colégio Pedro II, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, a escola pública ensaia seus primeiros

passos na direção de uma Educação afinada com novas linguagens tecnológicas. Sob os cuidados da professora de Desenho Dilza Valério de Souza, alunos da quinta à oitava série do Primeiro Grau experimentam, em dois dias da semana durante uma hora, as novidades do ambiente *logo*.

"O *logo* é uma linguagem de computador, lúdica, que permite ao aluno ensinar, e todos nós sabemos que é ensinando que se aprende", lembra a professora. Ela ressalta ainda que o fato de o aluno ter que "ensinar a máquina através dos comandos que a ela são dados" faz com que ele tenha que dominar a tarefa que quer executar.

*O professor terá
que se reciclar para
entender,
acompanhar e
modificar a
pedagogia dos
novos tempos*

Há ainda diferenças ligadas aos processos de avaliação de aprendizagem que ela enfatiza. "Ao dar um comando ao computador e não aparecer na tela o que o aluno imaginava, não significa que tenha havido um erro. Ele tem que pesquisar e descobrir o que não atendeu às suas intenções iniciais. Saber por que ocorreu, para alterar. E muitas vezes o erro passa a ser um acerto, uma nova idéia a ser usada em outro programa", ensina Dilma.

Não há dúvidas que cultivar o medo de errar, ou ver o erro detectado pelo professor uma semana depois das provas e testes aplicados, são atitudes incompatíveis com a filosofia da linguagem *logo*. No entanto, tantas e tantas mudanças não são digeridas com facilidade pelo sistema de ensino.

"Nosso projeto teve como primeiro objetivo observar o desenvolvimento da aprendizagem por exploração e descoberta no ambiente *logo*. E depois fazer a comparação entre ele e o ambiente tradicional de sala de aula. Mas apesar de tantos aspectos positivos não dá para pensar em inserir esta experiência dentro do currículo, isto porque o Pedro II é um colégio com ensino de excelente qualidade mas muito tradicional e centrado na figura do professor", pondera Dilma.

Se no ambiente *logo* – ou em outro qualquer que desmonte os alicerces dos projetos pedagógicos de nossas escolas – o aluno passa a gerenciar o seu próprio processo de aprendizagem, não significa que ele reduza a importância do professor. Ele terá de certo que se reciclar para entender, acompanhar e acrescentar novas idéias a esta pedagogia dos novos tempos.

Longe de ser um exercício de futurologia num país com poucos recursos destinados ao ensino, as mudanças tecnológicas, ao baterem à porta da escola, já encontram ânimo e espaço para sua implantação.

Quem conversa com a programadora Cristiana Farias de Lima Rosa, 21 anos, que trabalha no Laboratório de Informática Educativa do Centro Educacional de Realengo, ligado às Faculdades Castelo Branco, começa a perceber que estão em curso as mudanças necessárias para que profissionais da Educação assumam novos desafios. Cristiana, depois do curso Normal, fez um curso técnico de informática ligado à Educação na Castelo Branco.

"Depois de nove meses de aula, fiz um estágio e hoje trabalho dando treinamento aos professores, num trabalho de equipe, em que usamos a linguagem *logo*."

Enquanto conversa, ela mostra seus *softwares* descartáveis, que servem às aulas de Matemática, Geografia e História. Suas considerações teóricas são as mesmas apontadas pelos profissionais da IBM e do Colégio Pedro II. Ela também expressa a mesma alegria ao dar provas de que já existem caminhos para que a Educação no Brasil seja verdadeiramente revitalizada. ■



Luiz Antonio Aguiar*

A comunicação social é apenas um dos aspectos do confronto entre visões progressistas e conservadoras em nosso meio cultural e político. Talvez sequer o principal, mas nem por isso deixa de ser decisivo. Por isso, os movimentos progressistas precisam rever procedimentos e concepções que favoreçam seu relacionamento com a mídia e a opinião pública.

Uma oxigenação moralizadora toma conta da sociedade brasileira. A CPI do Orçamento instalou-se ainda sob os ecos da mobilização pró-*impeachment*. Os donos da mídia (não confundir com o corpo profissional que

trabalha na imprensa), enquanto especialistas em opinião pública, desempenharam papéis complementares. Por um lado, os comentaristas alertavam o Congresso: ocorreriam consequências "imprevisíveis", se a CPI desse "em pizza". Por outro, amorteciam a indignação popular prevendo que isso não iria acontecer. Mas por que não investigaram o envolvimento das empreiteiras nos casos de corrupção, com tanto empenho quanto foi — com justiça! — esmiuçada nos noticiários a vida financeira de tantos parlamentares? Isso poderia atingir até os próprios interesses econômicos da mídia e a ela não interessava. Nesse caso, a mídia atuou construindo uma "versão" compacta do fato corrupção. Afinal, até onde se chegaria se fossem descobertos todos os esquemas de troca de votos, no Congresso, por apoios eleitorais e congêneres?

O que importa, aqui, é acentuar que o desfecho do embate entre as forças progressistas, dispostas a passar o país a limpo, e o conservadorismo — que se valeu de recursos de edição e programação — não foi dos mais favoráveis a quem pretendia depurar as instituições. O processo foi até agora estancado — muito por falta de uma política de comunicação mais eficaz que ganhasse a opinião pública para aprofundá-lo. Talvez se esperasse que a população saísse às ruas para "esquentar" a CPI, como aconteceu contra Collor. Não se percebeu que, neste caso, a disputa estava se dando em circunstâncias mais amenas.

Mudança social e comunicação

O regime democrático deu meios de participação a uma maioria que forma sua opinião diante da TV, não sai às ruas mas exerce efetivamente uma pressão cívica

A crise que atravessamos vem se acelerando. A preocupação da mídia é afastar alusões às reformas estruturais necessárias para resolvê-la. Irupções localizadas são rotuladas como "baderna" — afinal, "não estamos tão ruins assim que se justifiquem atitudes drásticas". Tudo se resolveria com a reforma da Constituição e da máquina governamental (nunca uma reforma plena no Estado). O ministro-candidato Fernando Henrique Cardoso descarrega impostos sobre a classe média prometendo o fim da inflação, quando contornado o déficit público. O grande empresariado prega a privatização e a demissão em massa de funcionários públicos.

No Brasil, inflação, recessão, desemprego, especulação, concentração de renda e, em suma, a miséria são elementos indissociáveis de uma mesma equação que não pode ser enfrentada aos pedaços. Tanto a versão "medidas monetárias" quanto a de "gerir o país como se fosse uma empresa" abandonam as prioridades sociais — mas ambas têm espaço na mídia e podem se consolidar como interpretação da crise brasileira. A campanha eleitoral — momento de mobilização e de propaganda — pode ser tarde demais para "correr atrás do prejuízo".

As teorias ortodoxas de propaganda política formulavam binômios do tipo "agilização & propaganda", "luta & organização". Ou seja, tenaz campanha de denúncias centradas contra o Estado — na tentativa de evidenciar seu caráter de classe — divulgadas principalmente entre os indivíduos

ameaçados que enfrentariam o poder em greves e passeatas – e depois se filiariam às entidades classistas e partidos. Tais teorias não poderiam prever a profunda diferença do ambiente em que foram formuladas para os dias atuais. A cultura de massas – e sua corrente sangüínea, a comunicação eletrônica – ampliou, por um lado, e diversificou, por outro, radicalmente a discussão e as formas de participação política. Entre os espectros maniqueístas da “falsa consciência” e da consciência “de classe”, o que se buscava era acumular forças para uma tomada do aparelho estatal, pressupondo que o regime que se seguiria e o novo modo de produção seriam capazes de produzir uma cultura correspondente para o resgate da população. Deu no que se viu...

Os regimes democráticos contemporâneos tornaram insanas quaisquer pretensões golpistas de tomada de poder e conferiram meios de participação política – o voto – a uma maioria que forma sua opinião diante da TV, no papo no trabalho – segmentos que não saem às ruas, mas que exercem efetivamente a pressão cívica.

Hoje, não se pode ter em mira apenas o Estado, nem confiar na repercussão conseguida exclusivamente no interior do segmento *militante* da sociedade. Qualquer idéia confinada ao seu segmento gerador permanece sob a suspeita de ser meramente um ponto de vista (partidário). O desafio é percorrer a sociedade num movimento plural e diversificado – que tenha amplitude e capacidade de interagir com modos diferenciados de participação e de interesse político, para exercer o poder com consentimento e parceria popular.

Ou os pólos progressistas abandonam a arrogância vanguardista e messiânica de quem pensa ter a História na mão e disputam a opinião pública e o espaço na mídia, ou lhes restará reclamar da competência conservadora em “manipular” informações – enquanto a crise social se agrava.

Em um país com níveis mais robustos de educação e de poder aquisitivo das massas do que o nosso, a TV não concentraria praticamente todas

as opções de lazer e informação da grande maioria da população. Há também que considerar o monopólio de fato dos veículos de comunicação. A Rede Globo capta 40% das verbas de publicidade em todo o país. Nenhuma outra emissora pesa tanto na formação de opinião pública. A Rede Globo é a quarta maior emissora de TV do mundo – perde apenas para as três grandes redes dos Estados Unidos. Em termos de qualidade, entretanto, nada deve às norte-americanas, triunfando sobre elas em várias premiações internacionais. Hipertrofia da comu-

*A cultura
de massas
ampliou, por
um lado, e
diversificou,
por outro, a
discussão e as
formas de
participação
política*

nicação eletrônica e monopólio da comunicação, combinação ácida a ser enfrentada por movimentos políticos que precisam se repensar como formadores de opinião.

A mídia eletrônica não é invulnerável. Pode não noticiar propostas que lhe pareçam antagônicas, mas que, alcançando certa repercussão independente, passa a assumir, interpretando-as. Foi assim nas Diretas-já e no Fora-Collor. Há espaços, portanto, a se trabalhar, se forem observadas as características do processo de formação de opinião na cultura de massas. Opinião não se forma apenas em momentos agudos mas permanentemente nos recantos domésticos e profissio-

nais, aparentemente apolíticos. É preciso alcançá-los e divulgar os fatos abafados pela mídia. É necessário constância; opinião se forma menos pelos raros editoriais do *Jornal Nacional* do que pela versão que articula cada notícia. Disputa-se, na prática, manchete a manchete.

É necessário aprimorar o relacionamento com o corpo profissional da mídia – os jornalistas –, manter contato ininterrupto sem arrogâncias, cobrando que a ética jornalística os leve a divulgar os fatos. É importante também um acompanhamento do que é noticiado.

É fundamental atentar para as flutuações da opinião pública não apenas em momentos eleitorais – realizar pesquisas constantes e ações no sentido de dialogar com ela, de reverter índices de rejeição, procurar obsessivamente esclarecer mal-entendidos.

Mas, acima disso, o que se está disputando é um visão do que é e do que pode se tornar o Brasil. É preciso uma alternativa ao conservadorismo, uma proposta afirmativa, generosa e versátil que conquiste amplos segmentos da sociedade, que penetre nos lares, na condução e na hora do cafezinho. Uma proposta deflagradora e emblemática, mais parte do que líder do processo. E que terá desenvolvimento espontâneo e será modificada no seu formato original, justamente para e quando conseguir se disseminar.

Mesmo carecendo de uma eficiente assessoria de comunicação, a Ação da Cidadania oferece um princípio deflagrador, a partir da experiência da campanha: Ética – não reduzida somente à obrigação da honestidade, mas como a prevalência humana e solidária que deve reger o conjunto das relações sociais. Sobrepondo-se à (in)cultura da esperteza e à selvageria do lucro, temos a prosperidade, que, ou existe para todos como bem social, ou é deturpada como privilégio. E temos também a prática política, como resgate tanto dos direitos quanto das esperanças. Aí estão fundamentos férteis para a construção de uma pressão cívica progressista. ■

* A elaboração deste artigo originou-se de uma troca de idéias com José Augusto Pires

DESPERDÍCIO

Os habitantes de favelas desperdiçam 30% a mais de alimentos do que os dos bairros cariocas de classe média. Os pobres jogam mais roupas e sapatos no lixo que os ricos, consomem poucos produtos com embalagens de vidro, comem mais feijão e açúcar que os mais favorecidos e quase não são encontradas em suas lixeiras caixas de anticoncepcionais ou preservativos.

As conclusões são da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb), que busca conhecer a composição do lixo gerado pela comunidade para planejar a obtenção de retorno financeiro com a venda de material reciclável. Enquanto no Alto Leblon, bairro de classe alta, foram encontrados 20 quilos de garrafas de bebidas por toneladas de lixo, na favela da Rocinha a proporção foi de 2 quilos por tonelada. Quanto às roupas, os mais ricos costumam doar as suas, enquanto os desprotegidos as jogam fora quando ficam impréstáveis.



CONTRADIÇÃO

Embora, pela legislação brasileira, os índios sejam tutelados pelo governo, na prática isto começa a ficar sem efeito. Um acordo entre a Comissão de Investigações dos Trabalhos das Carvoarias e Destilarias de Mato Grosso do Sul e dez usineiros da região permitiu que cinco mil tere-

nas cortadores de cana conquistassem o direito de ter sua carteira de trabalho assinada. A idéia é eliminar os intermediários (um índio contratador que ficava com 12% do salário de seus colegas e a Fundação nacional do Índio - Funai, que ficava com 3%).

MEDICINA CHINESA

Cursos de medicina tradicional chinesa, medicina veterinária tradicional e aquicultura, além de outros tratando de língua e história daquele país, serão implantados pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói.

O curso de medicina tradicional vai durar nove meses e será dedicado exclusivamente a médicos, ensinando acupuntura, massagens e uso de plantas curativas.

Ainda na UFF, seu novo currículo para a Faculdade de Medicina, que dá mais ênfase à formação prática do aluno, reservando os dois últimos anos para internato, foi considerado pela Organização Pan-Americana de Saúde a melhor proposta curricular das Américas.



NEOLIBERALISMO EM DEBATE

"Neoliberalismo: expansão da economia ou grande liquidação do país?" é o tema do seminário Rumos da Modernidade, que se realiza na Universidade do Estado do Rio de Janeiro de 15 a 18 de março. A questão é das mais polêmicas: afinal, o neoliberalismo tem sido exaltado como um remédio para as economias do Terceiro Mundo que querem se modernizar e, por outro lado, tem sofrido pesadas críticas daqueles que o consideram apenas mais uma imposição dos donos do poder mundial aos países periféricos. Enquanto isto, mais de um bilhão de habitantes das regiões terceiro-mundistas continuam vivendo em estado de carência absoluta. Entre os debatedores, estão Aziz Ab'Saber, presidente da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC); Roberto Mangabeira Unger, da Universidade de Harvard; Gerd Borheim, filósofo; e Tito Ryff, secretário de Obras do estado do Rio.

VIOLÊNCIA

Relatório anual da Comissão Pastoral da Terra, referente ao ano passado, revela a existência de 14.984 casos de trabalho escravo no Brasil. O desumano regime foi comprovado em 19 imóveis rurais em 13 estados, sendo oito mil casos só no Mato Grosso do Sul. O Rio teve 75 casos na empresa Rural Forte. O relatório apontou também 47 assassinatos no campo em conflitos pela posse da terra. O Pará foi recordista, com 14 casos, seguido por Pernambuco, com cinco.



JAPÃO

Nova geração repudia velhos valores

Os jovens que chegam à maioridade contestam os tradicionais valores da sociedade japonesa, dando maior importância à satisfação material e à diversão do que ao trabalho e à família

Suvendrini Kakuchi

O Japão comemora todos os anos, em meados do mês de janeiro, o "Dia da Maioridade". Cerca de dois milhões de japoneses de 20 anos, em trajes tradicionais, participam de uma caminhada ao santuário para celebrar a entrada na maioridade.

Mas, enquanto os pais se orgulham do quanto seus filhos cresceram, sociólogos dizem que o Japão está se tornando uma nação de adultos que são verdadeiras crianças. "Uma coisa é bem clara — diz o professor universitário Bunzo Kamimura — a nova geração japonesa se preocupa apenas consigo mesma."

Os sociólogos frequentemente atribuem isto ao sucesso econômico do país e à dedicação ao trabalho da maioria dos japoneses. Mas muitos agora dizem que a transição, de um país de produção maciça a um país de consumo maciço, deu como resultado um tipo diferente de japoneses adultos. "Esse pessoal se recusa a aceitar as premissas sociais", diz Tomotsu Sengoku, diretor do Instituto Japonês de Jovens. "A educação japonesa não acompanhou as mudanças e não pode oferecer-lhes nada de novo."

Sem pressa de casar — No ano passado, o governo mandou realizar uma pesquisa entre japoneses de 20 anos, que representavam 1,6% dos 122 milhões de habitantes. "Em resposta à pergunta sobre diversão, mais de 60% dos mil pesquisados disseram que eles queriam aproveitar seu tempo livre fazendo compras ou em companhia de amigos", comentou um porta-voz do governo a respeito da enquete.

As respostas também mostraram



Para os jovens de hoje o lazer é fundamental

uma marcada diferença entre rapazes e moças, especialmente no que se refere ao tema casamento. As mulheres de 20 anos parecem valorizar sua independência, mas os homens, cerca de 80%, disseram que o casamento e os filhos eram importantes, revela a pesquisa.

Mas a Assembléia Nacional para o Desenvolvimento de Jovens, que assessora e orienta os jovens japoneses que buscam trabalhos voluntários, apresenta um panorama ligeiramente diferente. Afirma que mais de 70% dos que recorrem a seus escritórios são mulheres em idade universitária, muitas das quais querem realizar trabalhos voluntários na Ásia. "Elas apontam uma necessidade de satisfação espiritual como motivo principal", disse Hiroaki Tomokoshi, funcionário da organização.

O importante é se divertir — O professor Kamimura opina, no entanto, que essas pessoas representam menos de um por cento dos jovens japoneses. "Meus estudos e experiência

têm demonstrado que a satisfação material continua ocupando um lugar importante na mente dos jovens", insiste.

Os especialistas acreditam que um dos motivos para a falta de ideais e objetivos da nova geração de japoneses seja a superproteção dos pais. Os japoneses que hoje estão chegando à maioridade foram criados em uma sociedade próspera e sem maiores dificuldades. Se os pais

acostumaram mal os filhos, estes não têm oportunidade de crescer e enfrentar a realidade da vida.

Yuko Ishioka, que fará 20 anos, assinala que "insistir sobre valores japoneses, como família e trabalho, não significa nada para mim. Precisamos de algo mais, mas não tenho tempo para pensar o que deveria ser". Ishioka, uma estudante do segundo ano da famosa Universidade Chuo, não hesita em dizer que ela deseja ser uma arquiteta rica e bem-sucedida. Ao contrário de sua mãe, que se casou aos 23 anos de idade e desde então dedicou toda a sua vida à família, Ishioka declara que nunca se casará.

No dia do seu aniversário, vestirá um elegante quimono de 7.000 dólares que seus pais comprarão e se unirá ao restante dos "maiores de idade" na visita ao santuário. "Assim que terminarem as formalidades, irei com uns amigos ao bar para beber, cantar e me divertir", disse Ishioka, acrescentando que esta deverá ser a "melhor parte" das comemorações. ■

O que fazer com a camisinha usada?

Crianças que brincam com preservativos usados, encontrados em latas de lixo, e entupimento de vasos sanitários são algumas das conseqüências de se jogar camisinhas usadas em qualquer lugar

Horace Awori

Os assistentes sociais do Quênia estão preocupados com o descuido com que são jogadas fora as camisinhas usadas nesta nação africana. Lucy Oriang, uma funcionária do Departamento Social do Quênia, em Nairóbi, disse que freqüentemente se encontram crianças em áreas pobres brincando com preservativos usados, os quais confundem com balões de festa. "Estamos resolvendo um problema e, sem saber, criando outro ao não assegurar que se dê um fim adequado às camisinhas usadas", explica.

A preocupação de Oriang é compartilhada por James Njuguna, um bombeiro da capital queniana. Njuguna diz que as camisinhas, utilizadas para proteger-se das doenças transmitidas pelo contato sexual, são uma das principais causas de entupimento dos serviços sanitários e esgotos.

"Calculo que a maior parte das obstruções sanitárias são causadas pelos preservativos que não podem ser facilmente eliminados pelas privadas, principalmente nos banheiros públicos. O que mais me preocupa é o perigo a que está exposta a população", diz Njuguna.

O risco para as crianças - O problema não é novo. Já em 1991, o ex-secretário geral do Conselho Nacional de Igrejas do Quênia, o reverendo Simon Kobia, advertia a população que as camisinhas não deviam ser jogadas em latas de lixo onde crianças pudessem apanhá-las e brincar com elas.

Apesar de que ninguém tenha dado importância às suas declarações, o reverendo Kobia afirmou também que os preservativos representam um

perigo de contaminação ambiental, inclusive das fontes de água, se não forem jogados em um local apropriado depois de usados.

Milhões de camisinhas são usadas anualmente no Quênia, mas o país não previu o problema relacionado com o seu destino final. Em dezembro passado, se organizou um seminário para funcionários da saúde, com o objetivo de que estes orientassem as mais de 250 mil pessoas ameaçadas pelo problema da falta de cuidado com as coisas que jogam no lixo, incluindo a camisinha. No encontro, se divulgou que numerosas doenças tinham invadido diferentes áreas da capital.

O seminário, organizado por Action Aid, uma organização não-governamental europeia, atribuiu a propagação das doenças ao lançamento de

produtos químicos em locais proibidos, assim como à proliferação de lixões clandestinos.

George Mena, que participou do seminário, lamenta: "Muitas crianças são alimentadas com restos que apanham nos lixos. Imaginem os estragos que isso pode causar à saúde de uma criança..."

Queimar depois do uso - Diante da polêmica desencadeada, o chefe da localidade onde se realizou o seminário, Peter Ojiambo, fez um apelo às autoridades para que transferissem o depósito de lixo para outro lugar, pois se converteu em um sério risco para a saúde da população.

No que se refere aos preservativos, Florence Mboni, uma assistente social dos serviços comunitários de informação sobre a Aids em Nairóbi, assinala que o destino final das camisinhas é um problema mundial e, portanto, as soluções devem ser encontradas a nível internacional.

Já na opinião de Jonathan Wanyama, médico de uma clínica particular de Nairóbi, não se deve esperar que os fabricantes encontrem uma solução para o destino final das camisinhas, pois isso levaria anos. "Os fabricantes se preocupam em como produzir mais preservativos, e não onde serão jogados depois do uso. Por outro lado, acho que se deveria fazer uma campanha governamental explicando aos usuários o que fazer com as camisinhas depois do uso. Além disso, deveriam melhorar o sistema de fossas nas zonas rurais para que se possam lançar aí as camisinhas com segurança."

Para o médico, uma das possíveis soluções seria "sugerir aos casais que queimem os preservativos em vez de jogá-los nas latas de lixo ou nas privadas".



Na África, há pouca informação sobre os preservativos

O funeral do inglês

A partir de 1997, quando Hong Kong deixar de ser possessão inglesa e voltar à soberania chinesa, restarão poucos vestígios da língua colonial

Yojana Sharma

Embora ainda faltem três anos para a passagem da administração de Hong Kong à soberania chinesa, alguns acadêmicos e empresários já começam a fazer o funeral de uma importante herança colonial: a língua inglesa.

Enquanto muitas ex-colônias britânicas que obtiveram a independência, há várias décadas, continuam a ter o inglês em lugar de destaque, em Hong Kong há indícios de que esteja em declínio. A queda tem sido gradual, mas especialistas no idioma são da opinião de que este fenômeno se acelerou desde que a Grã-Bretanha aceitou, em 1984, entregar Hong Kong à China em 1997, depois de 150 anos de regime colonial.

O fato de muitos habitantes terem deixado a ilha rumo ao continente, na década de 70, também contribuiu para que muitos adultos não aprendessem o inglês.

Por outro lado, a recente maior oferta no número de vagas no ensino universitário – com o objetivo de induzir os jovens a não emigrarem – obrigou a reduzir a exigência nos níveis do inglês para poder aceitar um maior número de estudantes. Um estudo realizado pela Universidade de Hong Kong, há quatro anos, demonstrou que só 15% de seus estudantes liam jornais em inglês; 12% ouviam rádio nessa língua; e 28% viam televisão em inglês regularmente.

Inglês: passaporte para o exterior – Empresários assinalam que existe hoje uma verdadeira “fuga de cérebros”, principalmente de executivos e de profissionais liberais. Entre os que se candidatam a imigrar, os que dominam o inglês conseguem visto com mais facilidade.

Apesar disso, um estudo recente da Câmara de Comércio de Hong

Kong constatou que 40% das grandes companhias tinham problemas com o inglês a nível de gerência e 60% apresentavam dificuldades com o pessoal técnico e de escritório. A companhia petrolífera Shell descobriu que o pessoal recrutado em Beijing (ex-Pequim) tinha um melhor nível de inglês que os candidatos de Hong Kong.



Hong Kong: a língua inglesa está caindo em desuso

“O êxito de Hong Kong como centro de negócios internacional depende até certo ponto do uso do inglês, um fato reconhecido pelo governo chinês que se opõe a uma redução da prática do idioma nas escolas em favor do chinês”, disse Peter Sutch, um dirigente empresarial.

Mudanças na mídia – Todos os canais de televisão e rádio em inglês em Hong Kong estão perdendo os seus

anúncios e têm que receber subsídios dos similares chineses, muito mais lucrativos porque, devido à sua grande audiência, atraem anunciantes de peso.

Com 98% da população falando essencialmente chinês, os canais de televisão não gostam muito, aparentemente, de ter que dedicar um terço dos seus recursos a notícias em inglês e a programas importados.

Se as leis de concessão de televisão não obrigassem os dois canais de Hong Kong a transmitir noticiários em inglês em horários nobres, há tempos as estações já teriam eliminado os seus programas em inglês.

As estações de rádio estão transformando os seus programas em inglês em “bilíngües” – usando também o coreano, o japonês e, mais recentemente, mandarim – para, em seguida, discretamente, irem eliminando os espaços nessa língua.

Mesmo o muito bem-sucedido canal de televisão *Star* não conteve a queda. Embora sediada em Hong Kong, esta empresa reconhece que os seus principais mercados são a Índia e Formosa, e que tem muito mais telespectadores em Israel do que na colônia britânica.

Na opinião dos analistas dos meios de comunicação, se permanecer a atual tendência, é quase certo que em 1997 não haverá estações de rádio em inglês e que a televisão nesta língua será restrita à transmissão dos seus serviços por cabo e satélite. ■

MÉXICO

Hora de dialogar



O EZLN (foto) concordou em negociar, mas não em depor armas

O presidente Salinas de Gortari decidiu introduzir mudanças no orçamento de 1994, para aumentar em 1,1% o gasto social e em 78% os recursos destinados às áreas rurais. A iniciativa foi interpretada como uma resposta paliativa para o surgimento da guerrilha, mas nem os especialistas nem a opinião pública acreditam que decisões dessa natureza tragam benefícios para os milhões de mexicanos que vivem abaixo da linha de pobreza.

A real expectativa da população se centra agora nos resultados do diálogo entre o governo e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que mostrou sua disposição de encontrar uma solução negociada ao entregar seu principal refém, o general Absalón Castellanos, um questionado ex-governador e latifundiário de Chiapas.

Castellanos foi capturado em 2 de janeiro e, depois de 46 dias de cativeiro, o EZLN o libertou, acatando essa exigência do governo para iniciar o diálogo de paz. Outros fazendeiros e militares se encon-

tram em poder da guerrilha, mas seus nomes não foram divulgados.

O diálogo começou em 21 de fevereiro na catedral de San Cristóbal de las Casas. O famoso subcomandante Marcos — chefe militar que assinou quase todos os comunicados divulgados pelo EZLN e, aparentemente, o único dirigente que não é indígena — justificou a demora no início desse diálogo pela “falta de alguns detalhes no esquema de segurança de nossos delegados, que devem ser bem cuidados para se evitar surpresas desagradáveis”.

As próximas semanas estarão marcadas por essa rodada de negociações que, para muitos, não vai desembocar em uma saída definitiva, mas em uma espécie de “paz armada”. Isso porque o assunto da propriedade da terra será o eixo do diálogo, e em Chiapas os latifundiários costumam ditar as regras do jogo — inclusive contratando polícias particulares, conhecidas como “guardas brancos” —, o que os torna protagonistas não convidados das negociações.

CUBA

Reencontro com os exilados

Entre 22 e 24 de abril se realizará em Havana a conferência chamada “A Nação e a Emigração”, convocada pelo chanceler Roberto Robaina, e da qual participarão 200 pessoas representando os cubanos residentes em quase 20 países, mas cujo grupo majoritário se encontra nos Estados Unidos.

O governo cubano convocou “os que, constituindo a maioria da emigração, não renunciaram a seus vínculos com o país, não o condicionam a aspirações políticas nem a interesses de grupo”, um forma elegante de deixar de fora do convite os setores mais duros do exílio. Nos últimos 35 anos, desde que começou o projeto socialista encabeçado por Fidel Castro, cerca de dois milhões de cubanos abandonaram o país.

A primeira tentativa de aproximação com o exílio se produziu em 1978, quando 140 representantes dessa comunidade viajaram a Havana e mantiveram um diálogo com as mais altas autoridades para tratar de solucionar o problema da comunicação familiar e amenizar as dificuldades migratórias. Das sementes daquela iniciativa germinaram as bases deste segundo passo.

Com o fim da Guerra Fria, os expoentes da extrema-direita do exílio se enfraqueceram muito e hoje tanto em Havana, como em Miami o diálogo é visto sob um novo prisma. “Cuba e seu governo são uma realidade; a emigração é outra realidade e ambas partes têm que admitir sua existência”, sintetizou um porta-voz da chancelaria cubana.

ARGENTINA

O último ditador argentino, Reynaldo Bignone (1982-1983), reconheceu que a guerra pelas ilhas Malvinas foi uma decisão não pensada que precipitou o retorno à democracia. Bignone afirmou que a guerra foi levada adiante de forma “improvisada e nas piores condições” e admitiu que na repressão ilegal à guerrilha de esquerda “se cometeram excessos, abusos e erros”. Bignone entregou a faixa presidencial a Raul Alfonsín, cujo governo condenou os ex-comandantes da ditadura militar por graves violações aos direitos humanos. Em 1990, os ex-ditadores foram indultados pelo presidente Carlos Menem.

HAITI

Os Estados Unidos estão dispostos a pressionar o deposto presidente do Haiti Jean-Bertrand Aristide para convencê-lo de que seu futuro depende de sua aceitação de um novo plano político.

A proposta – que foi negociada em Washington por alguns setores do Parlamento haitiano, sem o consentimento de Aristide – não estabelece objetivos ou prazos concretos, embora contemple a nomeação de um novo primeiro-ministro por parte do ex-presidente.

Para os Estados Unidos e o mediador internacional Dante Caputo, este plano é o único viável para superar a crise política, mas Aristide não se mostra disposto a aceitá-lo, qualificando-o de “irresponsável”.

Até que Jean-Bertrand Aristide não se pronuncie a favor do plano, o Conselho de Segurança da ONU não tratará do projeto de embargo total contra o Haiti, como quer o ex-presidente.

EQUADOR

Sinais de ingovernabilidade

A Igreja católica do Equador exortou o governo a iniciar um diálogo com a oposição, após advertir que existem sinais de “ingovernabilidade”. O apelo dos religiosos ocorreu em meio a crescentes protestos contra o governo e após a qualificação do Equador como um “país de alto risco” para os investidores estrangeiros por uma revista europeia especializada. Essa publicação afirma que a crise política poderia, inclusive, desembocar em um golpe militar.

Desde 28 de janeiro, quando o governo aumentou em mais de 70% o preço da gasolina, este

país andino vive uma crescente onda de protestos. Entre as manifestações de descontentamento popular estão uma greve geral, contínuos protestos estudantis e uma paralisação organizada pelos indígenas, que interrompeu várias estradas. Entre 20 e 30% dos 10,5 milhões de equatorianos são índios.

No próximo 1º de maio, os equatorianos irão às urnas escolher cerca de 700 parlamentares, entre deputados provinciais (estaduais) e vereadores, numa eleição que poderá servir como termômetro da crise política no país.

NICARÁGUA

Sandinistas preparam congresso



Os sandinistas estão divididos em duas correntes

A comissão que prepara o Congresso Extraordinário da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), a ser realizado entre 20 e 22 de maio próximo, propôs quatro teses de debate, entre as quais se destaca uma nova relação com os Estados Unidos e o apoio ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

Bayardo Arce, membro da direção

da FSLN e da comissão preparatória do congresso, informou que as teses propostas defendem uma nova relação com os Estados Unidos “diferente da década passada”. O documento destaca a renúncia total à luta armada e enfatiza que a via eleitoral é a única

válida para conquistar o governo.

Os sandinistas estão divididos em duas correntes, denominadas “Esquerda Democrática” – liderada pelo ex-presidente Daniel Ortega – e “Por um sandinismo voltado para a maioria”, dirigida pelo ex-vice-presidente Sérgio Ramírez. Tanto Ortega como Ramírez negam que existam discordâncias de fundo entre eles, mas tam-

pouco escondem que divergem em alguns pontos, principalmente na tática da luta social e política.

A corrente de Ramírez, à qual pertencem o ex-ministro da Cultura, Ernesto Cardenal, o músico Carlos Mejía Godoy, a ex-ministra da Saúde, Dora María Telles, e o comandante Luis Carrión, entre outros, rejeita qualquer forma de violência, incluídas aí as barricadas, a queima de ônibus e outras formas de lutas de massa usadas pelos sandinistas nas etapas anteriores à tomada do poder.

Em compensação, a chamada “Esquerda Democrática”, de Ortega, tem se manifestado a favor de todo tipo de luta popular, excluindo – como a outra tendência – a luta armada.

Essas nuances podem passar a ter muita importância se, como previu o ex-presidente Ortega, os sandinistas voltam ao poder em 1996, “em aliança com outras forças”. Essa declaração do principal líder do sandinismo, dada durante uma conferência em Madri, se baseia em sua convicção de que o povo nicaraguense “está cansado do neoliberalismo”.

COSTA RICA

A história se repete

Como há 46 anos, em 1994, José Figueres assumirá o governo da Costa Rica, sucedendo Rafael Angel Calderón. Mas os personagens não são os mesmos: a nova versão da velha história está protagonizada pelos filhos de ambos os caudilhos.

Em 1948, José Figueres Ferrer expulsou do poder Rafael Angel Calderón Guardia após uma guerra civil travada em defesa da lisura do voto. Em 8 de maio deste ano, o filho de Figueres, José María, de 39 anos, receberá o poder de Rafael Calderón Fournier, depois de haver vencido as eleições gerais de fevereiro passado.

Ao contrário de há quase meio século, não há nenhuma guerra em andamento – à exceção da verbal, que dominou a campanha – e Calderón não será expulso do poder, e sim o entregará de acordo com o estabelecido na Constituição.

Atualmente, 46 anos depois da guerra civil, o Partido Libertação Na-



Figueres, durante a campanha eleitoral

cional, de Figueres, e a Unidade Nacional Cristã, de Calderón, quase não diferem em seus postulados, mas sim em que prazo e como devem ser apli-

cadadas as medidas de ajuste.

A maioria dos costarriquenhos que foram às urnas viu no jovem candidato José Figueres a viva imagem do homem que em 1949 aboliu constitucionalmente o exército deste país, depois de ganhar a guerra civil. De fato, fisicamente Figueres é muito parecido com seu pai, mas seus opositores dizem que não tem o nível intelectual do caudilho, nem a experiência e humildade necessárias para governar.

Essas críticas também são compartilhadas por importantes setores de seu próprio partido, de orientação social-democrata, que consideram que o presidente eleito é uma figura vulnerável por ter sido vinculado ao assassinato de um narcotraficante, ocorrido há 20 anos, e com estelionatários internacionais em um negócio de minas.

Esses fatos fazem temer que seu governo nasça enfraquecido e até mesmo corra o risco de passar por um processo semelhante ao do Brasil e Venezuela, onde os presidentes foram expulsos do poder sob a acusação de corrupção.

PERU

Sendero se divide

O movimento armado Sendero Luminoso, que alguns identificam como de tendência maoísta, se dividiu em duas linhas antagônicas que se acusam mutuamente de traição. De um lado estão aqueles que acatam a proposta de paz de seu chefe preso, Abimael Guzmán; de outro, os seguidores de Oscar Ramírez, conhecido como "Feliciano", que se recusa a depor armas.

A divisão do Sendero, previsível desde que Guzmán aceitou a capitulação

em setembro de 1993, depois de um ano de confinamento, é considerada o prelúdio da derrota definitiva do movimento.

A maioria dos 2.500 senderistas presos se colocaram ao lado de seu chefe histórico, que da prisão escreveu duas cartas; uma ao presidente Alberto Fujimori, pedindo um diálogo de paz, e a outra à militância, explicando a necessidade de uma trégua até o ano 2000.

A dissidência de linha



A direção do Sendero (ao centro, Abimael Guzmán) entrega na prisão uma carta pedindo negociações com o governo

dura, cuja magnitude se desconhece, estaria dirigida por uma "tróica", formada por "Feliciano", Júlio Mezich e um terceiro e até agora desconhecido diri-

gente, recém-promovido. Segundo fontes policiais, ambos setores preparam agora amplas reuniões para consagrar suas respectivas linhas. *

RUANDA

Governo não quer a paz

O boicote do governo fez fracassar a conferência programada para fevereiro passado com o objetivo de encontrar uma solução pacífica para a crise política de Ruanda, país vizinho do Burundi e com o qual formou no século passado a colônia alemã de Ewanda-Urundi.

O governante Movimento para a Democracia e o Desenvolvimento não cumpriu o acordo de paz assinado em Arusha, Tanzânia, em 4 de agosto de 1993, e dirigentes da oposição responsabilizaram o presidente Juvenal Habyarimana – grande aliado do ditador Mobutu Sese Seko, do Zaire – pela nova crise.

O acordo de Arusha – que pretende pôr fim a três anos de guerra – prevê o estabelecimento de instituições políticas com a participação tanto de membros do governo quanto das forças rebeldes. Além disso, reduziu substancialmente os poderes do presidente.

A atitude de Habyarimana – que deu um golpe de estado em 1973 e desde então tem “ganho” todas as eleições – mostraria sua decisão de não abrir mão do poder.

Cerca de 600 rebeldes da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) chegaram a Kigali, a capital, em 28 de fevereiro para acompanhar a instalação do governo de transição previsto no acordo de paz. Mas se retiraram poucos dias depois, sem que a FPR tivesse assumido nenhum cargo no governo interino que foi estabelecido com a única missão de preparar as eleições multipartidárias convocadas para 1995.

Os problemas surgiram quando Habyarimana decidiu encabeçar o governo de transição e tomou posse em janeiro para mais um mandato.

Os principais partidos de oposição de Ruanda também se recusaram a participar do governo interino.

BURUNDI

Presidente civil



As rivalidades étnicas levaram o Burundi a uma sangrenta guerra

O ex-ministro da Agricultura de Burundi, Cyprian Ntaryamira, assumiu no início de fevereiro a presidência desse país centro-africano para suceder o presidente Melchior Ndadaye, assassinado no fracassado golpe de estado de outubro de 1993. A decisão foi tomada pelo Parlamento após reunião com todos os partidos políticos, o Exército e dirigentes religiosos.

O Burundi vive convulsionado pelos conflitos étnicos entre a minoria *tutsi* e o grupo majoritário *hutu* desde que obteve a independência da Bélgica em 1962.

Ndadaye, o primeiro presidente

eleito pela via democrática, foi assassinado por um grupo de oficiais que desejava pôr fim ao governo civil, que nesse momento tinha três meses.

A decisão de nomear Ntaryamira conseguiu evitar o agravamento da crise. Na semana anterior, 100 pessoas haviam perdido a vida na capital. Para aceitar o novo presidente, o grupo *tutsi* – formado por 6% dos seis milhões de habitantes do país – exigiu a maioria numérica na Corte Constitucional e que Ntaryamira, da etnia *hutu*, nomeasse um *tutsi* como primeiro-ministro. O escolhido foi Anatole Kanyenkiko.

SUDÃO

Riak Machar, líder de uma das facções do Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS), exortou as Nações Unidas a intervir no Sul do país para deter a última ofensiva do governo, que impede a entrega da ajuda humanitária às vítimas da fome.

“Apelamos à ONU para impedir o desaparecimento de toda a população do Sul do Sudão através da fome e da limpeza étnica e religiosa”, disse Machar.

Há dez anos, o Sudão está mergulhado numa guerra civil entre o Norte muçulmano e o Sul cristão e animista. Setores da sociedade sudanesa consideram que pelo menos um embargo militar e petrolífero deveria ser imposto ao governo pela ONU, como punição pela última ofensiva – que incluiu o bombardeio de aldeias do Sul –, a mais devastadora da história do país em termos de perdas de vidas humanas e recursos materiais. Só nas últimas semanas, cem mil civis fugiram para Uganda.

AFEGANISTÃO

Uma nova Sarajevo

Vários grupos da guerrilha afegã – antigos aliados contra o exército soviético há quatro anos – estão agora mergulhados numa sangrenta batalha, transformando Cabul, a capital do Afeganistão, na Sarajevo da Ásia central.

As rivalidades étnicas são muito complexas. Atualmente, a facção étnica *uzbeca*, liderada pelo ex-general pró-soviético Rashid Dostum, luta contra o governo do ex-dirigente guerrilheiro e agora presidente Burhanuddin Rabbani, que é um afegão *tayiko*, do Norte.

Os bombardeios, que recomeçaram em janeiro, arrasaram os bairros de Cabul que haviam permanecido intactos no confronto anterior entre Rabbani e outro rival ex-guerrilheiro, Gulbuddin Hekmatyar, que pertence à etnia dos *pathanos*, do Sul. Centenas de pessoas morreram nos últimos combates. A ironia é que Cabul permaneceu ileso durante os mais de dez anos de guerra entre as forças soviéticas e os rebeldes mulxumanos.

Dos 15 milhões de afegãos na época de paz, a população diminuiu para oito milhões. Quase dois milhões pereceram na guerra contra os soviéticos e cinco milhões fugiram para o Paquistão.

Os analistas consideram que a luta entre as superpotências no Afeganistão tem sido substituída por uma disputa pelo poder regional entre o Irã, Arábia Saudita, Uzbequistão e Tajiquistão (estas últimas, duas ex-repúblicas soviéticas), cada um deles apoiando seus aliados.



Kabul: só restaram ruínas do maior mercado da capital

BUTÃO

Negociação sobre os refugiados

Os reinos do Nepal e do Butão estão negociando a situação de 100 mil refugiados que, nos últimos três anos, sofreram a repressão da monarquia butanesa. De origem nepalesa, eles estão em campos no Nepal administrados pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur). O Butão alega que eles não são butaneses, mas imigrantes ilegais e não quer vê-los de volta.

O fluxo maciço de *lhotshampas*, como são conhecidos os hindu-nepaleses que foram viver no sul do Butão, começou em 1985 depois da aprovação de uma nova lei de cidadania, desvantajosa para a etnia nepalesa, cujo crescimento foi considerado pela monarquia butanesa como uma ameaça à sua cultura.

Segundo a nova legislação, só quem demonstrou haver pago imposto territorial até 1958 podia ser cidadão butanês. Quem não pôde fazê-lo, viu-se obrigado a fugir. Segundo uma pesquisa feita entre 1.781 refugiados, 20% partiram do Butão porque algum membro de sua família foi preso ou torturado. Como Butão e Nepal não possuem fronteira comum, os refugiados têm de passar pelo território indiano.

ÁSIA

Grande crescimento econômico

A Ásia meridional e oriental teve um desenvolvimento seis vezes mais acelerado do que o da economia mundial em 1993. A informação é da Comissão Econômica Social para Ásia e Pacífico (Cespap), da ONU.

Enquanto o resto do mundo cresceu em torno de 1%, o aumento da produção combinada dos asiáticos foi de 6,9%.

Uma das principais explicações para o fenômeno foi o "impressionante desempenho" da economia chinesa. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês de 1993 foi calculado em 13,2%. Além disso, nos últimos dez anos, o Produto Nacional Bruto (PNB) per capita praticamente triplicou. O crescimento do PIB combinado de Bangladesh, Índia, Paquistão e Sri Lanka foi de 4% no ano passado.

CAPA

O golpe militar de 1964 está fazendo 30 anos. A reflexão sobre a quebra da legalidade constitucional e as mudanças produzidas pelo regime autoritário são fundamentais para o debate sobre o projeto de construção de um novo país

2 CARTAS

CAPA

4 Os 30 anos de 1964

SAÚDE

19 O tabu do vírus

AMÉRICA LATINA

23 El Salvador: As eleições do século

27 Guatemala: Uma vitória com sabor de derrota

29 Honduras: Uma tímida esperança

ÁFRICA

31 Novas perspectivas para a OUA

AUSTRÁLIA

34 Rumo ao Leste asiático

36 GRANDES REPORTAGENS:

Os cubanos na África

37 Da Revolução Argelina à independência da África Austral

38 As brigadas médicas

40 Os educadores

42 Os construtores

43 Os projetos agropecuários

□ SUPLEMENTO

2 As máquinas pensantes na educação

6 Mudança social e comunicação

8 Ping Pong

COMPORTAMENTO

9 Japão: Nova geração repudia velhos valores

10 Quênia: O que fazer com a camisinha usada?

CULTURA

11 Hong Kong: O funeral do inglês

12 PANORAMA INTERNACIONAL

SUMÁRIO

Verdades e mentiras sobre a Aids e seus efeitos avassaladores no comportamento, na ciência e na política

El Salvador se prepara para as primeiras eleições livres de sua história, enfrentando o desafio de desmilitarizar o coração e a mente de uma sociedade marcada por 12 anos de guerra civil

Desde o início da Revolução, o governo cubano cooperou com diferentes países da África e Oriente Médio, nos campos da saúde, educação, construção, etc., prestando uma colaboração sem paralelos na ajuda internacional



19



23



36

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise
das realidades e aspirações dos
países emergentes

DIRETOR: Nêiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fa-
jardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribe-
ro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo
Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Bra-
sil), Roberto Bordini (México), Carlos Pinto San-
tos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Cléia M. Soares e Valdenir Peixoto
DEPÓSITO DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor
e capa) e Roberto S. Lourenço

FOTOS: A. C. Júnior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V.
de Sousa (diretora), Juliana Iottty, Silvia Arruda,
Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e
Rosângela Vicente Ferreira

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa
(chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

PUBLICIDADE: Ari J. Silva

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil

☎(021)252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Ira-
que), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (EI
Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Pales-
tina), e o pool de agências dos Países Não-Ali-
nhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News*
(EUA), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World*
Network (Malásia), *Israel and Palestine Political*
Report (Paris) e *Against the Current* (EUA)

Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

☎(021)242-1957/222-1370 - Redação

☎232-1759 / 232-3372 - Administração

☎(021)507-2203 - Publicidade e Marketing

Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (0442) 224-182, Recife - (081) 224-4486

/224-1421, BH - (031) 271-3757, Brasília - (061)

226-6844 e 225-0683, Aracaju - (079) 211-1912,

Rio - (021) 252-7440/232-3372, SP - (011)

573-8562/571-9871, Porto Alegre - (051) 227-4772,

Fortaleza - (085) 252-4858, Curitiba - (041)

264-9969, Belém - (091) 235-2146, Uberaba - (034)

333-1635, Campina Grande - (083) 322-7536,

Macapá - (096) 222-0855, Maceió - (082) 326-4922,

Salvador - (071) 242-2077

CARTAS

Sistema nacional de planejamento

A Nova República não retomou o sistema nacional de planejamento. Ela dividiu o Ministério do Interior para atendimento de conveniências políticas, e não soube incorporar, para um planejamento sólido, nem mesmo o válido trabalho que tinha sido feito pelo partido que lhe dera maior sustentação.

Por outro lado, havia esforços para criar-se outros organismos de planejamento regional, enfraquecendo o planejamento institucional. Tais males culminaram com a destruição da estrutura operacional federal no governo Collor que, a título de modernização, levou a improvisação e o clientelismo a destruírem um dos alicerces do planejamento, que é o regular funcionamento de organismos integrados em função dos objetivos macros de um Plano de Desenvolvimento Nacional.

Tem-se que retomar a estruturação do sistema nacional de planejamento, cujo modelo poderia até estabelecer que a base do desenvolvimento nacional é o desenvolvimento regional, partindo-se dos estados que compõem as regiões, ou ter um Plano Nacional de Desenvolvimento, com seus detalhamentos anuais, orçamento-programa, modelos de acompanhamento e avaliação permanentes.

José de Jesus Moraes
Brasília - DF

Fuzileiros

Gostaria de agradecer a oportunidade que a revista **cadernos do terceiro mundo** oferece a nós, estudantes, em todos os segmentos da sociedade, de nos manter atualizados.

Sugiro que se façam reportagens com os sistemas de defesa nacional para a Amazônia, como o Corpo de Fuzileiros Navais, uma das melhores tropas de defesa mundial e que poucos conhecem. Foi este corpo que fez toda a segurança da Rio-92, com sucesso.

Marcos A. S. Gonçalves
Campo Grande - RJ

Você sabia que...

Segundo o professor André Franco Montoro, da Universidade de São Paulo, "os contratos da dívida externa dos países da América Latina contêm cláusulas que, na sua execução, desrespeitam a dignidade das pessoas que constituem uma população de 400 milhões de habitantes"? Para ele, acima da letra da lei e do acordo entre as partes, existem valores mais altos, como as exigências de justiça e de respeito à dignidade. Se estas não forem respeitadas, a ordem jurídica estará sendo violada.

A violação dos contratos da dívida externa é patente nas cláusulas que instituíram o sistema de juros flutuantes, no crescimento vertiginoso da dívida e sua excessiva onerosidade e na fixação de foro privilegiado. Em seu artigo, intitulado "A dívida externa e as exigências da Justiça", o professor lembra que o sistema de juros flutuantes foi introduzido, nos anos 70, como mecanismo para permitir aos grandes bancos, detentores de depósitos crescentes em petrodólares, lastrear empréstimos a longo prazo com depósitos de curto prazo. As taxas de juros internacionais, na época, estavam na linha histórica de aproximadamente 1% ao ano. Em 1979, como efeito da decisão do Federal Reserve Board, que alterou o controle dos meios de pagamento nos Estados Unidos, a taxa de juros saltou sucessivamente para 3, 9, 12 e 20%, chegando a 21,5% em janeiro de 1981, recorde de todos os tempos.

Railda Herrero
São Paulo - SP

Na sala de aula

Chegou-nos às mãos a excelente revista **cadernos do terceiro mundo**. Pela abrangência dos assuntos, que vão desde religião até política, de economia até as questões sociais, de pronto interessou a nosso corpo docente, pois esses assuntos são tratados com nossos alunos em sala de aula.

Antonio Euler Lopes
Campinas - SP



Ética popular

Discordo totalmente das idéias do individualismo do povo, ou seja, que devemos mostrar aos políticos o que podemos fazer sem eles. Em qualquer lugar, independente do sistema político ou do modelo econômico adotado por uma nação, a sociedade precisa de um governo. A idéia de radicalizar contra todos os políticos vem do anarquismo. O ódio a eles pode resultar num golpe militar ou na fujimorização, ocorrendo a dissolução do Congresso e a possível volta da ditadura.

A solução para acabar com a miséria, a impunidade e as desigualdades sociais está em cada um, com o povo cobrando dos parlamentares e executivos medidas enérgicas e imediatas para sairmos do caos.

Para isso, a única arma do povo é o voto, pois apesar do grande número de envolvidos em escândalos e corrupções, ainda existem parlamentares e alguns partidos progressistas que não tiveram nenhum de seus membros envolvidos em nenhuma CPI. Portanto, as pessoas que se dizem apartidárias ou são desinformadas ou têm uma tendência conservadora e não assumem uma postura política.

Denis César Teruya
Campinas - SP

Nordeste urgente

Não é de planos que o Nordeste precisa, e sim de que sejam implementados. Nos primeiros dez anos de Sudene, calcula-se que somente 50% dos recursos previstos para aplicação na região foram recebidos. Nos anos seguintes, entre planos diretores e outros feitos, que somam mais de 15, praticamente nada mudou. Planos como Polonordeste, Projeto Sertanejo, Projeto São Vicente, Projeto Padre Cícero, Proterra e Provale não foram avan-

te. Conclusão: depois do trabalho do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e dos Planos Diretores para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, da Sudene, houve somente um ajuste de nomes novos para enfoques válidos e conhecidos, apenas alguns trazendo pequenas novidades que não afetavam os diagnósticos feitos, nem as conquistas que os planos diretores anteriores trouxeram.

O Nordeste precisa de execução, com um resgate ao que não deram para ele e do que tiraram dele. Quanto ficou na região do saldo da balança comercial de 1992? Segundo o Relatório 1992, do Banco do Nordeste, "as exportações nordestinas para o mercado internacional atingiram US\$ 3 bilhões, revelando crescimento de 7,1% sobre a receita cambial auferida em 1991" (pág. 96).

Que se faça um diagnóstico entre o planejamento e o prometido; para tanto existem muitos estudos avaliadores, alguns reservados, da Sudene e do Banco do Nordeste.

J. Jesus Moraes Rêgo
Brasília - DF

Intercâmbio

Há tempos participei do Intercâmbio desta revista e consegui dez correspondentes maravilhosos de localidades variadas e dois destes, um boliviano e um uruguaio, já passaram alguns dias em minha casa e conheceram minha cidade. Agora solicito que incluam novamente meu nome e endereço a fim de ampliar mais ainda minhas amizades e crescer em conhecimento com notícias de outros países.

Lúcia Young
Curitiba - PR

ERRATA

No número 170, no sumário estava escrito "janeiro 1994", quando na verdade se tratava da edição de fevereiro de 1994.

INTERCÂMBIO

✓ **Marlenis Ramos Mayo**
Camilo Cienfuegos 56
Apertado Postal nº 15
Central Ciro Redondo
67500 Ciego de Avila - Cuba

✓ **Maria Betania Mayrink**
Av. Prof. Othon Paraíso, 473,
bl A/ apt. 01 Torreão
52030-250 Recife - PE

✓ **Carlos A. Quindemil**
Calle 47 e/s 30 y 32 # 3008
San Nicolas
33200 La Habana - Cuba

✓ **Lúcia Helena Young**
R. Benjamin Constant, 242/136
Centro
80060-020 Curitiba - PR

✓ **Reinaldo Soares de Souza**
R. Tucano, 1022
86701-020 Arapongas - PR

✓ **Gilson Dantas**
Caixa postal 6007
Rodoferroviária
71209-970 Brasília - DF

✓ **Carla Bilheiro Santi**
Av. Min. Lafaiete Andrade, 175
Comendador Soares
25261-220 Nova Iguaçu - RJ

✓ **Mara Santos**
Rua C, Quadra 17, casa 14
Água Limpa
78145-680

✓ **Adauto Vieira Teixeira**
Av. Antônio Silva Campos, 450
Engenho
28380-000 Natividade - RJ

✓ **Margie Romero**
Calle 62 / 41 y 33-A # 3305
Playa
11400 Havana - Cuba

✓ **Maria Victoria Pérez Ríos**
C/ Compromiso de Caspe, 22
Entresuelo Izq^a
50002 Zaragoza - Espanha

✓ **Jorge L. Santos**
R. Bento Lisboa, 89/ apt. 1009
Catete
22221-010 Rio de Janeiro - RJ



1961 – Com a renúncia de Jânio, ministros militares vetam a posse de João Goulart

O III Exército preparado para defender a legalidade democrática



Goulart volta ao Brasil para assumir a Presidência da República

O GOLPE DE 1964



1964 – No Rio,
os tanques
posicionados para
a tomada do poder



No Palácio Guanabara,
sede do governo
estadual, o medo de
um ataque das forças
legalistas

Aos 30 anos do golpe de 1964, o Brasil vive um grande debate político e se prepara para a mais importante eleição das últimas quatro décadas. Os governos militares passaram, mas o sistema democrático ainda não funciona a contento. As lições da história recente, porém, mostram que a solução para os males da democracia não está fora dela, e sim no aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos de participação popular

Cronologia do golpe

O deslocamento de tropas de Juiz de Fora (MG) para o Rio iniciou movimento que depôs João Goulart e instalou o mais longo período de autoritarismo da República brasileira. Os últimos dias do governo Goulart mostram as tensões vividas

Fevereiro

Dia 25 – A ultradireita mineira tenta, com o uso da força militar (sob o comando do general Lopes Bragança) e de grupos de choque civis financiados por empresários comprometidos com a conspiração, a realização em Belo Horizonte de um comício em que Leonel Brizola denunciaria a iminência do golpe, com o objetivo de mobilizar a população contra a ruptura institucional. O fato pode ser considerado o primeiro grande ensaio para a confrontação que viria pouco depois. Um duro confronto entre promotores do ato e grupos de assaltantes faz dezenas de feridos e deixa depredado o auditório da Secretaria de Saúde. Mais tarde o próprio general Bragança admitiu a existência de um complô para impedir a realização do ato e assassinar o presidente João Goulart e Brizola.

Março

Dia 06 – Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, estuda intervenção federal na Guanabara, governada pelo oposicionista Carlos Lacerda, da UDN e um dos mais importantes conspiradores contra o presidente João (Jango) Goulart.

08 – Na Associação Comercial do Rio, 300 representantes do comércio, indústrias, bancos e agricultura pressionam o governo federal para abrir mão das reformas de base.

09 – João Goulart anuncia plano para sanear finanças, conter inflação e reescalonar dívidas externas.

13 – Comício em favor das reformas de base reúne 200 mil pessoas no Rio. Na Central do Brasil, Jango assina mensagens ao Congresso propondo desapropriação de terras e nacionalização de refinarias, dando continuidade à campanha “O petróleo é nosso”, que levou à criação da Pe-

trobrás. Ele se compromete a concretizar as reformas de base ainda em 1964.

14 – Lacerda chama de “subversivo” discurso de Jango. Ademar de Barros, governador de São Paulo, se manifesta contra decreto de reforma agrária, assinado por Goulart durante comício.

17 – Reunião da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que detinha mais de um terço do Congresso e dava sustentação ao projeto renovador, analisa a situação política e ameaça de golpe.

18 – Em Washington, o subsecretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos, Thomas Mann, reúne os embaixadores norte-americanos de todos os países do continente, do México para o sul. Mann exorta os representantes diplomáticos a atentarem para os interesses imediatos da segurança do país, no tocante à proteção dos investimentos dos Estados Unidos e à resistência ao comunismo. De acordo com a “doutrina Mann”, os EUA já não se oporiam aos golpes militares e às ditaduras direitistas.

19 – Em resposta ao Comício das Reformas, militantes católicos de direita reúnem em São Paulo 500 mil pessoas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em contrapartida, segmentos populares se mobilizam desde os chamados Grupos dos Onze, idealizados pelo governador Brizola com base na experiência de participação popular na crise de 1961 (na Legalidade); em poucas semanas surgiram 25 mil e outros 60 mil entram em fase de organização.

20 – General Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, alerta militares para “gravidade da situação”.

25 – Manifesto assinado por 71 generais da reserva defende a Constituição.

27 – Protesto de marinheiros contra prisão de colegas se transforma em assembleia permanente na sede do Sindicato dos Metalúrgicos; tropa de Fuzileiros Navais, deslocada para ocupar o prédio,

adere ao movimento; comandante dos Fuzileiros, almirante Cândido Aragão, defensor da Legalidade Democrática, é destituído por seus superiores; Jango exonera o almirante Sílvio Mota e exige a volta de Aragão. Marinheiros rebeldes são presos e libertados depois de algumas horas.

- 28** – Oficiais da Marinha e Exército protestam contra “oficialização da indisciplina” e exigem punição dos marinheiros rebeldes. Em reunião no aeroporto de Juiz de Fora, o ex-ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, o comandante da IV Região Militar, general Olímpio Mourão Filho, e Magalhães Pinto discutem data do levante contra o governo Goulart.
- 29** – Oficiais da Marinha exigem afastamento do comandante dos Fuzileiros Navais, almirante Cândido Aragão, reconduzido ao cargo pelo novo ministro, almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues; ministro diz que não punirá marinheiros rebeldes.
- 30** – Jango comparece à festa dos sargentos da PM do Rio, na sede do Automóvel Clube do Brasil. O general Olímpio Mourão Filho, de Juiz de Fora, se subleva. O golpe está começando. No Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT), da Praça 15, no Rio – que na altura era o eixo das comunicações do país –, um grupo leal ao governo Goulart tenta organizar a resistência. Os deputados Neiva Moreira, Max da Costa Santos, Lamartine Távara, Clidenor de Freitas Santos e líderes políticos e sindicais, em permanente ligação com Leonel Brizola, em Porto Alegre, integravam, sob a liderança do coronel Dagoberto Rodrigues, diretor do DCT, esse comando de resistência.
- 31** – Mourão Filho inicia o deslocamento de tropas de Juiz de Fora rumo à Guanabara. Jango reúne ministros da Marinha e Aeronáutica, comandantes do I Exército, da Vila Militar e o chefe do Gabinete Militar da Presidência no Palácio Laranjeiras. A Rádio Nacional entra em cadeia com a Rádio Mayrink Veiga (onde o ex-governador e então deputado Brizola e outros dirigentes leais ao presidente tinham às sextas-feiras um programa que tentava fortalecer o movimento em defesa da Legalidade). Milhões de ouvintes passam a ser convocados a resistir ao golpe. Uma esquadrilha da Força Aérea, comandada pelo coronel Rui Moreira Lima, localiza as tropas de Mourão Filho e pede autorização para bombardeá-las. O presidente Goulart recusou esta e to-

das as outras solicitações militares para a resistência armada. Goulart não queria derramamento de sangue e confiava que os comandos militares fiéis a ele controlariam a situação.

Abril

- Dia 01** – Tropas de Minas e São Paulo chegam ao Rio; líderes civis anunciam deposição de Goulart. No Recife, o comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos, prende o governador Miguel Arraes, que teve *impeachment* votado pela Assembleia Estadual. Presas lideranças políticas, sindicais e estudantis. No Rio, prédio da UNE é incendiado. Comandante do II Exército, general Amauri Kruehl, que vinha participando da conspiração, adere oficialmente ao movimento contra Goulart. Presidente deixa o Rio rumo a Brasília.
- 02** – Goulart segue da capital federal para Porto Alegre, onde veta o deslocamento da região armada em defesa de seu mandato. Depois de algumas horas, viaja para o Uruguai.
- 03** – Congresso Nacional declara vaga Presidência da República; assume interinamente o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Mas o poder de fato é exercido pelo Comando Supremo da Revolução, formado pelos ministros militares do governo Mazzilli – general Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Correia de Melo.
- 09** – O primeiro Ato Institucional (AI-1) do novo regime concede ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem “atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”.
- 10** – A primeira lista de atingidos pelo AI-1 era composta por 102 pessoas – entre as quais João Goulart, Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes (secretário-geral do PCB) e o então deputado federal Neiva Moreira, secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista. Outros 40 deputados federais, ex-ministros e personalidades de destaque nacional, magistrados, militares nacionalistas e lideranças sindicais completavam a lista.

O país mergulhava em 21 anos de dor.

30 anos depois Um golpe sem baionetas

Neiva Moreira

Parece que foi ontem, e já decorreram trinta anos do golpe militar de 1964. Nessa perspectiva de tempo muitas coisas foram modificadas e acontecimentos traumáticos sacudiram o país. Não há dúvida de que avançamos democraticamente. Aspectos abomináveis do regime, como a tortura, a censura formal aos meios de comunicação, o arbítrio do poder isento de qualquer correção pela Justiça se não desapareceram totalmente, diminuíram muito e, como exceções, podem hoje ser denunciados e combatidos.

A vida partidária desenvolve-se sem atropelos e se não funciona melhor deve-se mais aos erros e às deformações de sua estrutura legal do que a vetos ou proibições governamentais. O mesmo ocorre na área sindical e na organização da sociedade que, sobretudo nos últimos anos, tem realizado avanços consideráveis.

Nenhum desses setores sociais teve, no entanto, condições ou até mesmo

propósitos eficazes de corrigir a pesada herança da ditadura na esfera do Estado. Ao contrário, a desordem administrativa avançou e os serviços públicos, principalmente educação, saúde, transportes e saneamento mergulharam no caos em que hoje se encontram. Nesse campo, tem havido desde a ditadura, passando pelos governos Sarney e Collor, uma intocável continuidade, marcada pela corrupção, a roubar-lheira e o nepotismo que hoje explodem na vida pública do país.

O lado positivo desse período está na rebelião popular que, ganhando as ruas, invadiu o Congresso e conseguiu romper as barreiras da inércia, do corporativismo e da cumplicidade, não apenas derrubando um presidente mas, também, iniciando um corajoso processo de limpeza interna do Legislativo.

O núcleo do problema nacional ainda não foi, no entanto, tocado e, em certo sentido, as conquistas democráticas estão ameaçadas de regressão.

O golpe de 1964 não foi

1964 ainda não acabou. Apenas mudou de estilo e de estratégias. Em vez de baionetas, talões de cheque, pressões políticas e campanhas publicitárias que deformam a realidade e vendem um projeto institucional contrário às aspirações e aos interesses do povo

dado, como tem acentuado o senador Darcy Ribeiro, contra os erros e as deficiências da administração João Goulart, senão contra os seus acertos. O governo começava a enfrentar os problemas nacionais em profundidade e não periféricamente. A nação inteira estava se movendo, não só exigindo novos planos de trabalho como aqueles que marcaram a era Kubitschek, como abrindo um novo caminho na busca de decisões que assegurassem sua independência e soberania. Foi contra isso que se deu o golpe. Hoje está documentadamente comprovada sua origem nos escritórios do Departamento de Estado dos Estados Unidos e nos porões da CIA.

Desde a Guatemala de Jacob Arbenz, Chile de Allende, passando por muitos outros governos latino-americanos derrubados naquela década infame dos anos 60, desenvolveu-se no nosso continente uma estratégia de domínio do poder, através de uma combinação irresistível de pressão econômica norte-americana, conspirações financiadas pelas multinacionais e manobras militares.

No nosso país, essas maquinações encontraram no golpe de 1964 apoio em velhas oligarquias, temerosas de perder força com as Reformas de Base anunciadas por João Goulart. E conseguiram envolver uma parte das Forças Armadas, assustadas com um imaginário "perigo vermelho" e um caos social que àquela época não existia. Hoje, os militares começam a descobrir o seu erro e a constatar que apenas deram a cobertura das armas aos tecnocratas que assaltaram o poder e iniciaram

um escandaloso processo de corrupção e enriquecimento ilícito, bem como de entrega da economia nacional aos especuladores estrangeiros.

Pensar que as inspirações reais que forjaram o golpe militar desapareceram é uma utopia. Estamos novamente ameaçados, com uma absurda revisão constitucional, num 1964 sem armas, mas absolutamente fiel às suas inspirações.

O que se pretende é limitar a soberania do país, alienar a sua economia, estabelecer concessões ao capital estrangeiro que mesmo os países capitalistas mais ortodoxos não permitem

Em 1964, uma série de erros e ilusões debilitaram a resistência. O povo assistiu inerte à destruição das instituições, ao esmagamento de suas liberdades e à implantação de um sistema de governo montado pela força e a repressão. Hoje, a sociedade civil se mobiliza com maior vigor, e um grupo combativo de parlamentares progressistas luta no Congresso para impedir a entrega do poder às multinacionais. São, sem dúvida, sinais de esperança e de maior confiança no futuro.

*O que se
pretende é
limitar a
soberania
do país,
alienar a
sua
economia,
estabelecer
concessões
ao capital
estrangeiro
que
mesmo os
países
capitalistas
mais
ortodoxos
não
permitem*

Um país em questão

Examinar a crise política que desaguou no movimento político-militar de março de 1964 não é recordar o passado, mas pensar o presente de olho no futuro



Agosto de 1961 – No Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS), mobilização em defesa da Legalidade

Beatriz Bissio e Carlos Lopes

O Brasil do pré-64 era um país em estado de efervescência. De um lado, vinham à tona os cada vez mais fortes movimentos sociais, reivindicando o atendimento de suas demandas, historicamente esquecidas dentro de um perverso modelo de desenvolvimento que se alastrava quase sem mudanças – desde a colônia. De outro, emergia uma nova classe empresarial, aliada do capitalismo internacional, disposta a evitar as mudanças nas estruturas econômicas e sociais que estavam sendo esboçadas pelo governo. Ambos os segmentos, trabalhadores e empresários, eram fruto do grande avanço econômico registrado a partir do período de Getúlio Vargas, com importantes obras de infra-estrutura e a implantação de um poderoso parque industrial. À frente do processo, João Goulart, eleito vice-presidente da República com uma plataforma nacionalista e reformista e empossado

presidente após a renúncia de Jânio Quadros com o respaldo de intensa mobilização popular.

A renúncia de Quadros, em 25 de agosto de 1961 – sete meses de eleito com o apoio da União Democrática Nacional (UDN) e de outros partidos menores com 48% dos votos –, e a tentativa dos ministros militares Odílio Denys (Guerra), Sílvio Heck (Marinha) e Grün Moss (Aeronáutica) de impedir a posse de João Goulart – eleito pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), já que a Constituição de então estabelecia que também o vice devia emergir das urnas –, tinham levado o país a uma grave crise institucional. O veto ao vice-presidente, então em missão oficial à União Soviética e à República Popular da China, pautava-se pelo temor de que, assumindo a presidência, Goulart – herdeiro político de Getúlio – viesse a se constituir num “incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil”, de acordo com o Manifesto à nação, divulgado pelos ministros das três Armas.

O temor dos militares tinha origem no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), quando João Goulart foi ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Depois de enfrentar uma onda de greves, ele propôs um aumento de 100% para o salário mínimo. Em documento intitulado *Memorial dos coronéis*, de fevereiro de 1954, dirigido ao seu Alto Comando, oficiais do Exército chamavam a atenção para o quadro de dificuldades da máquina militar e protestavam contra a elevação do salário mínimo, que "nos grandes centros do país quase atingirá os vencimentos máximos de um graduado". O aumento foi sancionado, mas, antes, João Goulart deixou o Ministério, por pressão de empresários e militares.

Em agosto de 1961, a posse de Jango – a Constituição estabelecia claramente que na vacância do cargo, o vice-presidente devia assumir a chefia do governo, mas esse direito lhe foi negado – contava com forte apoio entre trabalhadores e estudantes, que saíram às ruas em defesa da democracia. Do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – que governava o estado, também eleito pelo PTB – passou a comandar a Cadeia da Legalidade, organizando, através de um sistema radiofônico e de uma mobilização popular que já se ampliava para grande parte do país, a resistência às tentativas golpistas. O nome e a influência de Brizola tinham transposto as fronteiras gaúchas a ganho dimensão nacional em consequência da sua decisão de encampar as empresas de energia elétrica e de telefones, subsidiárias da Bond and Share e da ITT, em aberto desafio ao capital espoliativo internacional. Mas também havia ficado visado no exterior, pois tinha sido declarado pelo próprio presidente John Kennedy de "inimigo dos Estados Unidos".

O comandante do III Exército, com base em Porto Alegre, general Machado Lopes, ficou do lado da Legalidade e contra a cúpula das Forças Armadas, dividindo o poder militar. Diante dessa situação, no Congresso Nacional, as forças conservadoras recorreram ao parlamentarismo como solução para a crise. João Goulart assumiria no dia 7 de setembro daquele ano, com poderes restritos e a concordância dos ministros militares.

A Emenda Constitucional nº 4, que alterou o sistema de governo, previa a realização de um



Jango, ao lado da mulher, Maria Tereza, discursa no Comício das Reformas

plebiscito para decidir sobre a continuidade do parlamentarismo. Foram 16 meses sob um híbrido sistema de gabinetes, que teve três primeiros-ministros – Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima – num quadro de crescente crise econômica e inúmeras greves trabalhistas e políticas. O questionamento da legitimidade do sistema fez com que a consulta ao eleitorado fosse antecipada de 1965 para 6 de janeiro de 1963. A volta do presidencialismo foi aprovada por 76,8% dos votantes.

No plano internacional, o presidente da República, de posse de plenos poderes, defendia a autodeterminação dos povos, marcando distância dos Estados Unidos, cuja política externa para a América Latina tinha como prioridade evitar o alastramento da Revolução Cubana pelo continente.

Não era a primeira vez que o Brasil enfrentava as políticas norte-americanas. O presidente Juscelino Kubitschek tinha travado uma árdua luta com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em torno da Petrobrás. O FMI exigia, como condição prévia para qualquer negociação, a quebra do monopólio estatal no setor petrolífero. Kubitschek, com forte apoio popular, do Congresso e da maioria das Forças Armadas, não abriu mão do monopólio, e disse um não ao FMI, numa histórica jornada que não evitou, no entanto, que no plano da política financeira o governo aceitasse as teses fundo-monetaristas.

Era a época da guerra fria, e os Estados Unidos estavam em plena ofensiva para consolidar a sua influência na América Latina e no Terceiro Mundo. Essa ofensiva não era somente diplomática. Uma sucessão de golpes de es-



Na Câmara, durante as votações mais importantes, os deputados se alinhavam em dois grandes blocos: FPN e AD

tado e sublevações militares derrubaram, nos anos 60, os governos de Alto Volta, Dahomei, Gabão e Gana, na África; Irã, Indonésia, Birmânia e Ceilão (atual Sri Lanka), na Ásia; Guatemala, Bolívia e República Dominicana, na América Latina. Na República Dominicana, o golpe foi apoiado por *mariners* norte-americanos, que receberam logo depois a colaboração de outros países do continente, entre eles o Brasil, já sob tutela militar. E a década tinha começado com a frustrada invasão da Baía dos Porcos, em Cuba.

Foi em 1961 que os Estados Unidos decidiram deslocar a ajuda militar à América Latina da defesa do hemisfério para o problema da "segurança interna", da proteção das costas à "defesa dos governos latino-americanos contra a guerrilha Castro-comunista".

O Brasil era peça-chave para a estratégia norte-americana para a América Latina. Pela extensão geográfica e importância econômica e demográfica do país, um governo nacionalista e popular, e, ainda por cima, defensor de uma política externa independente como o de Goulart, era visto com grande desconfiança e como ameaça potencial. Não em vão, é nomeado embaixador no Brasil, Lin-

coln Gordon, que acabou se transformando num dos artífices do golpe de 1964 junto com o adido militar Vernon Walters (ex vice-diretor da CIA).

As reformas de base – No plano interno, João Goulart apresentava um programa de "reformas de base", que englobavam mudanças nas estruturas agrária, bancária, urbana, universitária, administrativa, fiscal, tributária e monetária, tendentes a fortalecer a soberania nacional e a distribuir mais justamente a renda, incentivando a produção e a oferta de emprego e diminuindo a brecha social.

As reformas – impulsionadas através das estruturas políticas do PTB – tinham o apoio das forças políticas progressistas e de esquerda, de entidades estudantis, sindicais e inter-sindicais da cidade e do campo, de setores da intelectualidade e de parcela das Forças Armadas. Encontravam, porém, a oposição de empresários, setores militares e da Igreja, classes médias urbanas e do patronato rural. No Congresso Nacional, a polarização não era diferente. As mais importantes votações agrupavam os legisladores em dois grandes blocos, que eram os "partidos" reais na Câmara: a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), favorável às reformas, composta majoritariamente por legisladores do PTB e do Partido Social Progressista (PSP), mas contando inclusive com alguns deputados da UDN; e a Ação Democrática (AD), contrária a elas.

Ação e reação – Desde o pós-guerra, o Brasil despertou para a cidadania, o povo saiu às ruas e delas só foi retirado pela força das armas. A cultura, que seguia uma expansão iniciada no final da década de 50, seja no mercado editorial, na música (Bossa Nova) ou no cinema (Cinema Novo), também procurava o cidadão comum, através do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Parte da intelectualidade se nucleava no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) – onde estavam, entre outros, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier e Celso Furtado; nesse centro de debates e de formulação ideológica, centenas de civis e militares faziam uma releitura da realidade brasileira buscando novos rumos para o desenvolvimento nacional. O movimento sindical acompanhava o fervilhar dos debates e também ganhava as ruas.

Para o cientista político René Dreifuss, do Departamento de Ciência Política e do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), embora cada segmento tivesse propostas, não havia um espaço político institucionalizado que permitisse en-

Desde o pós-guerra,
o Brasil despertou
para a
cidadania,
o povo saiu às
ruas e delas
só foi retirado
pela força das armas

trelaçá-las concatenando as diversas ações. As tentativas de formação de frentes e confederações, em sua opinião, "foram muito mais montadas na retórica do que na ação".

Nas eleições parlamentares e para os governos de 11 estados, realizadas em 1962, empresários nacionais e com interesses no Brasil foram mobilizados pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) para financiar candidaturas contrárias ao governo. Mesmo assim, a maior vitória foi do PTB, que pulou de 66 para 116 cadeiras na Câmara dos Deputados, tornando-se o segundo partido mais importante, um pouco abaixo do Partido Social Democrata (PSD), mas bem à frente da UDN, de direita, cujos candidatos tinham sido, na sua maioria, financiados pelo Ibad.

O calendário previa eleições presidenciais para 1965, e, segundo Dreifuss, embora houvessem figuras públicas importantes tanto no PSD quanto na UDN (Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda aspiravam à indicação), o quadro eleitoral não se mostrava favorável aos partidos conservadores de tendência mais ou menos modernizante.

René Dreifuss é autor do livro *1964: A conquista do Estado* – um detalhado estudo sobre a articulação do movimento que depôs o governo João Goulart. A base dessa articulação era o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), criado ainda no governo Jânio Quadros por um grupo de empresários e registrado como "agremiação apartidária". O binômio Ipes-Ibad teve uma atuação decisiva na articulação do golpe de 1964. Ao longo dos anos, ambas as instituições foram formulando propostas políticas e econômicas para o país, em torno das quais se constituiu a aliança entre setores empresariais, políticos e militares (estes representados pelo núcleo doutrinário da Escola Superior de Guerra – ESG), responsáveis pela preparação do golpe de estado. Mas não menos importante foi a ação do governo norte-americano, que trabalhou na surdina desde começos dos anos 60 – inclusive financiando, com o apoio da Igreja, a formação de lideranças sindicais simpáticas aos Estados Unidos e livres do que chamavam "influência não-democrática" do trabalhismo e das idéias socialistas.

Os aspectos militares do golpe, que foram os últimos a serem montados, após o longo trabalho de articulação política e ideológica, ficaram a cargo de oficiais com comando de tropa, que viam no apoio do pessoal subalterno (marinheiros, fuzileiros navais e sargentos) ao governo uma grave ameaça à hierarquia militar.

Conhecer a base de sustentação política e ideológica do golpe de 1964 é fundamental para



**Movimento
de tropas no
Rio em abril
de 1964**

entender as conseqüências mais profundas que ele teve na sociedade brasileira. Não se tratou somente, como poderia parecer à primeira vista, de depor um governo nacionalista e popular para substituí-lo por outro, entreguista e repressor. Com a mesma meticulosidade como foi articulada, ao longo de anos, a quebra institucional também operou a destruição dos alicerces daquele governo e das forças que ele representava. O regime militar atuou fundo no plano ideológico, agindo em dois níveis. Por um lado, desmontou a proposta pedagógica do sistema educacional pré-64, com uma ampla reforma do ensino nos moldes norte-americanos. Desde os currículos escolares até as carreiras universitárias, o crivo da ditadura aniquilou todo o germe libertário, com o objetivo de relegar ao esquecimento a história de lutas do povo brasileiro. Por outro, ajudou a montar uma poderosa rede de televisão, de alcance nacional, a Rede Globo, que – como mostra um importante trabalho documental britânico – se converteu no mais importante instrumento de propaganda ideológica do regime, usando a moderna tecnologia para consolidar o arbítrio.



Castelo Branco



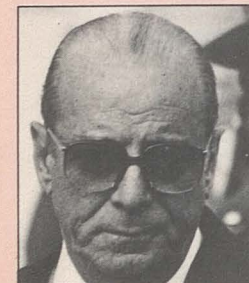
Costa e Silva



Garrastazu Médici



Ernesto Geisel



João Figueiredo

Mostrando a que veio

O perfil do governo militar foi mudando ao longo dos anos, de acordo com a evolução interna e as influências externas, mas todos os generais-presidentes tiveram como denominador comum o uso da força e o cerceamento das liberdades

O general Castelo Branco, que comandou o Estado Maior do Exército durante o governo João Goulart, foi eleito pelo Congresso como candidato único no dia 11 de abril de 1964, tornando-se o primeiro dos cinco generais de Exército que governaram o país durante 21 anos de regime de exceção.

Em seu governo, Castelo promoveu profundas mudanças na ordem jurídica brasileira. Ao final de quatro anos de mandato, tinha assinado mais de 700 leis, 11 emendas constitucionais, 312 decretos-leis e 19.259 decretos, além da Constituição de 1967, que ratificou os atos institucionais e complementares, aumentando o poder do Executivo e reduzindo ainda mais as prerrogativas do Congresso. Só no último ano de governo promulgou cerca de 190 decretos-leis.

Quando deixava o cargo, em 15 de março de 1967, baixou a Lei de Segurança Nacional, tornando todos os cidadãos responsáveis pela segurança do país. Grande parte da doutrina da ESG, baseada no binômio segurança e desenvolvimento, foi introduzida na ordem jurídica. Mais de mil oficiais constitucionalistas que se opuseram ao golpe foram passados à reserva.

O segundo presidente militar, general Artur da Costa e Silva, era identificado com a "linha dura" da oficialidade. Em dezembro de 1965, setores do Exército já defendiam seu nome para a Presidência da República, em substituição a Castelo Branco.

Para o cientista político René Dreifuss, a imposição do nome de Costa e Silva, eleito pelo Congresso em 15 de março de 1967, foi resultado da perda de espaço por parte dos políticos, bem como de uma dinâmica própria da área militar. "Os comandos de tropa, que se mantiveram independentes durante todo o processo de conspiração contra o governo Jango, começaram a manifestar o desejo de fazer parte do circuito interno de governança", observa.

Em seu governo, os militares começaram a

ocupar importantes cargos na administração pública, enquanto a cúpula passou a ter voz mais ativa na vida nacional. A área econômica foi uma das únicas preservadas para os quadros civis, gerando o que veio a chamar-se tecnoburocracia e que, por suas conexões com a grande empresa e o capital estrangeiro, exerciam uma parcela preponderante do poder real.

O espaço de ação dos partidos ficou ainda mais reduzido. Já no governo Castelo Branco, as agremiações tradicionais haviam sido extintas, sendo imposto o bipartidarismo, no qual se dava representação à situação, através da Aliança Renovadora Nacional (Arena), e à oposição consentida, abrigada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Um sistema policial remilitarizado foi o instrumento utilizado para um cerceamento ainda maior dos segmentos sociais. Os conflitos com o meio universitário se acirraram em 1968. As universidades entraram em greve e foram invadidas pelo aparato policial do governo. O movimento estudantil foi duramente reprimido. No Rio, em fins de junho de 1968, uma passeata reuniu estudantes, artistas e intelectuais, passando para a história como a Passeata dos 100 Mil.

Na cidade de Osasco, em São Paulo, foi deflagrada a primeira greve operária desde o golpe de 1964, com inusitada repressão, que levou os seus líderes à prisão.

Um discurso do deputado Márcio Moreira Alves na Câmara, denunciando violências praticadas contra estudantes, serviu de pretexto para a decretação, no dia 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5, talvez a peça jurídica mais draconiana de todo o regime militar.

O AI-5 tornou plena a vigência do regime de exceção. Suspendeu a garantia de *habeas corpus* e deu poderes ao presidente da República para decretar o fechamento do Congresso Nacional e de qualquer outro órgão legislativo; interveio em estados e municípios; cassou man-

FOTO: PEDRO DE MORAES



Junho de 1968 –
No Rio, 100 mil
pessoas nas
ruas contra a
ditadura

dados eletivos e suspendeu por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão; decretou o confisco de bens a todos quantos tenham enriquecido ilicitamente, medidas naturalmente suspeitas aos interesses do regime e passadas pelo crivo de suas posições ideológicas. O ato complementar nº 38 determinou o recesso do Congresso por tempo indeterminado.

O quadro político nacional se agravou. Nos dias que se seguiram ao 13 de dezembro, inúmeros parlamentares perderam os seus mandatos, mais de 100 pessoas tiveram os direitos políticos suspensos por dez anos, enquanto centenas de outras foram presas. Novas medidas de fortalecimento do Executivo foram sendo implementadas, entre elas a censura à imprensa.

Costa e Silva foi afastado do governo no dia 31 de agosto de 1969, por ter sofrido uma trombose. Foi substituído pelos ministros militares, general Aurélio de Lira Tavares, almirante Augusto Rademaker e marechal-do-ar Márcio de Souza Melo. O vice-presidente, Pedro Aleixo, foi aliado do processo sucessório.

No dia 8 de outubro, a junta militar anunciou a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a sucessão de Costa e Silva.

A era Médici – O Congresso, em recesso desde o AI-5, foi convocado por um ato complementar de 15 de outubro para homologar a eleição do novo presidente. No dia 30 assumiu o governo Garrastazu Médici, um general pouco conhecido do público, mas com um currículo de

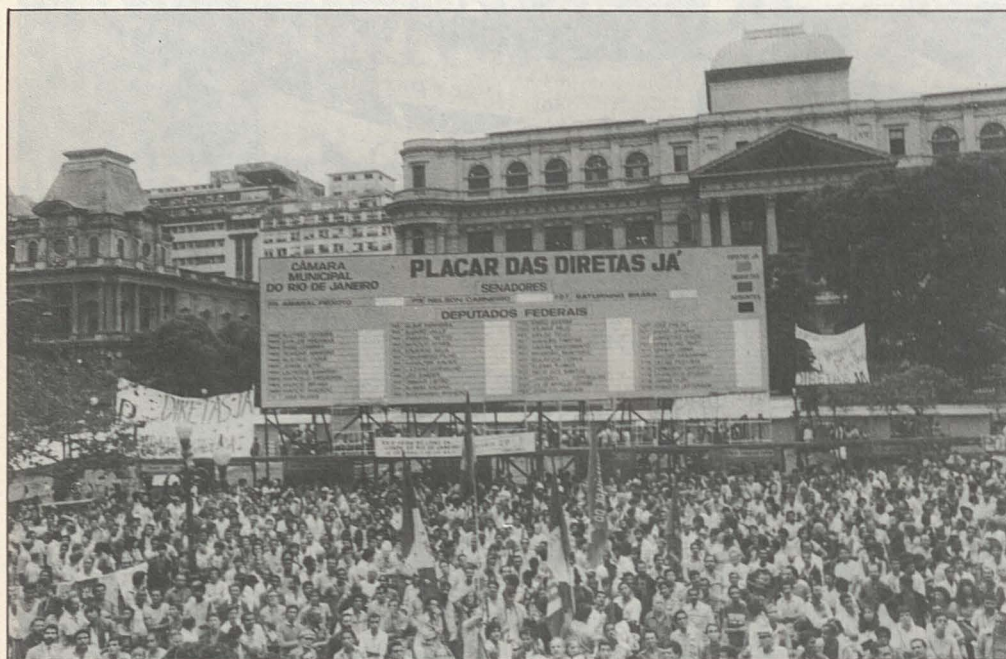
“bons serviços à revolução”, sobretudo quando esteve à frente do Serviço Nacional de Informação (SNI). As promessas de democratização se repetiram na posse, mas o estilo de governo forte e centralizador prevaleceu.

O governo tentou neutralizar o choque das medidas repressivas com projetos de desenvolvimento e um eficiente *marketing*, que promovia projetos de impacto e frases ufanistas, como “Ninguém segura esse país” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

À radicalização do governo Médici correspondeu uma radicalização de movimentos de esquerda, que passaram a atuar clandestinamente, organizando-se para a luta armada contra o regime.

“Nesse processo, que não teria acontecido se antes não houvesse o fechamento, o sistema militar ganha de fato um inimigo”, diz Dreifuss, “e com isso consegue se legitimar”. O aparelho repressivo se fortaleceu, através de organismos como a Operação Bandeirantes (Oban), de São Paulo, financiada por empresários e mais tarde institucionalizada na esfera do II Exército e em outras seções militares do país como o Comando de Operações de Defesa Interna (Codi).

Embora a tortura a presos políticos viesse sendo denunciada desde 1964, no período Médici foi um método quase rotineiro nas prisões políticas. As denúncias mobilizaram organismos internacionais voltados para a defesa dos direitos humanos e provocaram a reação do governo, que alegava tratar-se de



1984 – A campanha por diretas para presidente mobiliza todo o país

uma campanha organizada para desmoralizá-lo. O relatório *Brasil nunca mais*, elaborado pela Arquidiocese de São Paulo, apresentou uma relação de 125 desaparecidos políticos no regime militar, a maioria durante o governo Médici.

O fim de um ciclo – Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República em março de

1974 com um projeto liberalizante, definido por ele como uma “distensão lenta, gradual e segura”.

René Dreifuss vê este projeto como uma tentativa de recolocar a instituição militar nos seus trilhos, de “cercear o poder policaiesco no interior da instituição”, caracterizando também a “distensão” como uma necessidade de adequar o Brasil aos novos desafios.

O cientista político lembra que, de 1964 a 1974, o país deixou de ser rural para ser urbano, passou de 65 milhões para 110 milhões de habitantes, tornou-se um parque industrial complexo e diversificado, ganhando peso internacional em termos comerciais. “Não

seria mais possível gerenciá-lo naqueles moldes estreitos e restritos”, conclui.

Em choque com a linha dura, Geisel exonerou o comandante do II Exército, general Ednardo d’Ávila Melo, pela morte de dois presos políticos – o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho – nas dependências do DOI-Codi. Em outro episódio, foi afastado o ministro do Exército Sílvio Frota, pela conspira-

Roteiro para reflexão

Em março e abril, as universidades brasileiras analisam o regime inaugurado em 1964 com a quebra da legalidade democrática. No Rio, a partir de 21 de março, a discussão sobre o tema vai contar com uma série de desdobramentos voltados para o grande público.

O objetivo é verificar como as profundas mudanças político-institucionais promovidas a partir de 1964 repercutem na realidade brasileira. A coordenação-geral de “1964 – 30 anos depois” é do cientista político Eduardo Raposo, da PUC-RJ. Estão associados ao projeto a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Casa da Gávea, Biblioteca Nacional e o Cine-clube Estação Botafogo.

Na PUC, oito mesas-redondas analisarão assuntos acadêmicos e técnicos, envolvendo

participantes do antigo regime, seus críticos e perseguidos. O leque é amplo, e vai dos ex-ministros Mário Henrique Simonsen (que participa do debate sobre Ordem Econômica) e Armando Falcão (Ordem Jurídica) até o governador Leonel Brizola (Ordem Política) e Luís Inácio Lula da Silva (Capital e Trabalho), passando por Herbert de Souza (Estudantes e a Luta Política) e Dom Hélder Câmara (Igreja e o Poder). Duas outras mesas discutem as Comunicações e as Relações Internacionais.

Mas não só o circuito universitário vai poder participar desta reflexão importante para os dias atuais. O grande público terá a oportunidade de ver filmes marcantes para os anos 60, na mostra intitulada *Geração Paissandu*, em alusão ao cinema que então apresentava o que

ção que promoveu, pretendendo tomar a dianteira no processo sucessório.

A abertura ganhou impulso, empurrada não só pelas novas realidades do país – onde se fortalecia a mobilização política e popular –, mas também por uma diferente conjuntura internacional. A guerra fria continuava, mas começavam a surgir sinais de degelo, como a política pioneira impulsionada pelo primeiro-ministro alemão Willy Brandt, de abertura ao Leste Europeu, a famosa *Oestpolitik*.

No plano interno, abrigadas no MDB, as forças mais progressistas se revigoraram, após a expressiva vitória eleitoral em 1974. Anistia e abertura foram palavras de ordem ouvidas pelo governo, seja em consultas à sociedade, seja em incontáveis atos públicos realizados pelo país afora.

Geisel fechou o Congresso para impor reformas, decretou uma série de artifícios para garantir maioria ao partido do governo, mas deixou um conjunto de medidas liberalizantes, entre as quais o restabelecimento do *habeas corpus* e a permissão para que cidadãos cassados há mais de dez anos retomassem atividades políticas. Após intensa luta com correntes da área militar para fazer seu sucessor, conseguiu indicar o nome de sua preferência, o general João Batista Figueiredo.

Os desafios do presente – O novo presidente tomou posse no Congresso prometendo

“fazer deste país uma democracia”, nem que para isso tivesse que “prender e arrebanhar”, conforme frisou depois a uma repórter mais insistente. Mas a essa altura, como lembra René Dreifuss, a sociedade retomava a iniciativa das ações, caminhando para a democracia. O governo aceitou a anistia, embora tenha feito restrições aos chamados “crimes de sangue”, extinguiu o bipartidarismo que havia sido imposto e assistiu, em 1984, a uma gigantesca mobilização popular exigindo o restabelecimento de eleições diretas para presidente da República. O comício no Rio de Janeiro reuniu mais de um milhão de pessoas. O projeto foi derrotado no Congresso, mas, no pleito indireto, realizado no ano seguinte, quem perdeu foi o candidato oficial, Paulo Maluf.

A vitória de Tancredo Neves, que adoeceu e morreu sem assumir a presidência, certamente não foi a mais completa tradução do ideal democrático. Sua morte provocou uma grande frustração nacional. Com a recusa de Ulisses Guimarães, presidente da Câmara, de substituí-lo, assumiu o candidato a vice-presidente, José Sarney. O fato de o presidente Figueiredo ter deixado a sede do governo pela porta dos fundos foi a representação simbólica do fim formal de 21 anos de regime militar. Porém, até hoje a herança da ditadura tem reflexos na vida brasileira. Aperfeiçoar a democracia é o desafio de hoje.

B.B. e C.L.

de mais importante era produzido. O Cineclube Estação Botafogo selecionou obras de cineastas brasileiros, como Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha e Cacá Diegues, e internacionais – Luis Buñuel, Alain Resnais, Pasolini e Jean-Luc Godard. Além da mostra, um debate sobre Cultura e Censura terá como convidados o compositor Caetano Veloso, o diretor José Wilker, o crítico de cinema Ismail Xavier e o jornalista Zuenir Ventura.

A Casa da Gávea, um dos mais ativos centros de produção artística do Rio, vai reapresentar a montagem da peça *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, com direção de Cristina Pereira e um elenco todo formado por atores da terceira idade. Em um telão voltado para a Praça do Jóquei, no bairro da Gávea, a casa vai exibir mostra de vídeo com programação de TV dos anos 60.

Além do noticiário mais importante da época – o *Repórter Esso* –, vão ser apresentadas imagens de programas como *Jovem Guarda*,

com Roberto Carlos, e os festivais da canção, que consagraram uma geração de ouro da música popular. E tem mais. Serão expostos na PUC-RJ e na Unicamp trabalhos dos mais importantes cartunistas dos anos 60, como Jaguar, Fortuna, Ziraldo, Millor e Claudius.

A Biblioteca Nacional estende as atividades sobre o período ao Centro do Rio. Em sua sede serão montadas duas exposições: a primeira, com manchetes dos mais importantes jornais brasileiros, durante a efervescência de 1961-64; a segunda mostra com livros de autores como Celso Furtado e Caio Prado Júnior, além da intensa produção cultural do período.

Para Eduardo Raposo, essa série de eventos tem significado especial. “Vamos discutir a realidade brasileira usando 1964 como um bom roteiro, tendo como perspectiva tentar esclarecer a população, estudantes e classe média”, diz, acrescentando que com isso se pode produzir um pouco de conhecimento, ampliar a consciência e promover o debate.

1994: democracia e cidadania

A tônica do discurso do poder, de 1964 a 1985, foi a solução dos problemas econômico-sociais do país. Os governos militares se foram; os problemas permanecem

O debate político vai se intensificar neste 1994, ano de eleições "casadas", de presidente da República a deputado estadual. A coincidência, que não acontecia há 40 anos, só não atinge os prefeitos e vereadores, que serão renovados dentro de dois anos. O amplo debate interrompido pelo golpe militar de 1964 tinha temas que continuavam em pauta, como a necessidade de definir um projeto nacional de desenvolvimento e o correspondente papel do Estado; distribuição de renda; reforma agrária; inflação e tantos outros. Em 1964, a proposta de reformas de base foi posta para escanteio, assim como a ordem constitucional.

Para Eduardo Raposo, cientista político da PUC-RJ, e autor de um estudo sobre o período (1964 – *Estado e crise no Brasil*), o regime militar "substituiu a legitimidade política pela legitimidade do crescimento econômico".

Os programas destinados a acelerar o desenvolvimento, promovidos durante a gestão militar, desde o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), do governo Castelo Branco, até a época do chamado "milagre brasileiro", no período Médici, contribuíram substancialmente para aumentar o endividamento externo e a concentração de renda no país.

Segundo dados do Banco Central, em 1964, o montante da dívida externa brasileira era de US\$ 2,5 bilhões, que representavam 29% das exportações. Em 1974, essa dívida atingia US\$ 17,6 bilhões (32%) das exportações. No governo Geisel, o sucesso do Plano Nacional de Desenvolvimento foi comprometido pela crise do petróleo, mas a dívida externa, ao final de 1984, chegava a US\$ 49,8 bilhões (76% das exportações). Já no governo Figueiredo, a crise foi a da própria dívida externa, com o aumento das taxas de juros. Ao final de 1984, o endividamento de

US\$ 100,8 bilhões comprometia 75,6% das exportações.

Na década de 60, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50% dos brasileiros respondiam por 17,4% da renda nacional, enquanto que aos 20% mais ricos cabiam 54,8%. Na década de 80, a renda da maior parcela caiu para 14,2%, ao passo que os 20% mais ricos passaram a responder por 63,2% da renda.

René Dreifuss considera que o país tem contas pendentes espantosas com o seu povo, "promissórias culturais, sociais e econômicas". Enquanto essas pendências básicas não forem encaminhadas, a ameaça de novas crises como a de 1964 não estará afastada. Porém, ele lembra que, no país, "uma parcela ponderável da população tem garra e gana para fazer do cotidiano brasileiro uma coisa salutar".

Numa democracia, a forma de expressão da cidadania se dá – fundamentalmente – através do voto. Em 1964, os setores conservadores chegaram à conclusão de que pelas urnas não mais conseguiriam conquistar o governo. Decidiram, então, apelar para o assalto ao poder.

Em 1994, passados 30 anos, esses mesmos setores – que não desejam perder o controle da situação – não descartam a possibilidade de ir bater à porta das casernas. Porém, procuram meios de não ter que chegar a tanto. Nas regras de jogo democráticas – uma pessoa, um voto – as grandes maiorias populares teoricamente têm nas suas próprias mãos o poder de transformar o país.

As lições de 1964 são claras: os próprios civis que aderiram ao golpe pensando num breve interregno de arbítrio, para eliminar os adversários indesejáveis e logo após eles se afiançarem no poder, foram alijados pelos militares. E o golpe que fora pensado para durar poucas semanas acabou privando o país das liberdades por mais de 20 anos. Na democracia, o revezamento tem data marcada. E, este ano de 1994, o povo brasileiro tem compromisso com sua própria história. **B.B. e C.L.**

O povo brasileiro tem compromisso com sua própria história



O tabu do vírus

Patrícia Costa

Já não se pode mais ignorar a presença da Aids em nosso cotidiano. Porém, apesar dos esforços, ainda não se identificou uma mudança no comportamento da maioria da população brasileira. Atualmente, 97% dos brasileiros sabem que qualquer pessoa pode pegar o vírus HIV, mas apenas 9% usam sempre o preservativo numa relação sexual para se protegerem.

Depois de tantas mortes por Aids, de tantas pesquisas e dinheiro gasto, grande parte da população sexualmente ativa ainda se comporta como se este perigo não existisse. E, no entanto, a prevenção da doença depende basicamente de uma mudança de hábitos.

Tão assustadora quanto a doença é a desinformação. Para lutar contra esse mal, nada melhor do que a propaganda. No Zaire, por exemplo, país tido como mais atrasado do que o Brasil, os casos de infecções por HIV – o vírus da Aids – caíram de 18 para 3%, devido a uma campanha maciça de

marketing social, que incentivou o consumo de preservativos. De 500 mil usados em 1989, a população passou a usar 18 milhões, em 1991. Qual é o segredo?

O governo na briga – Vontade política será o primeiro passo. Um convênio assinado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial (Bird), em novembro passado, garantiu a doação de US\$ 250 milhões para serem aplicados durante quatro anos pelo Programa Nacional de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids, promovido pelo Ministério da Saúde. De início, o Bird entrará com US\$ 75 milhões e o Brasil, com US\$ 40 milhões. Até 1996, estão previstas oito grandes campanhas nacionais.

O outro problema é o abusivo pre-

A Aids é sexualmente transmissível e a sua prevenção exige uma mudança de comportamento que ainda não aconteceu no Brasil. A camisa-de-vênus é uma garantia de vida, e não uma restrição sexual

ço do preservativo nacional. Atualmente, ele custa um dólar, enquanto que nos Estados Unidos vale de 5 a 15 cents. A culpa é dos impostos exigidos pela lei (18% de IPI e 22% de ICMS). Mas há quem responsabilize o monopólio do látex baiano pela alta de preços. O Ministério da Saúde já havia pedido à Receita Federal, há um ano, a isenção de impostos, mas foi negada. O ministério continua insistindo.

Neste tempos em que a Aids é uma ameaça real para toda a sociedade, o governo deveria encará-la como assunto prioritário, e não afundá-la no poço da burocracia. Seria necessário também que a Receita Federal investigasse a margem de lucro dos três únicos fabricantes nacionais do produto, que não deve ser abusiva, já que, nos Estados Unidos, tal margem não passa dos 10%.

O ministério quer distribuir gratuitamente cerca de 50 milhões de preservativos este ano, contra uma demanda de 90 milhões. O restante deve ser suprido pelo setor privado. Há também um plano para aumentar os pontos de venda, que hoje são 25 mil, entre farmácias, supermercados e padarias. O objetivo é alcançar pelo menos 100 mil pontos, ampliando a distribuição em locais de encontro de jovens como boates, bares e shoppings.

Além disso, começou a promover uma campanha, no mês passado, cujo

Os jovens são o alvo das campanhas de prevenção da doença





O aumento da Aids feminina no Brasil é reflexo da repressão que as mulheres sofrem

slogan é "Você precisa aprender a transar com a existência da Aids", dirigida principalmente aos jovens. A campanha, que está veiculando sete filmes para TV e dois spots para rádio até abril, tenta uma abordagem mais direta e franca do problema.

No Rio de Janeiro, a Secretaria de Saúde distribuiu 3,5 milhões de preservativos durante o carnaval. Com o slogan "Vestiu uma camisa e saiu por aí", a campanha foi feita por 200 voluntários que fizeram a distribuição em quadras de escolas de samba, no sambódromo, aeroportos, hotéis e na rodoviária Novo Rio, além da Região dos Lagos e Angra dos Reis.

Por outro lado, os esforços governamentais tendem a ser atropelados pela Igreja católica. A CNBB, em sua Campanha da Fraternidade deste ano, dedicada à família, condena o uso de preservativos e diz que a propaganda do governo não deve ser levada a sério. Tal atitude da Igreja é inoportuna, se levarmos em conta que em São Francisco, nos EUA, uma campanha de esclarecimento e pelo uso da camisinha diminuiu significativamente o aumento de casos de Aids.

Machismo – Mas há ainda muitos obstáculos sutis e difíceis de serem derubados. Um deles é o machismo que

ainda domina as relações amorosas dos brasileiros. Segundo André Lázaro, professor de Comunicação e diretor do Departamento Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Uerj), é ainda difícil reivindicar a camisinha, "porque a cultura brasileira e a cultura de massas são machistas. A de massas é pior porque traz um verniz feminista dos mais perversos". E cita um exemplo: "Toda revista chamada feminina gira em torno do universo de sedução do homem, como se a mulher existisse em função dele somente."

Essa hegemonia masculina gera uma triste consequência: atualmente, para cada mulher contaminada, aparecem quatro homens. Há 10 anos, para cada 100 homens infectados, surgia apenas uma mulher. Segundo especialistas, a contaminação da mulher é mais fácil porque o esperma de um doente tem uma concentração de vírus HIV dezenas de vezes maior da que se pode encontrar na secreção vaginal de uma mulher aidética. Além disso, a mulher tem mais possibilidades de sofrer lesões microscópicas, pelas quais o vírus pode passar para seu organismo.

Hoje, 64% das mulheres contraem o vírus em relações sexuais com seus maridos ou parceiros. É que elas são obri-

gadas a viver com um companheiro que tem amantes, usa drogas ou é bissexual, sem ter direito de pedirem a camisinha porque "ele pode pensar mal de mim".

A Dra. Dirce Bonfim de Lima, infectologista do Hospital Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, afirma que o crescimento da Aids feminina é reflexo da repressão que a mulher brasileira ainda sofre: "Ela é pressionada por marido, pais, religião, sociedade. Temos vários casos em que o homem contaminou a esposa e ela nem sequer perguntou como ele se infectou."

Tamanha resistência à camisinha é uma ameaça de morte à espécie humana, principalmente à mulher. Mas não cabe só a ela mudar essa postura. Deve haver um trabalho de educação conjunto, a ser realizado privada e socialmente. Uma pesquisa realizada pela revista *Playboy* revelou que 88% dos homens consultados usariam a camisinha se a parceira pedisse. Pode até ser verdade, mas numa sociedade machista, exigir a camisinha ainda é muito difícil para a grande maioria das mulheres.

Em quase todo o mundo, a via heterossexual está se tornando a rota mais comum de infecção pelo HIV. Segundo o Ministério da Saúde, em 1986, quase todos os casos de Aids eram de homos-

sexuais e bissexuais. Hoje, eles são pouco menos da metade; o que aumentou foi o número de contaminados por drogas injetáveis e, agora, os heterossexuais, principalmente as mulheres. Isso é alarmante, dado que os sintomas da doença podem aparecer até 15 anos depois da contaminação. O Brasil hoje tem 50 mil casos de Aids relatados ao Ministério da Saúde e calcula-se que dentro de dois anos chegarão a 70 mil.

Quem ama não pega – Muitos acreditam que não correm riscos porque mantêm relações estáveis com parceiros fixos, não se drogam ou não sofrem transfusões. Mas como a doença leva tempo a se manifestar, o que aparece hoje é como uma fotografia feita há mais de dez anos. Portanto, a Organização Mundial de Saúde adverte: qualquer pessoa pode pegar o vírus da Aids, se não se proteger. A confiança e a fidelidade não têm nada a ver com isso. É uma questão de saúde.

A paixão também não protege da Aids. Há quem comece a usar a camisinha no início de um relacionamento para, dali a alguns meses, dispensá-la porque confia no parceiro. Mas não se deve esquecer do passado dessas pessoas. O ideal é pedir um teste anti-HIV para o parceiro para se ter segurança.

O argumento de que o preservativo corta o prazer também não procede, porque a maioria que afirma isso jamais o usou, segundo a pesquisa da *Playboy*. A camisinha é muito fina, absorve o calor do corpo e não reduz a sensibilidade da vagina. É antinatural? É, mas, hoje, é ela que permite que a pessoa tenha uma relação sexual sem preocupações.

Outra fantasia é achar que o soropositivo expõe sua doença fisicamente. A mesma pesquisa mostrou que 46% da população masculina ainda acredita que a pessoa começa a sofrer os sintomas da doença logo após sua contaminação, como emagrecimento e infecções constantes. Também acham que, se fazem sexo sem camisinha com algum desconhecido, podem fazer o teste anti-HIV no dia seguinte para ver se foram infectados. Mas na verdade o vírus só vai se manifestar de 15 dias a seis me-

ses depois da contaminação, se esta tiver ocorrido.

Campanhas especializadas – Nesta batalha contra o HIV, é preciso ter calma e clareza para informar sobre os riscos. Para a doutora Dirce Bonfim, uma grande campanha nacional é um bom começo, mas deve se desdobrar no que ela chama de subcampanhas: "A maneira de evitar a disseminação da Aids deve ser através da educação, com subcampanhas dirigidas a grupos específicos de homens, mulheres, jovens, prostitutas, trabalhadores da construção civil, líderes comunitários, professores etc., com apoio de técnicos especialmente treinados. A prevenção deve ser especializada e profunda." E exemplifica com um trabalho que está desenvolvendo com um grupo de professoras de Linguística da Uerj: "Estamos fazendo educação e prevenção para surdos-mudos infectados pelo HIV. Fiquei impressionada com o baixo nível de informação que essas pessoas possuem. Muitos são homossexuais simplesmente por desconhecerem totalmente a sexualidade."

Em todo o mundo, cerca de 10 a 11 milhões de pessoas já estão contaminadas pelo HIV, e cerca de 70% delas através de relações heterossexuais. Trabalhando com aidéticos desde 1985, a Dra. Dirce acredita que o acompanhamento



O preservativo em alta

Desde agosto de 1993, o Instituto de Pesos e Medidas de São Paulo (Ipem-SP), sob a delegação do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), fiscaliza a produção nacional de camisinhas. O controle de qualidade alterou algumas normas técnicas, depois de um teste por que passaram sete marcas vendidas no Brasil. O teste, promovido pela Organização Internacional das Associações de Consumidores (Ioc), foi realizado na Holanda e contou com a participação de sete países (ler cadernos do terceiro mundo nº 158). Na época, a avaliação – que

incluía teste de porosidade, qualidade do látex, resistência, dimensões e espessura – teve resultados pouco animadores para os brasileiros: das sete marcas, apenas uma foi considerada "boa", e uma "razoável".

A Inmetro dá algumas dicas para o consumidor: comprar somente camisinhas que tenham o selo da Inmetro estampado na embalagem; observar a data de validade (elas duram de três a quatro anos) e dar preferência para as fabricadas a partir de agosto do ano passado; não comprar em camelôs ou de balcões de farmácias expostos ao

sol, nem guardá-las em lugares úmidos e quentes, pois o calor, o sol e a luz envelhecem o látex.

Já foi lançada também, nos Estados Unidos, a camisinha feminina. Batizada de *Liberty*, é feita de poliuretano, duas vezes mais resistente ao HIV do que o látex, e se adapta à parede da vagina. Mas é cara: dois dólares a unidade. Numa pesquisa realizada na Tailândia entre prostitutas, a grande maioria disse que prefere usar o preservativo feminino do que pedir ao companheiro que use um. Mas, por enquanto, o *Liberty* não está acessível à mulher brasileira.

psicológico pode ajudar muito. É o que também afirma a psiquiatra Lizete Macário Costa, que desenvolve o acompanhamento de soropositivos do Hospital Pedro Ernesto desde 1985: "Nosso trabalho reforça as qualidades e questões da vida do doente, sua volta ao trabalho, suas relações familiares e com amigos, visando a uma reintegração social." O trabalho é, acima de tudo, informativo, pois o paciente deve saber tudo o que está acontecendo com ele, o que ajuda na compreensão da doença e de sua vida dali para frente. A Dra. Lizete conta o caso de uma paciente que não desenvolveu a doença, a quem acompanhou na instituição por mais de cinco anos: "Tenho certeza de que o apoio psicológico contribuiu muito para que ela se mantivesse com a saúde estável e com vontade de viver." Hoje com 39 anos, a paciente leva uma vida normal. E não é a única. A psiquiatra cita outros casos de homossexuais que também não desenvolveram a doença. É claro que há rejeições ao tratamento, mas Lizete acredita que tudo depende do modo como é feito o encaminhamento. "O apoio de amigos e familiares é também muito importante", ressalta.

Estatísticas mostram que pacientes com a doença desenvolvida que fizeram o tratamento psicológico desde 1982 tiveram uma sobrevida de quatro a cinco anos.

Erotizando a camisinha – A erotização do preservativo é uma boa saída para tentar derrubar muitos tabus: "Todos nós estamos sob risco. A levianidade com a própria vida é assustadora, sobretudo da parte dos jovens, e tem que mudar", afirma a Dra. Dirce.

Banalizar o uso do preservativo, tirando seu aspecto profilático, através de campanhas publicitárias constantes, é uma possibilidade. Ele pode se tornar parte do jogo de sedução. Para isso, basta a imaginação dos parceiros. Jurandir Freire, em seu livro *A inocência e o vício – estudos sobre o homoerotismo*, afirma: "O uso de camisinhas, além de exigir a disponibilidade material para comprá-las, impõe uma disciplina e um esforço contínuos para reinventar novas modalidades de satisfação erótica. Isso é possível somente para aqueles engajados num projeto de auto-realização sexual em que a conduta racionalizada do uso de preservativos seja

eroticamente redimensionada." A mudança de hábitos é um longo processo do qual todos temos que participar.

Saúde X moralidade – O professor André Lázaro atenta para o perigo de se associar a Aids a um comportamento condenável socialmente: "A Aids ser transmissível pelo sexo é um acaso, não tem nada a ver com o amor. É inadmissível querer atribuir à revolução sexual o surgimento da Aids, querer culpar o amor e o prazer. A Aids é do âmbito da saúde pública." E sugere como solução uma ampliação da discussão, principalmente através de atividades culturais, pois "a arte sempre foi um veículo para temas como esse serem colocados e discutidos publicamente". Para o estudioso, todavia, a doença ainda não provocou as mudanças necessárias no comportamento amoroso para a sua pre-

Há cerca de
10 milhões de
pessoas no mundo
contaminadas
pelo HIV.
O Brasil tem
hoje 50 mil
casos de Aids

venção. Há mais medo do que consciência da doença: "Há uma sombra atrás do amor que não existia."

Essa polêmica sobre a Aids, num âmbito público, acaba por condicionar as relações amorosas a uma negociação. Por exemplo, a questão da fidelidade. "É uma enorme pobreza espiritual reivindicar a fidelidade em nome da Aids. Vira uma fidelidade defensiva", afirma André Lázaro. O amor fica restrito à saúde, foge do seu rico universo amoroso. É claro que deve haver uma preocupação sincera quanto à saúde, mas não se pode perder o romantismo. Dedicar o amor a alguém implica dedicar também a fidelidade, incondicionalmente.

Jurandir Freire, no mesmo livro, diz que a prevenção, para os homossexuais é, "pelo menos idealmente, a mera sobrevivência física do eu. Daí a possibilidade de transformar o uso de preservativos em um item sintônico com a realização erótica. Não é à toa que a discussão sobre a Aids mescla-se inevitavelmente à terminologia 'luta pela solidariedade', 'pelos direitos do cidadão', 'contra a irresponsabilidade dos poderes públicos' etc. Sobreviver à Aids, aqui, significa um ponto ganho na luta contra a intolerância e a discriminação".

O vírus da polêmica – O mundo científico está sofrendo abalos significativos com as últimas pesquisas sobre a Aids. Cientistas de peso como Luc Montaigner, do Instituto Pasteur, de Paris, que isolou primeiramente o vírus da Aids, em 1983, descobriu agora que as células dos adênticos são destruídas por micróbios, e não pelo HIV. Para ele, a morte das células do sistema imunológico, fato básico da irrupção da Aids, costuma ser provocada por agentes bacteriológicos encontrados no sangue associado ao HIV. Já Peter Duesberg, biólogo alemão radicado nos Estados Unidos, do laboratório da Universidade da Califórnia, afirma que essa doença é produto da explosão no uso de drogas injetáveis: "O HIV não tem nada a ver com ela."

Há pelo menos cinco mil casos de pacientes comprovadamente não-portadores do HIV mas com todos os sintomas da Aids. O nome dado para o fenômeno é linfocitopenia CD-4 idiopática.

Mas todos admitem que o HIV tem um papel na maioria dos casos de Aids e, portanto, não dispensam a importância da camisinha na relação sexual.

Toda essa polêmica só tende a aumentar o longo caminho em busca de uma vacina contra a Aids. Para a Dra. Dirce Bonfim, porém, mais importante e imediato do que a vacina é a prevenção: "O vírus é mutante, ele manifesta características diferentes nos diversos ambientes em que surge. Uma vacina vai demorar ainda. Por isso, nós temos que fazer a nossa parte, disseminando o uso de preservativos." A valorização da camisinha é um ato de amor à vida e ao outro. É preciso que todos vistam essa camisa.



Com o processo de redemocratização, os protestos dos trabalhadores contra as demissões e baixos salários têm se multiplicado

As eleições do século

El Salvador se prepara para as primeiras eleições livres de sua história, enfrentando o desafio de desmilitarizar o coração e a mente de uma sociedade marcada por 12 anos de guerra civil e seis décadas de regimes militares

Claudia Guimarães

Em um ano de acontecimentos tão marcantes como as primeiras eleições multirraciais na África do Sul e a concretização de um histórico acordo entre palestinos e israelenses, o menor país da América Central disputará, de igual para igual, grandes espaços nos principais jornais do mundo.

E não é para menos: após 12 anos de guerra civil, El Salvador se prepara para suas primeiras eleições gerais livres. No dia 20 de março, 2,5 milhões de eleitores escolherão o novo presidente, 162 prefeitos, 84 deputados para a Assembleia Nacional e 20 para o Parlamento Centro-Americano.

Sob qualquer ponto de vista, o fato representa um divisor de águas não só para o país, como para todo o continente. Peça chave durante a década de 80 no esquema dos Estados Unidos para deter o "avanço do comunismo", após a vitória dos sandinistas na Nicarágua, El Salvador se transformou num campo de provas para as piores experiências

antiinsurgentes. Para isso, os governos de Ronald Reagan e George Bush não hesitaram em injetar nas Forças Armadas daquele país mais de 1 bilhão de dólares em equipamentos e armas, além de fornecer generosamente dezenas de assessores.

Nessas circunstâncias, o que era um confronto entre os sucessivos governos militares – testas-de-ferro de latifundiários e grandes empresários – e a guerrilha de esquerda se transformou em um desafio da geopolítica norteamericana, influenciando decisivamente o rumo dos acontecimentos em toda a América Central.

Isso explica o interesse com que os analistas políticos internacionais vêm acompanhando o processo de paz em El Salvador e, em particular, as expectativas que cercam as eleições deste mês.

Por representar a culminação de um processo de paz arduamente costurado, esse pleito terá características inéditas. Pela primeira vez, todas as forças do espectro político salvadorenho estarão representadas. Por um lado, concorrerão os dois tradicionais partidos da di-

reita: a governante Aliança Republicana Nacional (Arena) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Do outro, o ex-movimento guerrilheiro Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), transformado em partido legal e que se apresentará coligado à Convergência Democrática, do social-cristão Rubén Zamora, cabeça de chapa da coalizão.

A violência vem de longe – Toda a história de El Salvador está banhada em sangue. Desde a chegada dos espanhóis e a luta pela independência, passando pela insurreição popular de 1932, comandada por Farabundo Martí – ex-secretário do líder nicaraguense Augusto Sandino –, os salvadorenos conviveram com massacres, expropriações de terras dos camponeses, torturas e assassinatos de opositores políticos.

Hoje, dificilmente é possível encontrar uma família que não tenha perdido um parente de forma violenta. Só de 1980 para cá, quando eclodiu a guerra civil, foram 75 mil mortos, sete mil desaparecidos e 12 mil mutilados, grande

Shafick Handal: "Querem disseminar o terror"



Handal: "Vivemos 60 anos sob ditaduras eleitorais"

Shafick Handal é um dos mais antigos e conhecidos líderes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). De passagem pelo Brasil, ele concedeu a **cader-nos** uma entrevista exclusiva, da qual apresentamos um resumo a seguir.

* As eleições

As eleições de 20 de março são um marco do processo de transição e seu papel é culminar o processo de paz e consolidá-lo. Isso implicava que a FMLN se transformasse em partido político legal. E, em um período relativamente breve, conseguimos organizar a FMLN como partido em todo o país.

* A nova onda de violência

Precisamente porque esse processo está avançando – e não pode ser parado pelas forças que sempre se opuseram aos acordos e à negociação – começaram a reaparecer os esquadrões da morte, tratando de deter essa marcha e de desestabilizar todo o processo.

O que vemos é que os crimes vêm se intensificando. E não só contra membros da FMLN. Como não período final dos anos 70 e início dos anos 80, os esquadrões da morte estão assassinando indiscriminadamente com o objetivo de disseminar o terror.

Frente a estes assassinatos, que nos últimos tempos tiraram a vida de companheiros muito destacados, a direção da FMLN partiu do princípio de que não vamos fazer justiça com as nossas próprias mãos. Vamos continuar apoiando o processo de paz e a nova institucionalidade que tem nascido dos acordos.

Mas, por outro lado, alguém tem que deter essa gente. Não basta apenas investigar quem disparou contra nossos companheiros. Esses indivíduos são simples instrumentos. Queremos conhecer e ver punidos os mandantes.

* A reação dos militantes

É muito difícil pedir a nossos militantes que não reajam a essa onda de violência. É preciso levar em conta que nossos combatentes estiveram lutando uma longa guerra. Aí se desenvolveram uma psicologia e uma lógica próprias. Não precisam de que ninguém os proteja. Estão acostumados a responder e atuar pelas próprias mãos, rapidamente. E, além do mais, têm capacidade para fazê-lo. Portanto, a espera no pode ser muito longa.

* As raízes da guerra

Em El Salvador, vivemos 60 anos sob regimes militares. Esse controle do Exército sobre a vida do país tem raízes muito profundas, algumas das quais tratamos de mutilar nos acordos. Havia dois corpos paramilitares muito disseminados. Um deles era o Serviço Territorial do Exército, que tinha patrulhas militares em todo o território nacional, em cada povoado, em cada bairro, em cada longínqua zona rural. Havia 150 mil pessoas nesse sistema. Na hora das eleições, essa máquina lhes conseguia facilmente meio milhão de votos, sem ser necessário nem que a população conhecesse o seu candidato.

Por isso é que em El Salvador, a ditadura militar era uma *ditadura eleitoral*. Sempre houve eleições e em todas eles saíram "vitoriosos"...

Quando ficou evidente que havíamos ganho, nas eleições presidenciais de 1972 e 1977, os militares rejeitaram os resultados e responderam com massacres. E foi isso que precipitou o confronto armado. A via eleitoral se fechou. É por esse motivo que a guerra teve tal duração e raízes populares.

* O novo papel do Exército

A missão do Exército mudou. Fizemos uma reforma da Constituição e se aboliu a antiga doutrina militar. A partir dessa mudança, o Exército já não tem nenhum papel a desempenhar no que se refere à paz interna e à ordem pública, salvo em raríssimas situações e com a autorização extraordinária do Congresso. Sua única missão agora é a defesa externa.

* Relações com Washington

Estivemos em Washington para confirmar o compromisso do governo norte-americano com o processo de paz. Depois de haver estado comprometido na guerra contra nós, o governo dos Estados Unidos nos disse, após a assinatura dos acordos, que a guerra também havia terminado entre eles e nós, que eles queriam uma relação amistosa conosco.

parte deles jovens, cujas vidas foram tiradas ou truncadas no seu momento mais criativo e de maior plenitude.

Esses dados são ainda mais assustadores se levarmos em conta a população de El Salvador (pouco mais de 5 milhões). Também ajudam a entender o desafio atual de criar uma sociedade com o coração e a mente desmilitarizados, depois de décadas onde todos – de um lado ou de outro, em grande ou pequena medida – foram permeados pela lógica da violência cotidiana.

Os frutos da paz – Nesse sentido, a assinatura dos acordos de paz entre o governo de Alfredo Cristiani e a FMLN, em janeiro de 1992, representou o primeiro passo concreto rumo à transformação do país. Entre recuos e avanços, as negociações prosperaram e, apesar de vários aspectos pendentes, já deram como resultado uma incipiente reestruturação do Exército, a dissolução dos corpos de segurança e a criação de uma nova Polícia Nacional – agora subordinada ao poder civil e integrada tanto por militares quanto por ex-combatentes da guerrilha. Graças aos acordos de paz também foi possível fixar o calendário eleitoral, reformar a Constituição e realizar mudanças no corrompido Poder Judiciário.

Mas um dos mais significativos frutos dos acordos de Chapultepec foi a criação, sob os auspícios da ONU, da

Comissão da Verdade para investigar as violações aos direitos humanos cometidas durante os 12 anos de guerra. Depois de alguns meses de trabalho, a Comissão redigiu um relatório reunindo denúncias que, por sua gravidade, jamais teriam vindo à tona apenas um ano antes.

Porém, por diferentes motivos, um dos mais delicados temas em El Salvador – o funcionamento dos esquadrões da morte – não pôde ser investigado a fundo, como reconheceram os próprios membros da Comissão.

A volta dos esquadrões da morte – Essa lacuna deixou aberta a fresta pela qual ressurgiram os esquadrões, ameaçando o próprio processo de paz. Nos últimos meses, várias pessoas – incluindo militantes e dois ex-comandantes da FMLN – foram assassinadas. Seus cadáveres foram encontrados com sinais de tortura e tiros na nuca, mar-

cas características dos grupos de extermínio.

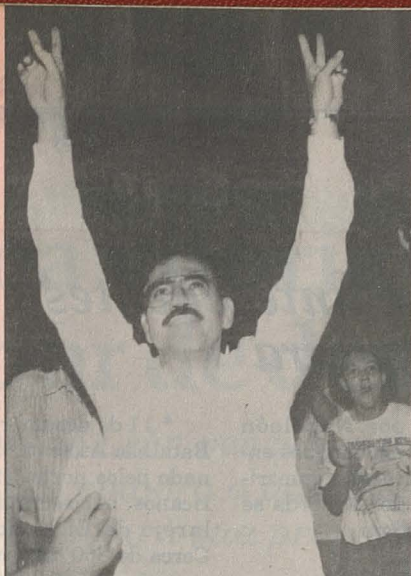
“Não podemos continuar lutando contra fantasmas”, afirmou Joaquín Villalobos, dirigente da FMLN, ao exigir esclarecimentos do governo durante o enterro do ex-comandante Eleno Hernández Castro, assassinado no início de novembro.

A situação se tornou tão grave que o próprio secretário geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, enviou, no início de dezembro, uma equipe para investigar os crimes, obrigando o governo Cristiani a instaurar uma comissão especial com este mesmo objetivo.

Embora esses grupos nunca tenham sido desmantelados, sua atividade havia diminuído e voltou a ganhar novo impulso recentemente, em uma última e desesperada tentativa de impedir a paz e a democratização do país.

Seu ressurgimento, no entanto, trouxe à baila um tema incômodo para os setores de direita em plena época de campanha eleitoral: quem financia os esquadrões da morte e por que os mandantes nunca foram punidos?

Washington abre seus arquivos – A partir de novembro, as denúncias sobre os esquadrões ganharam novo peso com a divulgação pelo governo dos Estados Unidos de mais de 12 mil documentos confidenciais da CIA, Pentágono e Departamento de Estado. Os documentos comprovaram que os ex-presidentes norte-americanos Ronald Reagan e George Bush não só sabiam da existência, como patrocinavam os esqua-



Rubén Zamora (esq.) e Calderón Sol: dois projetos diferentes para El Salvador



Na praça central da capital, San Salvador, centenas de pessoas esperam sua vez para se filiar ao partido da FMLN

Cronologia e antecedentes da guerra

1972

A oposição legal se unifica na União Nacional Opositorista (UNO), que lançou a candidatura à presidência de Napoleón Duarte para enfrentar a do coronel Arturo Molina, do governante Partido de Conciliação Nacional, vencedor mediante a fraude.

1977

Uma nova fraude levou à presidência o general Carlos Humberto Romero. Houve protestos, duramente reprimidos, com um saldo de sete mil mortos.

1979

Assume o governo uma junta civil-militar integrada por representantes da social-democracia e da democracia-cristã. A falta de poder real não permitiu à junta controlar a dura repressão de oposicionistas, o que levou os civis a renunciarem, sendo substituídos pelo setor mais conservador da Democracia Cristã, di-

rigido por Napoleón Duarte. Os choques entre militares e guerrilheiros de esquerda se aprofundam

1980

* 24 de março: o arcebispo de San Salvador é assassinado enquanto celebrava missa, em clara represália pela sua permanente defesa dos direitos humanos. O major Roberto D'Aubuisson, líder de um dos esquadrões da morte em ação no país, é apontado como o mandante do crime, mas nunca foi a julgamento.

* outubro: criada a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), que reuniu cinco organizações político-militares que lutavam contra o regime salvadorenho.

* 2 de dezembro: três freiras norte-americanas e uma leiga são estupradas e mortas. Seis integrantes da Guarda Nacional foram presos e processados.

* 11 de dezembro: o Batalhão Atlacatl, treinado pelos norte-americanos, massacra o vilarejo de El Mozote. Cerca de 800 camponeses são mortos, mas funcionários do governo dos Estados Unidos minimizam o fato.

1984

Roberto D'Aubuisson, da Arena, é derrotado na eleição presidencial pelo democrata-cristão José Napoleón Duarte, cuja campanha é financiada pela CIA.

1989

Em novembro, a guerrilha realiza sua maior ofensiva. Em retaliação, uma unidade do exército invade a Universidade Centro-Americana, tortura e mata seis jesuítas, incluindo o reitor, e duas empregadas.

1991

Acordo de paz é alcançado em dezembro, sendo assinado em janeiro do ano seguinte.

drões de extrema-direita em El Salvador.

Além disso, apontaram como os principais chefes desses grupos o ex-líder da extrema-direita Roberto D'Aubuisson (morto de câncer em 1992), o atual vice-presidente de El Salvador, Francisco Merino, e o ex-ministro da Defesa, Emilio Ponce.

O mais bombástico estava por vir: a inclusão do nome do atual candidato à presidência da governante Arena, Armando Calderón Sol, como um dos patrocinadores desses grupos paramilitares (ver *cadernos*, nº 169: "As raízes vivas do terror").

Segundo alguns analistas, a divulgação não teria sido casual e sim uma forma velada do governo Bill Clinton não só de marcar distância dos setores políticos e econômicos comprometidos com os esquadrões, como também de inibir sua ação.

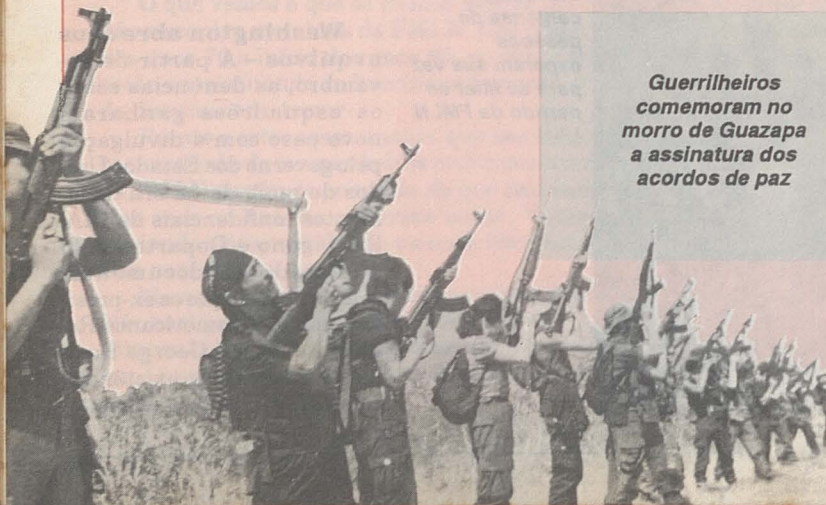
O desafio da reconstrução – As denúncias sobre o financiamento dos esquadrões da morte esquentaram a campanha eleitoral, mas não conseguiram desviar a preocupação de um tema que, para muitos salvadorenhos, hoje é prioritário: como tirar o país da crise econômica após o fim do conflito.

Doze anos de guerra deixaram um saldo desastroso: boa parte da infraestrutura (estradas, pontes, redes de luz e água etc.) está destruída; milhares de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas e não têm onde viver; o desemprego é altíssimo; os preços da cesta básica a tornam inalcançável para a maioria da população; os serviços de saúde e educação funcionam precariamente.

No auge da guerra civil, essas questões passavam a um segundo plano. Mas, com a paz e a democratização das instituições, as demandas populares voltaram à cena com novo vigor. Depois de décadas de sacrifícios e dor, dificilmente os salvadorenhos aceitarão continuar vivendo em uma sociedade com tão profundas desigualdades sociais.

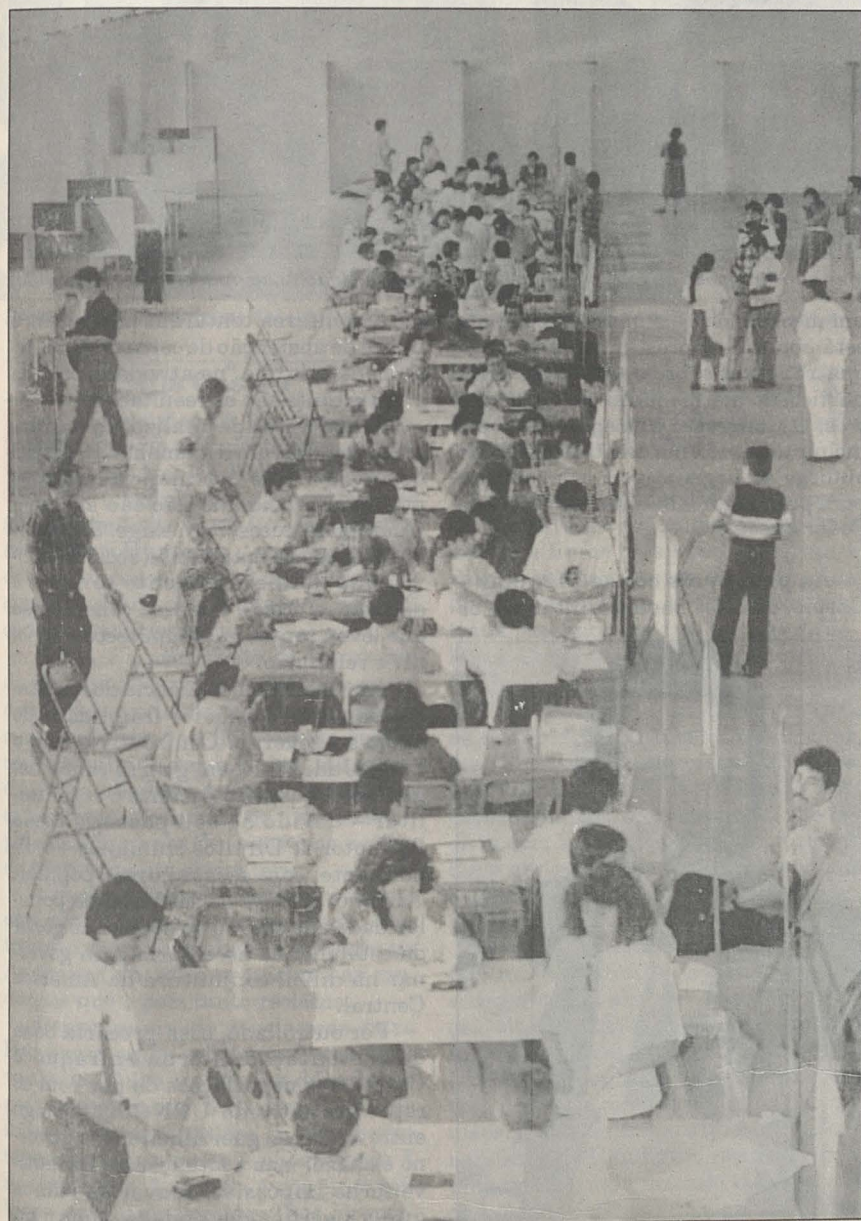
Não frustrar essas expectativas – e, ao mesmo tempo, consolidar o frágil processo de transição – será um dos maiores desafios do vencedor das próximas eleições.

Guerrilheiros comemoram no morro de Guazapa a assinatura dos acordos de paz



Uma vitória com sabor de derrota

O presidente Ramiro de León vence o referendo sobre reformas da Constituição embora a voz das urnas indique evidente rejeição à sua proposta



Os centros de votação permaneceram vazios. O abstencionismo chegou a quase 80%

Aldo Gamboa

Quando se terminou a contagem dos votos da última urna, após o referendo realizado em 30 de janeiro na Guatemala para aprovar 43 emendas à Constituição, o presidente Ramiro de León Carpio teve que buscar forças para festejar a vitória de suas propostas de reforma à Carta Magna.

Apesar do esforço, a comemoração oficial não conseguiu esconder uma realidade triste e perigosa para o governo: a vitória havia sido alcançada com apenas 9% dos eleitores votando pelo *Sim*, enquanto a abstenção chegava quase a 80%, transformando a vitória obtida nas urnas em uma derrota política.

Rigoberta Menchú, ganhadora do prêmio Nobel da Paz, havia classificado o referendo como "uma manobra dos grupos de poder para dividirem entre si as propriedades estatais", e afirmou que os cidadãos indígenas da Guatemala não teriam por que participar do referendo, pois seus interesses não estavam em discussão.

Por sua parte, a Convergência Democrática (CD) – aliança de seis entidades políticas e civis – considerou que as reformas à Constituição foram "elaboradas pelo governo e pelo Congresso à margem do povo", e conclamou os guatemaltecos a votar pelo *Não* no referendo. A Associação de Estudantes Universitários (AEU) também condenou a consulta popular e convocou seus membros a absterem-se de votar.

No entanto, o apelo mais contundente contra o referendo veio da Unidade Revolucionária Nacional da Guatemala (URNG), organização guerrilheira que reúne quatro partidos políticos de esquerda. "Não ir às urnas é a forma mais clara de rejeitar esta brincadeira de mau gosto, mas se algum cidadão for obrigado a emitir seu voto por coação,

AMÉRICA LATINA

GUATEMALA



Tanto a guerrilha (acima, dirigentes da URNG nas conversações de paz) quanto a líder Rigoberta Menchu se opuseram ao referendo

pressão ou inclusive terrorismo deve anulá-lo", convocou a URNG.

A origem do nó górdio – A realização de uma consulta popular para a aprovação de 43 emendas à Constituição surgiu de uma grave crise que Carpio de León enfrentou no Congresso. Recém-chegado ao poder, o novo presidente tentou consolidar seu prestígio com uma iniciativa que – apesar de contar com evidente simpatia popular – estava fadada ao fracasso: pediu a renúncia de todo o Congresso e dos magistrados do Poder Judiciário. Sua meta era renovar os dois poderes e reconstituí-los sem suspeitas de corrupção.

A iniciativa teve um efeito nefasto para o governo, pois não só mostrou claramente suas carências em termos de articulação política, como também aprofundou a crise de governabilidade. Sem um partido político e enfrentando os poderes Judiciário e Legislativo, Carpio teve que negociar um pacote de medidas propostas à opinião pública no referendo.

Assim, o presidente logrou dois objetivos: aprovou mediante a consulta popular a antecipação das eleições legislativas de 1995 para meados deste ano, e a formação de uma nova Corte Suprema de Justiça para o próximo ano.

Porém, o Congresso incluiu entre as reformas submetidas ao voto popular

um mecanismo pelo qual o presidente está obrigado a prestar contas a cada quatro meses sobre o uso do dinheiro público, do mesmo modo que os ministros. O Congresso conseguiu também incluir uma reforma constitucional que outorga ao Legislativo a competência para promulgar leis, antes exclusiva do Poder Executivo.

As prováveis conseqüências – Carpio, os altos chefes militares e os



Carpio: enfraquecido, apesar da vitória

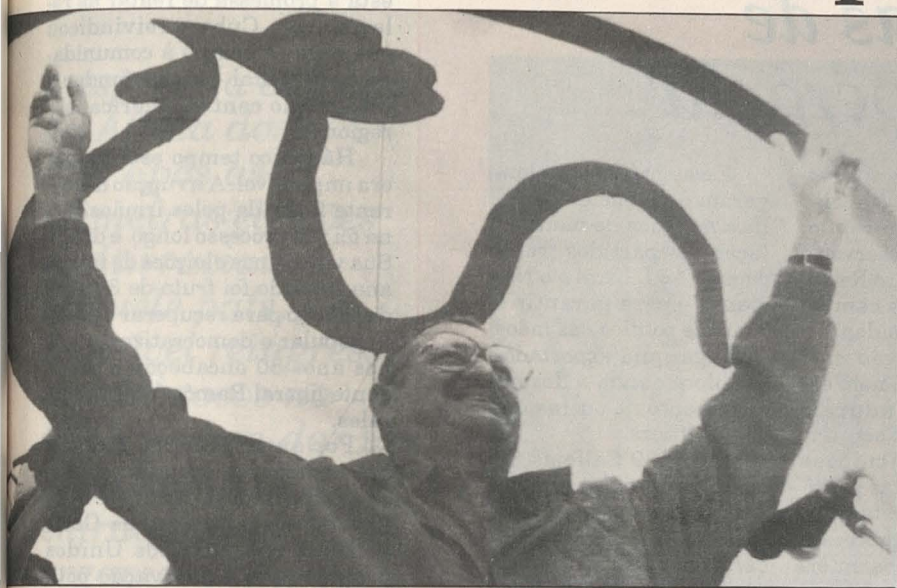
parlamentares tentaram minimizar o índice de abstenção de cerca de 80%, argumentando que “na atividade política o importante são os resultados”.

Pouco antes da realização da consulta popular, um documento da URNG denunciava que “as anunciadas reformas constitucionais não são as que a Guatemala necessita e exige. São acordos fechados à margem da sociedade civil, que deliberadamente tendem a agravar a crise”. Foi essa constatação que levou tantos guatemaltecos a ignorar o referendo.

A primeira conseqüência do resultado das urnas é a maior fragilidade do apoio ao governo. Confrontado com o Poder Judiciário, em guerra com o Legislativo, suspeito perante o setor militar – devido ao seu passado como Promotor de Direitos Humanos – e, finalmente, com escasso apoio popular, Carpio está longe de desfrutar da popularidade que o levou ao poder e de gozar da estabilidade necessária para governar na difícil conjuntura da América Central.

Por outro lado, essa precária base de sustentação interna enfraquece Carpio nas negociações de paz com os representantes da URNG. O diálogo entre as forças guerrilheiras e o governo é chave, mas a situação do Executivo torna impossível prever os rumos que a pacificação poderá tomar na Guatemala.

Uma tímida esperança



Roberto Reina prometeu dar um "rosto humano" ao programa de ajuste da economia

Nils Castro

As eleições em Honduras superaram as expectativas. O liberal Carlos Roberto Reina – um diplomata de carreira que foi presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos – conseguiu 56% dos votos, venceu em 13 das 18 províncias (estado) do país e obteve 71 das 128 cadeiras do Congresso.

Reina é o presidente de Honduras desde o dia 27 janeiro, mas muito antes de sua posse já havia definido o perfil da sua administração. Tão logo se conheceu o resultado das eleições, ele anunciou uma imediata redução do exército, que incluía o controle de civis sobre a polícia e os corpos de segurança e o fim do recrutamento obrigatório.

Uma jogada audaciosa em momento oportuno que, se for consolidada, contribuirá para normalizar a situação na América Central e propiciará as mudanças que o país tanto reclama.

O programa de mudanças para Honduras exige muito mais que boa-vontade. Durante várias décadas, o país competiu com o Haiti pelos piores indicadores estatísticos do continente (agora veio juntar-se à Nicarágua). A miséria afeta 3 de cada 4 dos cinco milhões e meio de hondurenhos, proporção que ultimamente foi agravada pela

política neoliberal adotada pelo ex-presidente Rafael Leonardo Callejas. Em 1990, os pobres eram 68% da população e agora passam de 73%¹.

Deformações impostas – A meta-de das divisas que entraram no país nestes últimos três anos voltaram a sair, como pagamento do serviço da dívida externa que, apesar disso, continua passando dos três bilhões de dólares. Com isso, o governo anterior – Callejas pertencia ao conservador Partido Nacional – ficou em dia com os organismos internacionais; mas esse sacrifício pouco contribuiu para resolver o problema. Os dados macroeconômicos indicam que 1993 fechou com um déficit fiscal superior a 6% e que a balança comercial teve um saldo negativo de mais de 200 milhões de dólares.

Embora Callejas reconheça que sua política econômica foi devastadora para a classe média e empobreceu a população, ele alega que isso "era necessário". No entanto, nem todo mundo ficou mal. Os recursos que milhões de pessoas perdem passam a concentrar-se em poucas mãos. Como assinalou o Colégio de Economistas de Honduras, neste período uma privilegiada minoria de exportadores agrários e investidores locais – associados ao capital financeiro e às

O novo presidente saiu das urnas com respaldo suficiente para iniciar as mudanças que o país necessita com urgência

transnacionais – multiplicaram seus ganhos. Lá, são conhecidos como "os do clube de Coyolito", nome do balneário onde ostentam sua riqueza e mansões luxuosas à beira do Golfo de Fonseca (dessa elite faz parte o ex-presidente Callejas).

Obviamente, essa realidade tem efeitos trágicos na confiança dos hondurenhos em relação à democracia. Na realidade, uma *semidemocracia* – excludente, controlada e repressora – reinstaurada no país desde que os militares deixaram o governo em 1982.

A opção possível – Na recente campanha eleitoral, o tema da política econômica desempenhou um papel secundário. O então candidato da oposição Carlos Roberto Reina, ao não poder propor um retorno à política anterior – já que tampouco havia sido eficaz – centrou seu discurso na opção de um "liberalismo social" tendendo a "humanizar" a reestruturação da economia, e levar em conta a "dívida social" contraída com o povo hondurenho.

Entre suas prioridades está garantir a "segurança alimentar" da população e uma "revolução moral" destinada a desmilitarizar a vida política, restabelecer o respeito aos direitos humanos, acabar com a corrupção e democratizar as instituições. Na política externa,

Décadas de 'semidemocracia'

Durante as administrações de Ronald Reagan e George Bush, Honduras elegeu como presidente o liberal Roberto Suazo Córdoba, que concordou com a instalação de tropas norte-americanas no país, assim como em alojar em seu território mais de 12 mil *contras* nicaraguenses, em troca de "ajuda" do governo dos Estados Unidos.

Nesse período, Honduras renovou sua aviação militar e gastou cerca de 300 milhões de dólares para duplicar seu exército. Por sua vez, Suazo Córdoba promulgou uma legislação "antiterrorista" que, entre outras coisas, proibiu as greves, qualificando-as de "intrinsecamente subversivas".

O governo seguinte, do também liberal José Azcona Hoyo, eleito em 1985, prosseguiu com essa dependência do país à estratégia norte-americana

para enfraquecer a revolução sandinista e apoiar o regime salvadorenho. Ou seja – como observou à época Jorge Arturo Reina, irmão e chefe de campanha do atual presidente – não se desenvolveu uma política nacional nem externa para Honduras, mas se explorou seu território e instituições para instrumentar políticas intervencionistas dirigidas contra os processos sociais e políticos emergentes nos dois países vizinhos.

A falta de um projeto nacional se somou uma escandalosa corrupção burocrática e militar no uso da ajuda estrangeira. Ao mesmo tempo, se propiciava o fortalecimento do exército e dos corpos de segurança e se recorria à ação dos esquadrões da morte e à política dos sequestros e desaparecimentos como meio de controle.

Essas práticas prolongaram a vigência dos velhos métodos de manipulação dos partidos tradicionais – o Liberal e o Nacional – para garantir o controle político nas mãos da oligarquia exportadora, bloqueando o desenvolvimento de outras opções políticas.

Em 1989 Callejas foi eleito, adotando o programa neoliberal. No ano seguinte, os sandinistas perderam as eleições na Nicarágua e logo depois o governo Bush eliminou a "ajuda" a Honduras, deixando-a entregue à sua própria sorte. Em consequência, Callejas subiu os impostos, aumentou em 50% o preço dos combustíveis e desvalorizou a moeda, atendendo aos ditames dos organismos financeiros internacionais. Essas práticas precipitaram o último ciclo de empobrecimento do país.

está a promessa de reatar as relações com Cuba – reivindicou sua reincorporação à comunidade continental – e aprofundar a integração centro-americana e regional.

Há pouco tempo esta virada era impossível. A irrupção da corrente liderada pelos irmãos Reina foi um processo longo e difícil. Sua vitória nas eleições de fins do ano passado foi fruto de 30 anos de esforço para recuperar o projeto popular e democratizador que nos anos 60 encabeçou o presidente liberal Ramón Villeda Morales.

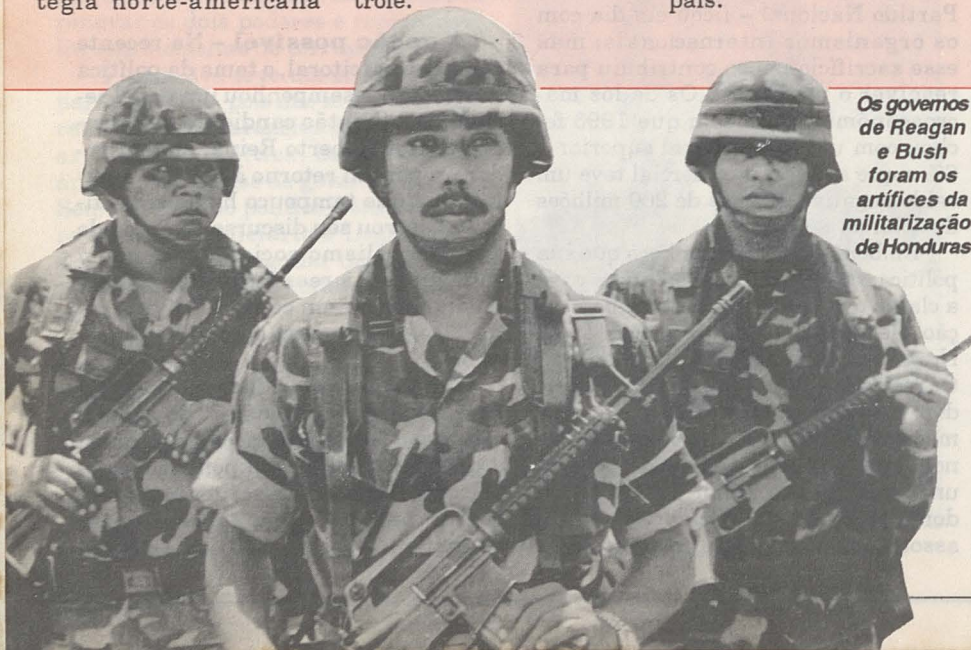
Por outro lado, as mudanças no cenário mundial provocadas pelo colapso da União Soviética e a derrota de George Bush nos Estados Unidos propiciaram a renovação política em Honduras: uma geração nova chegou à direção oficial do velho partido.

Uma etapa importante do projeto de renovação foi a vitória eleitoral. Mas ela gerou grandes expectativas populares que será difícil satisfazer. Não só a miséria hondurenha é comparável à do Haiti, mas o intervencionismo deixou um exército muito mais forte e caro que o haitiano, sem melhores antecedentes em termos de direitos humanos e da mesma forma identificado com a oligarquia politicamente primitiva.

A seu favor Carlos Roberto Reina tem o fato de ser um político vivido e realista, cuja experiência supera a de Jean-Bertrand Aristide. Por outra parte, ele dispõe de um partido – cuja presidência está agora nas mãos de seu irmão Jorge Arturo – e de folgada maioria parlamentar (embora os velhos *caciques* continuem disputando o seu controle).

Por tudo isso, é possível afirmar que em Honduras surgiu uma esperança capaz de abrir à região novos horizontes. Mas é preciso que ela não se frustre nem se deforme.

Os governos de Reagan e Bush foram os artífices da militarização de Honduras



O poder aquisitivo dos hondurenhos voltou a ser menor do que nos anos 70; dois terços da população vivem em condições insalubres e 70% das crianças sofrem de desnutrição

Novas perspectivas para a OUA

A esperada entrada da África do Sul, após as primeiras eleições multirraciais naquele país, e o provável reingresso do Marrocos na OUA podem dar um novo impulso à enfraquecida organização



Edouard Bailby

Em meados deste ano, a Organização da Unidade Africana (OUA) realizará a sua conferência anual de cúpula em Túnis, capital da Tunísia. Será um acontecimento histórico por duas razões fundamentais. Por um lado, com as primeiras eleições multirraciais da sua história, em 27 de abril, a África do Sul poderá pedir a sua adesão à organização do continente africano. Por outro lado, tudo indica que o Marrocos, que se retirou da OUA em 1984, após o reconhecimento oficial da República Árabe Saarauí Democrática (Rasd)¹, pedirá o seu reingresso. Os dois fatos são de enormes consequências.

Ministro tunisiano das Relações Exteriores desde fevereiro de 1993, Habib Ben Yahia, 55 anos, tem motivos de sobra para estar satisfeito com a primeira reunião dos chefes de Estado africanos em seu país. Com 162.155 km e 8,5 milhões de habitantes, a Tunísia, independente desde março de 1956, mantém inúmeros laços com o resto do continente, especialmente a África ao Sul do Saara. Nas suas universidades, recebe centenas de estudantes, técnicos e engenheiros africanos que vêm melho-

rar a sua formação profissional. Países como o Níger e o Zaire costumam solicitar a sua ajuda para a criação de estabelecimentos bancários.

Estado membro da ONU, enfim, a Tunísia não se negou a participar de operações humanitárias e militares da organização internacional para a manutenção da paz no continente. Nos anos 60, três mil soldados tunisianos estiveram na República do Congo (hoje Zaire), integrando as forças da ONU. Atualmente, militares da Tunísia atuam no Saara Ocidental e na Somália.

Tendo em vista as suas posições moderadas no campo da política externa, a jovem nação árabe do Norte da África utilizará o seu prestígio para reorganizar a OUA em bases mais sólidas, adaptadas às novas realidades do mundo. Nesse sentido, a entrada do governo de Pretória na organização, após o desmantelamento do *apartheid*, abrirá amplas perspectivas.

Além da sua contribuição financeira que, certamente será importante, os sul-africanos estarão em condições de prestar ajuda aos países menos desen-

A presença de dirigentes da África do Sul e do Marrocos na OUA poderão colaborar para tornar a organização mais eficaz (acima: Mandela e De Klerk; ao lado, o rei Hassan II)



volvidos do continente, estabelecendo por outro lado relações comerciais diversificadas.

Já a volta prevista do Marrocos não terá o mesmo impacto, mas psicologicamente ela terá um efeito benéfico para o fortalecimento da OUA na hora em que a África negra se sente marginalizada pelo Norte, isto é, pelas nações industrializadas.

Dois grupos ideológicos - Criada em maio de 1963 em Addis Abeba, capital da Etiópia, a Organização da Unidade Africana festejará, portanto, 31 anos de existência este ano. Sacudida por inúmeros conflitos, enfraquecida pela falta de recursos financeiros, ela não conseguiu até hoje desempenhar o papel que lhe cabia, deixando as Nações

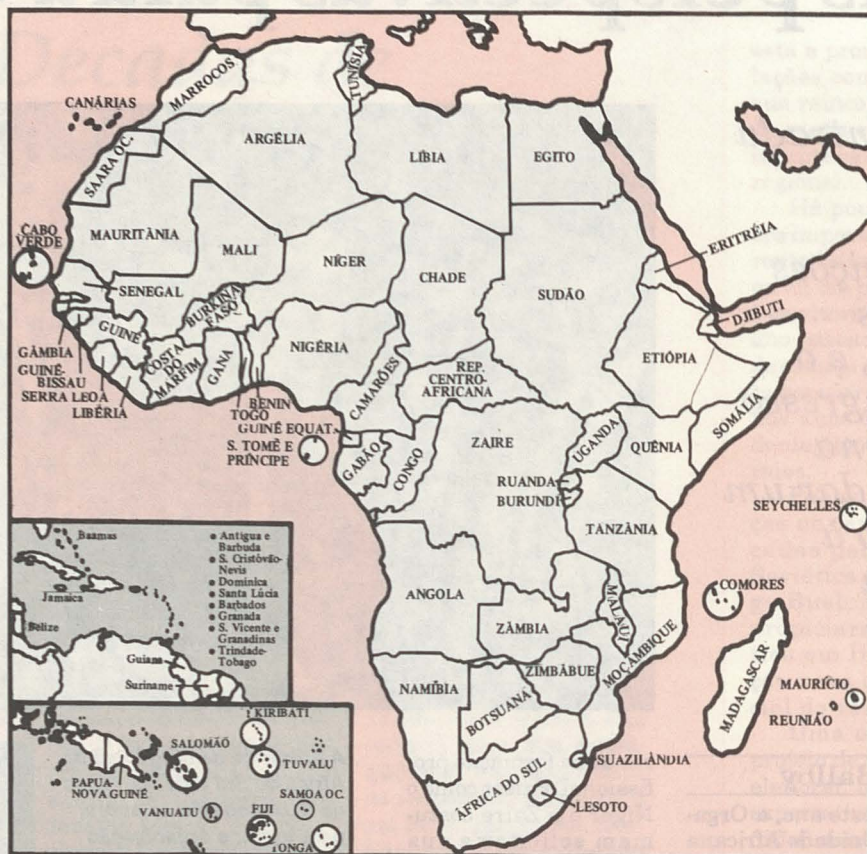
Unidas tomar por sua própria conta iniciativas cada vez mais importantes.

Para compreender o problema, convém recordar as dificuldades da organização. Quando foi fundada, a África estava dividida entre dois grupos ideológicos que tinham uma visão diferente do futuro. De um lado, havia o grupo de Casablanca que reunia os partidários da "independência absoluta". A este pertenciam o rei Mohammed V (Marrocos), Kwame Nkrumah (Gana), Gamal Abdel Nasser (Egito), Modibo Keita (Mali), Sekou Touré (Guiné) e Ahmed Ben Bella (Argélia).

Do outro, estava o grupo de Monróvia que aglutinava os partidários de uma "independência moderada" pelos acordos de cooperação. A este pertenciam Félix Houphouët-Boigny (Costa do Marfim), Léopold Ségar Senghor (Senegal), o imperador Haile Selassie (Etiópia) e Habib Burguiba (Tunísia).

Reunidos em Addis Abeba, os 32 chefes de estado africanos deixaram de lado as suas divergências fundamentais, criando ao cabo de sete horas de discussões ininterruptas a Organização da Unidade Africana (OUA). Foi uma data histórica.

Graças a esse organismo, os chefes de estado do continente africano se reúnem uma vez por ano e os ministros das Relações Exteriores duas vezes. Infelizmente, a OUA é uma organização de cooperação apenas, e não de integração, que se limita a adotar recomendações. A única vez que tomou uma decisão política, ao admitir em seu seio a Repúbli-



A OUA foi criada em 1963 para ajudar a solucionar os problemas do continente

ca Árabe Saaraui Democrática (Rasd), por pouco não provocou o seu desmantelamento.

Para salvar a qualquer preço a sua existência, ela preferiu desde aquela época seguir a política do consenso, a semelhança dos Estados membros da Unesco. Nesse sentido, o seu maior êxito tem sido a luta contra o colonialismo e o *apartheid*, mesmo quando um grande número de países africanos não tenha manifestado muita pressa em aplicar de maneira efetiva o boicote da ONU contra o regime de Pretória.

Refugiados e fome – Na verdade, se as conferências de cúpula possibilitaram nos bastidores encontros secretos entre estadistas africanos, permitindo que fossem solucionados certos conflitos fronteiriços ou evitados antagonismos étnicos, elas não foram capazes de

resolver dois gravíssimos problemas do continente: os refugiados e a fome.

O ministro tunisiano Habib Ben Yahia considera, por sua vez, que a OUA não conseguiu até hoje se opor à violação em grande escala dos direitos humanos. Finalmente, a organização teve de renunciar ao famoso princípio da intangibilidade das fronteiras, herdadas da colonização européia, e à integridade territorial dos seus Estados membros, admitindo por unanimidade, em 1993, a República da Eritreia, antiga província da Etiópia.

Falando na sessão inaugural da última conferência de cúpula, em 28 de junho de 1993, no Cairo, o presidente da Eri-

tréia, Issayas Afewerki, declarou nessa ocasião: "O mais triste é que a OUA se tornou uma organização puramente formal. Ela não alcançou seus objetivos. Aderimos a ela unicamente porque se trata de uma obrigação de família." E mais adiante: "A África é hoje em dia um ator marginal na gestão dos assuntos políticos e econômicos mundiais", declarou, sublinhando a necessidade de reorganizar a OUA em outras bases.

O fato é que a Organização da Unidade Africana deixou de contribuir ativamente para as soluções dos problemas no continente negro, apesar das boas intenções dos seus fundadores. Tudo ou quase tudo se fez ou se desfez sem ela: a guerra na província nigeriana de Biafra (1967-1970); a independência da Namíbia, negociada entre angolanos, cubanos, sul-africanos, russos e norte-americanos (1990); ou a paz,

sem dúvida precária, entre o governo de Luanda e o movimento rebelde da Unita em Angola, de maio de 1991 a setembro de 1992.

Ainda hoje tudo acontece como se a OUA não existisse. Na Somália, foi a ONU que resolveu intervir, sob pressão dos Estados Unidos. Em Angola, Ruanda e Libéria, a Organização da Unidade Africana permanece silenciosa. Mais: quando os dirigentes dos sete países mais industrializados do mundo (G-7) se reuniram em julho de 1993, em Tóquio, quem se lembrou do caso "desesperador" da África? Boutros-Ghali, na sua qualidade de secretário geral das Nações Unidas.

Os desafios dos anos 90 - Com um déficit de 65 milhões de dólares, ou seja, mais do dobro do seu orçamento anual, a OUA está em plena crise financeira. Muitos Estados membros não têm recursos financeiros para pagar as suas contribuições obrigatórias; outros não querem, porque desconfiam de que o atual secretário geral da ONU, de nacionalidade egípcia, queira controlar a organização.

Esta situação levou os presidentes Daniel Arap Moi (Quênia) e Omar el-Béchir (Sudão) a afirmar na conferência do Cairo: "Não há dinheiro suficiente para que a OUA seja realmente independente." Daí a importância da adesão da África do Sul, uma vez eliminados os últimos vestígios do *apartheid*. O país é rico e tem dirigentes capazes. A sua presença oficial no seio da comunidade africana será decisiva.

Instalada desde a sua fundação na capital da Etiópia, onde realizou 13 das suas 29 reuniões de cúpula, a OUA estudadará provavelmente a transferência de sua sede para outra capital africana. Por outro lado, apenas sete países do continente conseguiram ocupar a secretaria geral: Etiópia (1963-1964), Guiné (1964-1972), Camarões (1972-1978), Togo (1978-1983), Nigéria (1983-1985), Níger (1985-1989) e Tanzânia (1989-1994). Finalmente, vários países nunca puderam acolher uma conferência de cúpula da OUA. É o caso da Costa do Marfim, da República dos Camarões, do Congo, do Mali e da Mauritânia, sem falar na África austral.

Para reequilibrar a organização e conseguir uma participação mais ativa

As reuniões de cúpula da OUA possibilitaram encontros secretos entre estadistas africanos, permitindo contornar certos conflitos fronteiriços e antagonismos étnicos. Mas não conseguiram resolver dois gravíssimos problemas: os refugiados de guerra e a fome (acima: Ruanda; abaixo, Somália)



de todos os Estados membros, a reunião de Túnis será levada a tomar decisões de ordem prática no que se refere aos pontos acima mencionados. Mas ela deverá também ter alguns objetivos prioritários: a manutenção da paz, o desenvolvimento da integração econômica, a proteção do meio ambiente e a promoção dos direitos humanos e da democracia.

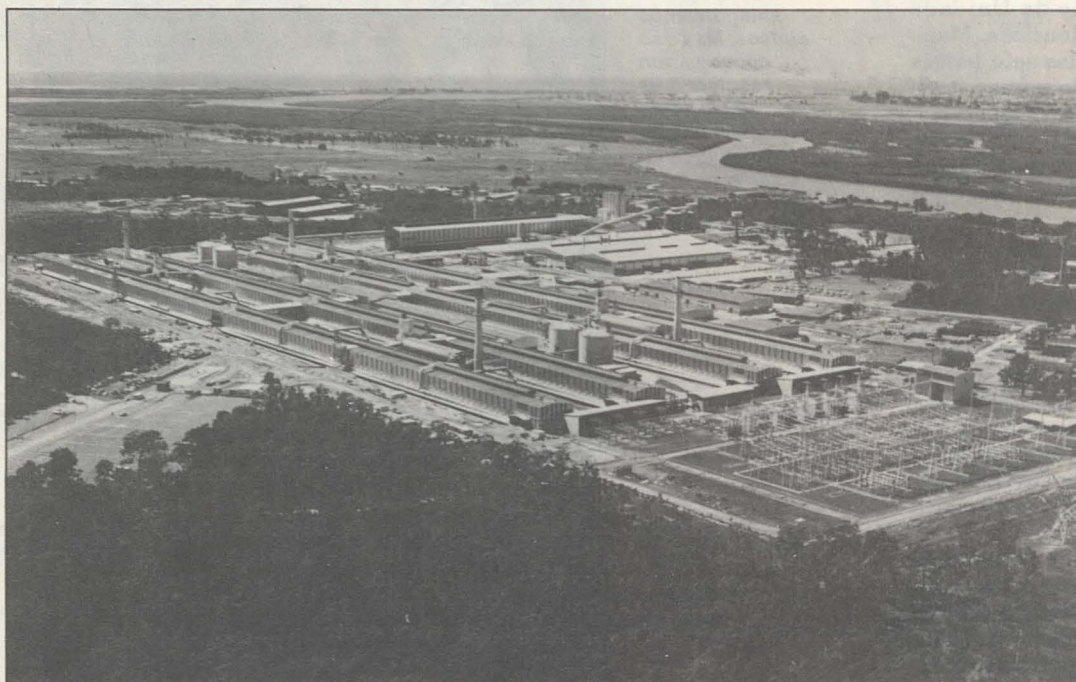
Não serão tarefas fáceis. Mas se ela tiver a vontade de resistir ao poderio crescente dos Estados Unidos e das nações industrializadas do Norte, a África deverá unir as suas forças e tomar iniciativas a nível internacional, especialmente no que se refere ao peso

da dívida externa. Deixando de ser um sindicato de chefes de Estado, a OUA poderá desempenhar um papel benéfico na alvorada do século XXI se ela refletir as verdadeiras aspirações dos povos africanos.

¹ O Saara Ocidental foi colônia da Espanha até 1975. Neste ano, num acordo assinado seis dias antes da morte do general Franco, o governo de Madrid cedeu o território ao Marrocos e à Mauritânia. Quando as tropas espanholas se retiraram, a Frente Popular de Libertação de Saguia al-Hamra e Rio do Ouro (Polisário) proclamou, em 27 de fevereiro de 1976, a República Árabe Saaraui Democrática (Rasd), que foi imediatamente reconhecida por muitos países. Hoje, o futuro do território - ainda ocupado pelo Marrocos - está pendente de um plebiscito, auspiciado pela ONU, que o governo de Rabat trata de adiar indefinidamente.

Rumo ao Leste asiático

O primeiro-ministro australiano explica quais são as atuais orientações estratégicas do comércio exterior e detalha a nova inserção geopolítica do país



A indústria australiana tem aumentado sua competitividade e suas vendas aos países do Leste asiático

Paul J. Keating*

A Austrália é atualmente uma nação com pluralidade de culturas, muito diferente do que era há 50 ou 100 anos. Os australianos deram um grande salto em direção à região asiática do Pacífico e abriram seu próprio país ao mundo.

Depois de décadas de reformas, a economia australiana cresceu 30% em comparação com os níveis de 100 anos atrás. O país tem agora mais 2 milhões de habitantes e um 1,5 milhão de novos empregos. A renda *per capita* real aumentou um sexto e a receita disponível subiu cerca de um terço, enquanto que a inflação é a mais baixa nos últimos 30 anos.

A mudança mais notável da última década ocorreu na área comercial: no total comercializado, no tipo de produtos que são exportados e nos principais

destinos da exportação. No início dos anos 80, a Austrália enfrentava um triste futuro como exportador de produtos cujos preços estavam em queda. A proporção das exportações em relação ao Produto Nacional Bruto (PNB) era, na época, de um para oito.

Atualmente, o país conquista um lugar no mercado mundial e cerca de um quarto do que produz é destinado à exportação. Os produtos australianos, cada vez mais, estão sendo vendidos no Leste da Ásia, onde estão as economias mais dinâmicas do mundo. Isso permite à Austrália crescer mais rápido que os demais países desenvolvidos, sem inflação, sem dívida e criando um número considerável de empregos de alta produtividade.

O papel do Gatt – De qualquer forma, em matéria de comércio, a melhoria das regras multilaterais através do Acor-

do Geral sobre Comércio e Tarifas (Gatt) continua sendo uma prioridade. A colocação em prática das decisões tomadas ao fim da Rodada Uruguai poderá trazer mais benefícios para o comércio australiano do que qualquer medida que dependa apenas da iniciativa unilateral do nosso país.

Mas, até lá, a Austrália também está procurando caminhos para melhorar os resultados econômicos em sua própria região. A prosperidade do país, seu bem-estar nacional e a capacidade para manter e construir uma boa sociedade dependem de sua coragem para agir de forma audaciosa a fim de integrar sua economia ao Leste asiático.

Há dez anos, menos da metade dos produtos exportados ia para os mercados do Leste asiático. Atualmente, mais de 50% de nossas exportações se dirigem para aquela região. Nos últimos anos, por exemplo, nossas vendas para a Indonésia aumentaram em 45%; para a Tailândia, 40%; Coreia, 37%; Filipinas, 34%; e para o Japão, 30%.

Na última década, nosso país realizou mudanças em sua estrutura econômica, aumentando os investimentos em ciência e tecnologia, incrementando sua competitividade em matéria de custos e desenvolvendo contatos com as economias dos chamados "Tigres Asiáticos".

Cabe lembrar que as economias do Leste da Ásia, mais do que a maioria das demais economias, dependem de um sistema comercial mundial aberto. Elas fazem negócio com as Américas e

Europa, Oriente Médio e África, assim como com outros países da região, mas seu mais importante sócio comercial são, de longe, os Estados Unidos.

O futuro está no Pacífico – Durante sua campanha eleitoral, o presidente Bill Clinton afirmou que os Estados Unidos precisavam ter êxito como exportadores para recuperar sua própria economia. Acrescentou que a política externa está cada vez mais ligada à política econômica.

Pessoalmente, acho que os Estados Unidos terminarão percebendo que um dos caminhos para conseguir esse objetivo – talvez o único caminho – seja um programa de integração econômica com os países da costa do Pacífico.

Estou certo de que o governo Clin-

ton tenta seguir uma estratégia de abertura de mercados com seus sócios comerciais asiáticos, mas, a menos que o faça de uma forma correta, corre o risco de provocar ressentimentos e resistências.

As negociações comerciais bilaterais são importantes, mas se os benefícios dos acordos a esse nível forem desfrutados apenas pelos Estados Unidos, como ocorreu com as negociações feitas em 1991 sobre a questão da reposição de peças para carros, então todo o sistema comercial mundial baseado na igualdade de acesso de todos os países poderia ser colocado em perigo.

A esse respeito, a Organização para Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), que reúne 15 economias dessa região, pode desempenhar um papel importante. A Apec foi criada em



Paul Keating:
"Nossa meta é criar um novo mercado integrado com dois bilhões de pessoas"

1989 para promover a liberalização do comércio regional sem prejudicar outros países. Inclui as principais nações comerciais da área, da Nova Zelândia ao Japão, da Tailândia aos Estados Unidos.

Nossa meta para a Apec seria criar um mercado integrado, que incluísse a Austrália e a Nova Zelândia, os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), China, Formosa, Coreia, Japão e Estados Unidos, representando um mercado de 2 bilhões de pessoas, responsáveis por metade da produção mundial. Essa organização definiria regras harmonizadas para o comércio, os investimentos etc., assim como teria uma instância, criada de comum acordo, onde se resolveriam as disputas entre os seus membros.

Além da redução das taxas alfandegárias, devemos ser capazes de progredir rumo à harmonização ou o mútuo reconhecimento das especificidades comerciais e das normas em setores como alimentos ou eletrônica.

Mais adiante será importante pensar em um acordo regional de livre comércio, aberto a todos os membros da Apec, que cubra uma alta proporção de nosso comércio e que nos leve a todos a fazer uma substancial liberalização, além da que ficou decidida na Rodada Uruguai do Gatt.

* Paul J. Keating é o primeiro-ministro da Austrália

Sidney, capital olímpica

Em apertada votação, por 45 votos a 43, a capital australiana foi escolhida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para ser a sede dos Jogos do ano 2000.

A decisão, adotada em uma reunião do COI em Montecarlo em fins de setembro passado, foi recebida com euforia na Austrália, onde mais de 100 mil pessoas em todo o país já estavam inscritas para participar como voluntários nos preparativos para o ano 2000.

Os Jogos Olímpicos representam uma extraordinária ocasião

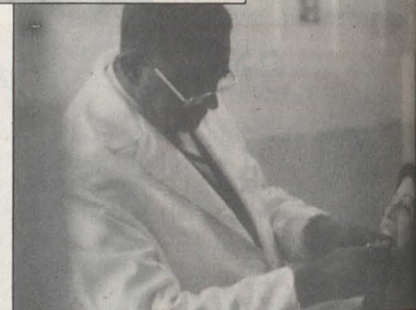
para que a Austrália estimule o turismo e dê um impulso à sua economia. Sidney destinou 25 milhões de dólares só para promover a cidade como sede das Olimpíadas.

Entre os demais candidatos a sediar a competição, Beijing, a capital chinesa, foi a mais votada. A China tinha investido dez milhões de dólares para promover sua candidatura e, segundo enquetes realizadas entre atletas de todo o mundo, contava com o apoio de 21% dos deportistas, enquanto 60% preferiam a capital australiana.



Cuba

OS CUBANOS NA ÁFRICA



Com a queda do socialismo real, a experiência revolucionária cubana ficou sob dois fogos: por um lado, asfixiada economicamente, e por outro, questionada em termos ideológicos. Não bastassem as dificuldades decorrentes do bloqueio norte-americano, a brusca quebra das regras do jogo nas relações com os antigos países socialistas mergulhou a economia cubana em águas turbulentas. E, fazendo jus ao ditado popular de que as desgraças nunca vêm sozinhas, a rápida adesão de muitos daqueles países aos ditames do neoliberalismo deu aos inimigos de Cuba um argumento de peso: insistindo em seu projeto socialista, o regime liderado por Fidel Castro estaria na contramão da história. Como essas mesmas forças controlam em boa medida os grandes meios de comunicação de massas, essa é a versão que circula pelo mundo.

Assim, poucos são os que se detêm para refletir sobre o que realmente está acontecendo em Cuba ou para tratar de avaliar as causas mais profundas do inegável momento crítico que a ilha atravessa. Poucos são, enfim, os que percebem que Cuba não se aferra a idéias arcaicas ou palavras de ordem ultrapassadas, mas a conquistas de grande valor que obteve com o esforço co-

letivo de seu povo ao longo de mais de três décadas de sacrifícios. Conquistas essas que são mais profundas do que podem refletir os invejáveis indicadores sociais que apresenta, porque dizem respeito a um outro patamar da consciência humana, quando deixa de agir e pensar em seu próprio benefício para preocupar-se com todo o corpo social.

Um dos mais comoventes exemplos dessa consciência coletiva gerada pela revolução foi a cooperação que Cuba forneceu a países da África, da América Latina, da Ásia e do Oriente Médio, em campos tão diversos como a educação, a saúde pública, a formação de quadros técnicos em geral. Na edição nº 28, de março de 1979, dos *cuadernos del tercer mundo*, publicamos uma reportagem de mais de 60 páginas – que depois virou livro – sobre a cooperação civil cubana na África. Ela foi fruto do trabalho de vários meses de Neiva Moreira e Beatriz Bissio em mais de oito países do continente, do qual nesta edição republicamos uma breve versão, na expectativa de contribuir a que, sobretudo os jovens que pouca ou nenhuma informação têm sobre a Revolução Cubana, possam entendê-la em toda a sua real dimensão.

Da Revolução Argelina à independência na África Austral

Já em 1962 chegavam os primeiros médicos cubanos à Argélia. Essa cooperação nunca se interrompeu e hoje há mais de dez mil civis na África e Oriente Médio, prestando uma colaboração sem paralelos na ajuda internacional

“Agora vamos à clínica dermatológica onde trabalhamos”.

Para nós, a idéia de dermatologia estava ligada às doenças secundárias de pele. Trabalhava-se, no entanto, de um leprosário na periferia de Dar-es-Salaam, capital da Tanzânia.

O dermatologista cubano Valentín Villar estava ali, entre os doentes, prestando-lhes uma assistência exemplar. A seu lado, um médico e enfermeira tanzanianos, aos quais ele transmitia sua experiência.

É possível que nenhum dos doentes soubesse que ele era um médico cubano e, os poucos que o sabiam, possivelmente se perguntavam por que ele estaria ali.

“Desde jovem a gente aprende em Cuba que o internacionalismo é um dever de todo revolucionário. Nossa história está cheia de gestos de solidariedade internacionalista, combatentes de outros países que deram seu sangue lutando ao nosso lado. Por que, então, não agir assim também?”, responde à pergunta que estava no ar.

Há duas décadas se falou muito de um homem extraordinário que ergueu hospitais na África, especialmente no Gabão, e que levou para aqueles países as mais modernas técnicas para o tratamento da lepra. Chamava-se Albert Schweitzer e os centros científicos, as academias e os meios de comunicação lhe deram o justo título de Benfeitor da Humanidade, ao mesmo tempo que recebia o Prêmio Nobel da Paz de 1952.

Neste continente, onde o colonialismo deixou mais de três milhões de jovens com menos de 20 anos doentes de lepra, um médico tranqüilo e modesto como o dr. Villar é um continuador da obra do dr. Schweitzer. Com uma diferença: a tarefa daquela franco-alemão era exaltada, com justiça, na imprensa internacional, enquanto o trabalho anônimo, sacrificado e sem descanso de um médico como o que encontramos em um leprosário de Dar-es-Salaam é um exemplo, para essa mesma imprensa, da presença de “mercenários cubanos na África”.



Na Etiópia, uma paciente espera a chegada do médico cubano

Ajuda supera a da ONU

A história desse especialista é um dado cotidiano da presença cubana na África e nos países árabes. É um dos dez mil cooperantes civis que atuam em quase todas as regiões africanas e em muitos países do Mundo Árabe. Seu número global está definido por um acordo entre governos e não é, portanto, um dado confidencial. Seguramente, oscila entre dez e onze mil, um número que causa preocupação e perplexidade aos diplomatas ocidentais na África.

Suas apreensões são justificadas. Cuba é um país pequeno, de pouco mais de 114 mil km², com recursos econômicos limitados, distante entre 20 e 30 mil quilômetros das regiões onde seus cooperantes atuam.

E se a tudo isso, somamos o fato de que, além da presença de cooperantes na África e Oriente Médio, vários milhares de jovens daqueles países estão estudando em Cuba, em escolas especialmente criadas na Ilha da Juventude, teremos uma idéia mais aproximada do esforço que esta cooperação implica e do porquê das preocupações das potências ocidentais.

“Um especialista das Nações Unidas – nos lembrava um funcionário daquela organização – custa por ano mais ou menos 58 mil dólares, em média, considerando-se salários, transporte, moradias etc. Se tomamos como base 10 mil cooperantes cubanos (e na realidade são mais) somariam cerca de 600 milhões de dólares ao ano, o que equivale à ajuda financeira total canalizada ao Terceiro Mundo através da ONU.”

Porém, esse é um dado que não reflete em sua totalidade a real cooperação cubana, embora seja muito expressivo. Além dos salários dos cooperantes, deveria se levar em conta que, em muitos projetos, os cubanos enviam os materiais e a maquinaria necessários para as obras e, em casos especiais, até os alimentos para seus trabalhadores.

As brigadas médicas

Cerca de 1.200 profissionais em mais de dez países trabalham nos programas de assistência médica. Médicos e enfermeiras nos relatam suas inesquecíveis experiências

Cuba tinha cerca de seis mil médicos antes do triunfo da Revolução. Entre 1959 e 1962, quase 50% deles emigraram para os Estados Unidos. Apesar disso, hoje o país ostenta, entre outros êxitos, a menor taxa de mortalidade infantil no continente; a relação (única também na América Latina) de um médico para cada 750 habitantes; prestação de todos os serviços de saúde gratuitamente; erradicação da malária, difteria e poliomielite etc.

Como se isso fosse pouco, coopera com as nações africanas e árabes com a significativa cifra de 1.200 médicos e pessoal paramédico, incluindo especialistas em saúde pública. Um terço desses cooperantes trabalha em Angola e Etiópia, e seu esforço é o mais reconhecido a nível popular, junto com o dos educadores.

Angola: o contato com a exploração colonial

Os médicos talvez sejam os cooperantes que conseguem um contato mais estreito com a população. Em Angola, alguns já falam em *kimbundo* e *umbundo* e um médico na província de Uíge já dá suas consultas em *kikongo*.

A cooperação com Angola está centrada em três áreas: fornecendo médicos, enfermeiras e técnicos de laboratório. Também há professores de medicina.

Doutora, qual é o seu nome e quanto tempo está em Angola?

— Tereza Torres. Estou aqui há oito meses. Sou especialista em anatomia patológica. Além de trabalhar como médica, dou aulas na Universidade.

Do ponto de vista pessoal, o que a sra. destacaria da experiência desses meses em Angola?

— Poder comprovar objetivamente o que significa a

exploração do homem pelo homem, conhecer a herança colonial. É uma experiência que não se encontra em nenhum livro. É muito chocante encontrar doenças já erradicadas em outra parte do mundo — como a lepra e diversas outras enfermidades infecciosas — que não foram controladas durante o período colonial por falta de uma medicina preventiva.

Qual é a reação dos pacientes que nunca antes haviam sido atendidos por um médico?

— Imagine... Os pretos, como eram chamados pejorativamente os angolanos, por não ter dinheiro, não despertavam o menor interesse dos médicos... Agora todos têm o direito de ir aos postos, ser bem atendidos e até internados, se for o caso, independente da cor da pele ou da sua condição financeira...

Seu nome, doutor?

— Jorge Martínez.

Qual foi o mecanismo pelo qual seu nome foi selecionado para vir a Angola?

— Era preciso substituir um companheiro da minha especialidade que já estava aqui há um ano. Primeiro, se estuda a disposição da pessoa de participar de uma missão internacionalista e, a partir daí, se procede à seleção.

Ou seja, é uma decisão voluntária...

— Sem dúvida.

Você sabia de antemão para que país iria?

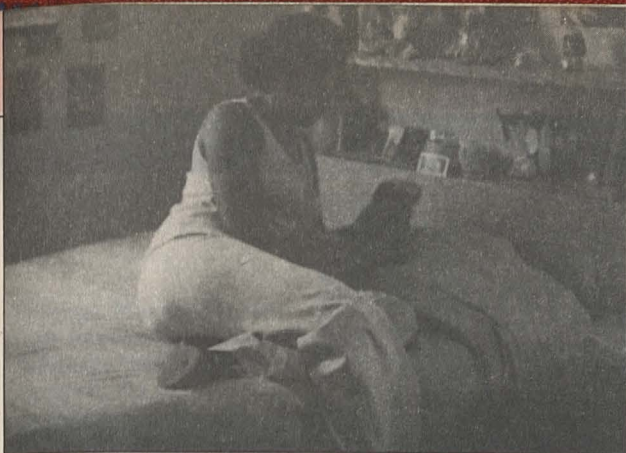
— Não. Primeiro nos dizem genericamente que vamos para algum país da África. Posteriormente, nos informam exatamente o lugar para onde iremos.

Moçambique: "Essa experiência nos rejuvenesceu"

Em Moçambique, a cooperação médica começou em abril de 1977. Primeiro chegaram nove especialistas e, quatro meses depois, outros vinte. Com a nacionalização da medicina, em agosto do mesmo ano, poucos dias depois da independência, o país sofreu o mesmo processo que se viu em Cuba entre 1959 e 1962: um êxodo maciço de médicos.

O dr. Francisco Javier Murias, psiquiatra, é o chefe da brigada médica cubana. "De certa forma, o trabalho aqui nos fez reviver uma etapa da Revolução Cubana e voltar a sentir o entusiasmo do povo com o triunfo. Mas, também tivemos que reviver uma etapa de luta, de es-





Em seu quarto na Etiópia, Esperanza relembra Gambela

casas de materiais, como também de bloqueio e campanhas do inimigo. Isso tudo nos fez sentir jovens novamente..."

Qual é a situação no campo da psiquiatria aqui?

— Até a independência, os hospitais psiquiátricos de Maputo funcionavam como empresas privadas e o doente mental era apenas uma fonte para tirar dinheiro da família. O novo governo teve que romper toda essa estrutura e modificar absolutamente todos os critérios, do ponto de vista terapêutico e administrativo.

Hoje, há um grande esforço para que a população aceite a reabilitação do doente mental, inclusive com o menor tempo de internação possível, evitando assim que os hospitais se transformem em depósitos de seres humanos.

Tanzânia: "O fundamental é saber porque estamos aqui"

Em 1970, já havia médicos cubanos na ilha de Zanzibar. Porém, foi só em 1975, quando se firmaram os convênios para a cooperação nos diferentes campos, que se estabeleceu a presença de uma equipe de 52 médicos, enfermeiras e pessoal paramédico.

"Entre nós, há vários professores com pós-graduação da Universidade de Havana, diretores e subdiretores de hospitais de Cuba. Temos, em média, dez anos de formados", nos explica o dr. Roberto Menchaca, cirurgião de 43 anos, cumprindo ali sua quinta missão internacionalista.

A afirmação rebate as versões espalhadas pelos serviços de inteligência da África do Sul e Rodésia, de que Cuba "está mandando estudantes ou recém-formados que mal sabem aplicar uma injeção".

Como é o cotidiano de vocês, o que fazem nas horas livres?

— Durante a semana, quase não há horas livres. Nos domingos, vamos à praia, descansamos, praticamos algum esporte nos terrenos do hospital. Mas a verdade é que os domingos são dias difíceis. Nos ataca o *gorrión* (a saudade)... O difícil é o que fazer depois de ir à praia e descansar... Mas o fundamental é saber por que estamos aqui. Não seria fácil aceitar essa missão se não tivéssemos claro porque estamos aqui.

Dra. Irene Ramil, como o paciente tanzaniano aceita ser tratado por uma profissional mulher?

— Não sentimos nenhuma discriminação. Eles aceitam bem as médicas, embora é verdade que dependa um pouco da especialidade. Houve uma companheira cirurgiã que, sim, notou uma diferença no tratamento por ser mulher.

REPORTAGENS

Quais são as principais doenças nesse país?

— Sarampo, desnutrição em grau extremo, tétano em recém-nascidos, doenças infecciosas. A vacinação ainda é deficiente. As crianças às vezes chegam em péssimas condições e falecem na porta do hospital.

Etiópia: o choque cultural da descoberta da circuncisão feminina

Na Etiópia, a brigada cubana deu em um ano centenas de milhares de consultas, em todas as regiões do país. São 300 profissionais, com diferentes especialidades: neurologia, oftalmologia, cirurgia, ortopedia etc, etc.

"As autoridades etíopes ficaram assombradas quando os médicos cubanos se apresentaram ao Ministério da Saúde. Nos perguntaram quanto queríamos ganhar e não entenderam quando respondemos que isso era um assunto para tratar com nosso governo, e não conosco individualmente", lembra o dr. Jimmy Davis, chefe da brigada médica cubana na Etiópia.

Perguntamos à pediatra Leicy Ortega, que tinha trabalhado 14 meses no Black Lion, o maior hospital da capital, como havia sido sua adaptação.

"Houve um aspecto que nos custou bastante: trabalhar em um sistema onde a medicina não é ainda gratuita. Não estamos acostumados a que um pai tenha que pagar a consulta de seu filho. Mas temos trabalhado no sentido de romper com a tradição de que o tratamento depende de quanto se paga."

Para ela, outro grande choque foi "lidar com o sentimento de certa insensibilidade geral. Era considerado 'natural' que uma criança morresse, de fome ou doença. Mas, quando nos viam lutar com tanta garra, sem trégua, para salvar cada vida, mudaram, ou começaram a mudar sua mentalidade. Tratava-se de questionar comportamentos que eram tidos como 'normais' aqui na época feudal", diz a dra. Leicy.

Experiências inesquecíveis também guardará para o resto da vida a enfermeira Esperanza Adel Machín, que trabalhava na aldeia de Gambela, no sudoeste da Etiópia, fronteira com o Sudão.

"Sou enfermeira obstetra e aqui vi coisas que nunca havia encontrado antes. Por exemplo, na região de Gambela, se pratica ainda a circuncisão de mulheres. Para meu trabalho específico no parto, isso dificulta muito as coisas. A vulva deve ter certa abertura, mas devido aos métodos de circuncisão que eles ainda utilizam, a cavidade vaginal se estreita e é quase impossível trabalhar dessa forma. Hoje, precisamente, morreu uma menina de 12 anos, porque fizeram a circuncisão em casa e começou a sangrar, sangrar, e não houve forma de salvar sua vida..."

Apesar das dificuldades, Esperanza confessa que terá saudades desse período. "Minha filha se chamará Gambela. E ela estará orgulhosa do seu nome. Em Gambela, muitas crianças têm o meu nome... Tenho aqui muitos bons amigos e com eles aprendi uma infinidade de coisas...", diz, emocionada.

Os educadores

Das remotas províncias angolanas até a distante Addis Abeba, os professores cubanos participam ativamente dos programas de educação de diferentes países, ao mesmo tempo que seu governo recebe milhares de jovens bolsistas da África e Oriente Médio

Na educação, a cooperação cubano-africana é estreita e tem duas vertentes. Por um lado, Cuba ofereceu milhares de bolsas de estudo para os jovens africanos.

Assim, no coração do Congo, pudemos conversar longamente em espanhol com Anatole Goma Kick, um médico veterinário, chefe do serviço de zootecnia e medicina veterinária do Ministério da Agricultura, formado em Cuba. No Iêmen, nosso tradutor foi um funcionário de Relações Internacionais, Saleh Subaidi, também formado no país caribenho; o intérprete do professor cubano de boxe em Aden é um agrônomo, formado pela Faculdade de Havana, que nas horas livres trabalha como tradutor. Situações como essas se repetiram na Argélia, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Etiópia e Tanzânia.

O número de estudantes africanos em Cuba aumentou notavelmente desde que reformaram escolas na Ilha da Juventude (antiga Isla de Pinos) especificamente para receber esses jovens e adolescentes. A princípio, as bolsas eram concedidas apenas para o nível secundário ou universitário, mas com a independência das ex-colônias portuguesas, a necessidade urgente de criar quadros profissionais e médios levou o governo cubano a ampliar até as crianças as possibilidades de estudo na ilha.

A outra vertente da cooperação educativa é a dos professores que vão dar aulas na África e Oriente Médio. Eles estão espalhados por países tão diferentes como Etiópia e Guiné-Bissau, Angola e Iêmen Democrático.

Em Moçambique, por exemplo, há 15 especialistas cubanos nas faculdades de Medicina, Veterinária e Agronomia, ensinando 13 matérias. Outros estão dan-



Luanda: os jovens educadores se preparam para o trabalho

do aulas na Escola Agropecuária e na Escola Industrial. Também estão presentes na assessoria do Ministério da Educação para os cursos de Primeiro Grau, de alfabetização de adultos e de línguas estrangeiras.

A responsabilidade de ser um exemplo

O professor Díaz Osorio dirigiu em Cuba a preparação do contingente de professores que foi trabalhar em Angola. Outros 15 docentes chegaram ao país africano com essa mesma função, ou seja, de "professores-guias".

Cada professor-guia colabora com os educadores do grupo na preparação das aulas, fornecendo-lhes assistência técnico-pedagógica. Participam das aulas como observadores e depois fazem sugestões para aperfeiçoar o trabalho dos jovens educadores.

Perguntamos ao professor Osorio, como é a questão da remuneração dos membros da equipe:

"Os colaboradores cubanos em geral, e em particular os professores, não recebem remuneração pelo trabalho que fazem aqui. Recebemos mensalmente uma ajuda de custo para pequenos gastos. Não temos nenhum privilégio em relação à população angolana."

Lourdes Gutiérrez trabalha na escola de segundo grau "Angola Kanini". Foi eleita, pelos companheiros, a melhor educadora da província de Luanda.

Professora de matemática, ela nos conta a reação dos seus alunos durante as aulas. "Minha matéria é a que, tradicionalmente, desperta mais medo. Assusta o estudante, que sempre pensa que não vai passar. Então, a gente tem que se esforçar para explicá-la de forma clara", diz Lourdes.

O nível de faltas é muito alto?

— Há dificuldades, sobretudo com os alunos que vi-

AS GRANDES REPORTAGENS

vem longe. Mas todos nós ficamos impressionados com o interesse dos estudantes angolanos. Eu tenho, inclusive, um aluno deficiente físico e sua preocupação com o estudo é admirável.

O que mais marcou você nessa experiência?

— Constatar que esses estudantes vêm em nós um reflexo do que é uma geração de jovens de um país socialista, o que aumenta nossa responsabilidade.

Angola: as dificuldades com a língua

Alicia González tem 17 anos. Ela dá aulas na escola "Angola Zinga". Tem 42 alunos no curso noturno, de 18h30min às 22h. Para ela, uma das primeiras dificuldades a enfrentar foi o idioma:

"No princípio, era complicado. Falar é fácil, os alunos entendem. Mas os problemas começam na hora de escrever no quadro, mesmo tendo preparado as aulas em português. De vez em quando, um deles dizia: 'Professora, essa palavra não se escreve assim...' E algum, mais desinibido, se levantava e nos corrigia..." lembra, sorrindo.

Angel Arzuaga, de 21 anos, é o secretário do Comitê de Direção da organização da juventude (União de Jovens Comunistas cubanos) em Luanda. É responsável pela organização de atividades de caráter político, cultural e recreativo dos educadores cubanos.

Como para todos os outros jovens, participar de uma experiência com essas características é algo muito marcante, na sua opinião: "Aqui, encontramos uma situação muito diferente da do nosso país. Descobrimos, na prática, todas as seqüelas deixadas por 500 anos de colonialismo. Sabíamos que Cuba havia passado por algo semelhante, mas não vivemos isso, porque já nascemos com a Revolução. Aqui, nos deparamos com o pior que pode deixar todo sistema de exploração: a falta de educação", resume Arzuaga.

Uma faculdade levada para o Iêmen

Possivelmente, este seja um dos aspectos mais impactantes da cooperação cubana: toda a equipe docente de uma Faculdade de Medicina foi transportada de Havana para o Iêmen Democrático.

No Iêmen, havia apenas um centro para formação de enfermeiros e técnicos de saúde. Para fazer o curso de medicina, os estudantes iemenitas tinham necessariamente que estudar no exterior.

Por outro lado, antes que se instalasse a Faculdade de Medicina do Iêmen, uma média de 300 pacientes eram operados fora do país, a cada ano. Atualmente, cada caso é estudado para ver se requer ou não a viagem.

Além de ensinar e realizar operações, todos os professores cubanos se dedicam a outras tarefas, como a or-



Grande parte dos professores cubanos são mulheres

ganização da saúde pública. No momento, estão estudando a possibilidade de preparar uma campanha nacional de vacinação.

O urologista Nelson Bustamante é o chefe da equipe de docentes no Iêmen. Há oito meses no país, ele re-

lembra os principais problemas que enfrentaram ao chegar:

"Para começar, foi necessário transformar um hospital comum em hospital escola. Tivemos que elevar o nível de qualificação nos diferentes serviços, se criou um departamento de patologia, se instituíram a certidão de nascimento e a de óbito. Enfim, foi preciso criar uma série de elementos básicos para o curso de medicina."

Em que idioma vocês se comunicam?

— Em inglês. Todos os cursos são dados em inglês. Imaginem que para nós é um grande esforço, mas... em árabe seria ainda pior.

Agora que o curso está iniciado, vamos ficar dez meses mais para programar, desenvolver e concluir o ano escolar desse quarto período. Ou seja, vamos permanecer 18 meses ininterruptos no Iêmen.

Qual é a média de experiência docente do grupo?

— Dez anos.

Etiópia: aprendendo o amárico

Eles vieram à Etiópia estudar amárico. São 15 rapazes e 15 moças, formados em inglês no Instituto de Idiomas Máximo Gorki, de Havana, e na Escola de Tradutores Pablo Lafargue. Os 30 jovens cubanos vão passar dois anos em Addis Abeba, a capital etíope, estudando o amárico.

Rosário Ruiz, de 19 anos, é a responsável pelo grupo. Ela conta que, para começar, eles tiveram que aprender noções básicas de história, geografia e outros dados sobre o país.

Como é a relação com os etíopes?

— Quando não entendemos alguma palavra, eles sempre nos ajudam. E isso é grande vantagem.

Vocês têm encontrado pontos em comum com a juventude etíope?

— Eles sentem um grande respeito e carinho pelos cubanos. Às vezes os encontramos muito preocupados com os problemas do seu país. Em compensação, eles nos fazem ver a todo o momento que nós estamos sempre alegres. Então explicamos que o fato de termos sido selecionados para vir para aqui é uma grande honra.

Os construtores

Técnicos e operários se unem a seus colegas africanos para reconstruir o que a guerra destruiu ou o que o colonialismo negou a seus povos

Há um ensaio sobre o colonialismo no continente negro intitulado "Como a Europa tornou a África subdesenvolvida". Se existe alguma área em que isso é evidente é na infra-estrutura.

Na África a construção civil tem, portanto, um enorme desafio pela frente. Na Guiné-Conácri, por exemplo, está em execução uma obra importante: uma estrada de mais de 100 quilômetros que une a capital à região Norte do país. Os guineanos a batizaram de "Fidel Castro", porque o projeto só foi possível graças à cooperação cubana.

Concebida como um projeto integral, ao longo da estrada são construídas de ambos os lados obras sociais, como escolas e postos médicos, que ficarão para as comunidades. Também nesse projeto, a cooperação cubana é completamente gratuita.

Escolas no interior da Tanzânia

Na Tanzânia, a cooperação cubana na construção civil é significativa. Em 1975, se fez um acordo com o governo de Havana para erguer-se três escolas secundárias, totalmente construídas por 250 técnicos cubanos.

Além disso, 400 jovens tanzanianos que estão cumprindo o serviço militar (o *National Service*) também estão trabalhando junto às equipes cubanas a fim de se especializar nos diferentes ofícios da construção civil.

Em Kivit, ao Sul do país, está sendo levantada outra escola secundária, cujas obras são dirigidas por oito técnicos cubanos. Está projetado que o novo acordo de cooperação entre os dois governos inclua também a construção de hotéis e a ampliação de hospitais.

Angola: o trabalho de 2.200 operários

Luanda é uma cidade construída sobre uma baía, cercada por colinas e com uma bonita arquitetura. Mas os angolanos negros estavam limitados à periferia miserável dos *musseques* (favelas). Com a independência, um dos aspectos que mais preocupou o governo do MPLA foi oferecer, no menor prazo possível, uma moradia digna para todos os habitantes do país.

Vários projetos já estão em andamento, muitos dos quais com a colaboração cubana. No momento, mais de



Luanda: novas construções feitas com cooperação cubana

2.200 operários daquele país, de diferentes especialidades da construção civil, estão trabalhando como voluntários em Luanda.

"Temos que cuidá-los, porque mesmo doentes querem vir trabalhar", nos comenta o jovem arquiteto de 31 anos, apelidado *Cordobês*, que dirige as obras do projeto.

Nos domingos, há trabalho voluntário nas obras. Os operários cubanos nos comentavam que alguns deles ainda não conheciam as praias de Luanda, porque tinham preferido passar os fins de semana trabalhando. Outros, estavam mais interessados em usar seu escasso tempo livre mantendo contato com o povo angolano e aprendendo mais sobre seu processo revolucionário.

"Até 1977, éramos apenas uma brigada", conta o engenheiro Armando Estebanez, que está em Angola desde a independência, em 1975. "A demanda obrigou, em 1978, a criar uma empresa cubana de construção, já que passamos a colaborar também na construção de moradias. Em fins de 1978, éramos 400; hoje, somos mais de 2.200. O governo angolano tem dado prioridade à reconstrução das pontes destruídas. Em 1977, foram reconstruídas 23 pontes, apesar de que só havíamos programado restaurar 17. No ano seguinte, foram levantadas 18 pontes", relembra.

Perguntamos ao *Cordobês* se ele está consciente do pouco que se conhece na América Latina sobre o trabalho que estão desenvolvendo. "Sabemos que a propaganda das grandes potências nos apresenta como 'exportadores da revolução' e até como 'neocolonizadores'. Mas nós viemos aqui para colaborar. E a única contribuição que podemos dar é o nosso trabalho e nosso exemplo. Somos solidários com os demais povos e, embora muitos de nós conhecessem pouco sobre Angola até chegar aqui, acima de tudo estão os ideais", afirma o arquiteto.

Os projetos agropecuários

A cooperação cubana se estende de projetos agrícolas na Tanzânia, passando por programas de melhoramento do gado no Congo, até a construção de granjas no deserto próximo a Áden

Na África, a maior parte da população vive e trabalha no campo. No entanto, a agricultura é primitiva e, em muitas regiões, serve só para o auto-abastecimento. Por ser um dos pilares da economia, os países empenhados em alcançar a independência econômica estão levando adiante ambiciosos programas no campo agrícola, muitos dos quais com a colaboração cubana.

Entre os países que recebem essa ajuda estão Etiópia, Guiné-Bissau, Madagascar, Congo, Angola, Serra Leoa, Iraque, Guiné, Moçambique e Cabo Verde.

Na Etiópia, um primeiro grupo de 40 técnicos cubanos chegou no final do ano passado para elaborar os programas agrícolas. Um dos projetos aprovados é o melhoramento da semente de milho e cevada, que pode ser decisivo para elevar a qualidade de ambos os produtos.

Em Moçambique, os cubanos têm dado uma importante contribuição para reativar a produção de açúcar, não só para consumo interno como também para exportação. Lá, as obras de irrigação e de defesa dos cultivos melhoraram consideravelmente a produtividade.

Os bezerros congo-cubanos

A pecuária é uma preocupação de diferentes governos africanos, comprometidos em garantir a alimentação da população. Os cubanos estão colaborando em projetos dessa natureza em países como a Tanzânia, Moçambique, Etiópia e Iraque.

Desde a nossa chegada ao aeroporto de Brazaville, no Congo, uma notícia concentrava a atenção dos técnicos cubanos e dos funcionários congolezes: os primeiros cinco bezerros congo-cubanos, nascidos poucos dias antes, não só estavam vivos como cresciam normalmente.

A alegria se justificava: o Congo tem um grande déficit de carne e leite, importados do Chade, Camarões e Império Centro-Africano, o que pesa consideravelmente na sua balança comercial. Por isso, o nascimento dos bezerros, apelidados de F-1, foi tão comemorado. Seu parto havia sido acompanhado com uma dedicação exemplar pelo veterinário Makietu Boniface, congolês formado em Cuba, e pelo médico cubano Manuel Agullo.

"Enquanto os norte-americanos nos mandam seus F-5, Cuba nos ajuda com os F-1", nos dizia um jornalista congolês, referindo-se aos aviões de ataque F-5.

Os pintinhos do deserto

A poucos quilômetros de Áden, capital do Iêmen Democrático, começa o deserto que se estende até a Arábia Saudita. Hoje, em algumas regiões, a paisagem está mudando. Depois de meia hora de viagem, aparecem no

horizonte árvores, plantadas recentemente. Esse bosque, nos explica nosso guia, foi plantado para proteger das areias do deserto os pintinhos de uma das oito granjas erguidas em cooperação com os cubanos.

Como é notório, a avicultura tem sido um dos recursos mais eficazes e rápidos para melhorar a dieta popular nos países subdesenvolvidos. Atualmente, há no Iêmen dez assessores cubanos, incluindo especialistas em genética, nutrição, professores de mecânica industrial, veterinários etc.

O plano que está em execução só previa a produção de ovos, mas depois da visita da missão cubana, o governo iemenita pediu para desenvolver também um programa para aproveitamento da carne dos frangos. "Estamos muito agradecidos com a cooperação cubana, pois sem eles essas granjas não existiriam", enfatiza Saleh Bin Haider, diretor da Corporação de Desenvolvimento da Avicultura no Iêmen.

Pesca: o problema da bermuda

Também no Iêmen, Cuba está assessorando projetos para melhorar a produção da atividade pesqueira. Elvira Carrillo, matemática especialista em estatística com diferentes cursos de pós-graduação na Europa, é funcionária do Centro de Pesquisa Pesqueira, em Cuba. Foi ao Iêmen para fazer um diagnóstico sobre a possível cooperação nesse campo. Dada a sua especialidade, teve que passar várias semanas em alto-mar com os pescadores iemenitas:

"Como fazia 40 graus no dia em que me apresentei para embarcar, fui vestida de bermuda, como sempre faço em Cuba. Percebi que os pescadores foram para um canto e começaram a discutir. Como falavam em árabe, não entendia nada. Finalmente, um deles se aproxima e diz num péssimo inglês que o problema é que eu não podia embarcar vestida daquele jeito...", relembra, sorrindo.

"De fato, eu tinha me esquecido que estava em um país árabe, onde as mulheres andam cobertas por véus. Mas, no final, depois de uma segunda reunião, terminaram aceitando minhas bermudas...", conta Elvira. ■

Elvira entre os pescadores iemenitas



Como será a Agência Espacial Brasileira?

José Monserrat Filho

O Senado brasileiro aprovou, em regime de urgência, no dia 2 de fevereiro, a criação da Agência Espacial Brasileira (AEB), uma entidade civil.

Nascerá, então, a AEB, que chega com inegável atraso, mas ainda em tempo de exercer papel fundamental no desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil, hoje dispersas, pouco estimuladas, sem clara definição de rumos e praticamente ignoradas pela opinião pública. Somos um país-continente com evidente vocação espacial. Dispomos de privilegiada localização geográfica, imensos recursos naturais e demanda cada vez maior em satélites de telecomunicação, sensoriamento remoto e meteorologia em toda a variada gama de suas aplicações.

Difícilmente teremos condições de dar uma salto qualitativo no curso de nossa história – até hoje não tão brilhante quanto seria desejável nas áreas decisivas da educação, ciência e tecnologia – sem nos envolvermos em profundidade com os conhecimentos de ponta, as inovações e os benefícios gerados pela Era Espacial.

A AEB civil, antiga reivindicação de nossa comunidade científica e tecnológica, substituirá a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae), criada em 1971 pelo governo de Emílio Garrastazu Médici, e subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas (Emfa). Trata-se de converter ao setor civil um conjunto de atividades até há pouco fomentadas sobretudo pelo confronto da Guerra Fria, que sempre tiveram nítida predominância militar e, no Brasil, especificamente, estiveram, desde os anos 60, presas à lógica da segurança nacional. Daí a tradicional falta de transparência e de prestação de contas a respeito.

Sucessora da Cobae, a AEB enfrentará de imediato o desafio da própria identidade. A lei dirá que ela é autarquia federal “com natureza civil”, “vinculada à Presidência da República, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional”. A expressão “interesse nacional”, por óbvia, seria dispensável – como admitir atividades conflitantes com o interesse nacional? Mas ela talvez tenha sido usada para evitar algo mais complicado: a definição do caráter, civil e/ou militar, das atividades em questão.

Essa hipótese ganha corpo ante a ausência, no projeto, do compromisso formal com “atividades exclusivamente pacíficas”, mencionado na nota do presidente Itamar Franco, de 2 de abril de 1993, anun-

ciando a criação da AEB, e que faz parte dos estatutos da Nasa, agência espacial civil dos EUA, de 1958, e da Agência Espacial Européia, de 1975. Pela letra de sua futura lei, a AEB, embora civil, não parece excluir atividades militares.

Essa dupla vinculação, conforme as circunstâncias, poderá enfraquecer a AEB, afetando sua autoridade, bem como o dinamismo e a eficiência que ela deve demonstrar para justificar rapidamente sua criação.

O projeto tem o cuidado de não citar o Ministério da Aeronáutica, apesar de sua evidente importância no sistema. Aparecem apenas, e mais de uma vez, os Ministérios das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia, destacados para assessorar a AEB nos programas de cooperação externa e na análise das questões em discussão nas organizações internacionais.

O projeto também não abre a composição do Conselho Superior da AEB, a instância de maior peso da nova instituição depois da presidência. Caberá ao chefe do governo a indicação de dez a dezoito ministérios e secretarias da Presidência da República, “com atividades ligadas à área espacial”, para terem representantes no Conselho. Uma das poucas emendas aprovadas na Câmara introduziu um representante da comunidade científica e outro da indústria espacial, cujos nomes serão submetidos ao presidente da República pelo presidente da AEB, ouvidos os ministérios e secretarias com assento no Conselho.

Em suma, do presidente da República dependerá, por inteiro, a identidade e o êxito inicial da AEB. Prevaleceu o governo dos homens, não o das leis. Logo, se o presidente Itamar Franco não escolher um nome de prestígio para presidir a AEB, nem lhe der o apoio necessário para comandar o sistema com firmeza, não haverá boas chances de sucesso, mesmo que haja recursos.

Assim, o presidente da AEB terá que ser alguém dinâmico, empreendedor, com alto grau de liderança e de resistência às pressões do jogo político imediato, medíocre e sem grandeza. Pois as atividades espaciais, por sua própria natureza, escala e responsabilidade, estão entre aquelas que, em definitivo, não podem ser “empurradas com a barriga”: ou elas são, de fato, prioritárias e conduzidas com máximo empenho e seriedade, ou logo acabarão em fiasco, de custo e desmoralização incalculáveis.

*Diretor da Revista *Ciência Hoje* e do *Jornal da Ciência Hoje*, da SBPC, e membro do Instituto Internacional de Direito Espacial



IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

*Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.*

MERCANTIL 

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:

Alameda Santos, 880, Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:

Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

PRESENTE NA VIDA DA GENTE

O Amanhã é nosso

Acreditar num futuro melhor é

importante sim. Aliás, é muito mais

que importante. É fundamental.

O bem-estar de cada um depende da

força e participação de todos.



BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

PRESENTE NA VIDA DA GENTE